



Edições do Programa Pós-graduação de
Mudança Social e Participação Política

MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO
POLITICA II: ARTE, PROTESTO E CIDADANIA

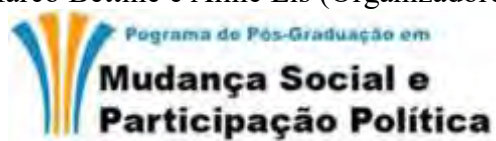
MARCO BETTINE
FLINE LIS PEREIRA IORGI

Mudança Social e Participação Política II: Arte, Protesto e Cidadania
Edições do Programa Pós-graduação de Mudança Social e Participação Política

Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Universidade de São Paulo

Marco Bettine e Aline Lis (Organizadores)



ISBN: 9798708396532

Selo editorial: Independently published

Mudança Social e Participação Política II: Arte, Protesto e Cidadania

Diagramação

Marco Bettine

Projeto e Produção

Marco Bettine e KDP

Edições do Programa Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política

Conselho Científico

Marco Bettine

1ª edição: fevereiro de 2021

© Marco Bettine

Edições do Programa Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política

EACH-USP.

<http://www.prpg.usp.br/index.php/pt-br/faca-pos-na-usp/programas-de-pos-graduacao/133-mudanca-social-e-participacao-politica>

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

Edições do Programa Pós-graduação Mudança Social e Participação Política

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

Biblioteca)

Mudança Social e Participação Política: Arte, Protesto e Cidadania. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2021, 127 p.

Modo de acesso ao texto em pdf:

ISBN: 9798708083562

Selo editorial: Edições do Programa Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política (Documento - e-book)

1. Sociologia. 2. Mudança Social. 3. Participação Política. I. Pós-graduação Mudança Social e Participação Política. II. Universidade de São Paulo. Título. CDD 22. ed. – 306.483a

Autorizo a reprodução parcial ou total desta obra, para fins acadêmicos, desde que citada a fonte.

Apresentação

Este livro é fruto das produções intelectuais dos egressos (as) e estudantes do programa de mestrado e doutorado em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

Nosso Programa tem como objetivo desenvolver atividades de ensino e pesquisa que permitam análise e formulação de teorias originais dos diversos aspectos da condição humana contemporânea relacionados aos processos de participação política e mudança social.

As linhas de pesquisa são estruturadas de modo a permitir a compreensão de como os fenômenos coletivos e individuais contribuem para a formação do mundo contemporâneo, marcado pela dinâmica global/local.

Nossos alunos e egressos são caracterizados pela capacidade de compreensão das dinâmicas que regem as mudanças sociais e a participação política e assim propor questões e aplicar instrumentos próprios das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, com o fim de operar na elaboração e monitoramento das Políticas Públicas, seja no âmbito governamental, ou no terceiro setor e na sociedade civil.

Desejo boa leitura!

Marco Bettine

Professor Associado da Universidade de São Paulo

Coordenador do Programa (Gestão 2020-2022)

Sumário

| | |
|---|-----|
| Capítulo 1: O MODELO GERENCIALISTA DO CNJ COMO OBSTÁCULO NA EFETIVAÇÃO DE UMA JUSTIÇA ABERTA. | 6 |
| Capítulo 2: OS MODOS DE VIDA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E O EMARANHANDO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DOS USOS DO TERRITÓRIO BABAÇUAL NO MARANHÃO | 22 |
| Capítulo 3: CAPITALISMO ÉTICO E VERDE NO BRASIL: ALGUNS PRESSUPOSTOS E CONTRADIÇÕES DE UMA DE SUAS VERTENTES | 36 |
| Capítulo 4: A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O LAZER CULTURAL: O CASO DO MUSEU HISTÓRICO E CULTURAL DE ARRAIAS – TOCANTINS..... | 51 |
| Capítulo 5: DE PÉS DESCALÇOS NA ESTRADA: EDUCAÇÃO, ARTE E UTOPIA..... | 64 |
| Capítulo 6: JUVENTUDES, PROJETO DE VIDA E MUDANÇA SOCIAL | 72 |
| Capítulo 7: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E DIÁLOGOS POSSÍVEIS: TERRITÓRIO, ÁREAS PROTEGIDAS E O USO DO BEM COMUM | 86 |
| Capítulo 8: POR UMA INVESTIGAÇÃO BASEADA NAS ARTES..... | 99 |
| Capítulo 9: É DAÍ? O CRISTOFASCISMO E A PROPAGANDA FASCISTA BOLSONARISTA NO BRASIL | 114 |
| MINI CURRÍCULOS: AUTORES E AUTORAS..... | 125 |

Capítulo 1: O MODELO GERENCIALISTA DO CNJ COMO OBSTÁCULO NA EFETIVAÇÃO DE UMA JUSTIÇA ABERTA.

Daniel Alves Lino Junior

Introdução

Com a ascensão do conceito de transparência e a crescente cobrança por parte da população por mais acesso às informações públicas, o tema Dados Governamentais Abertos passou a ter maior relevância dentro de todo esse processo, sendo não mais uma mera divulgação arbitrária de informações, passando a ser concebido como um serviço público ao cidadão. A divulgação de informações sobre a administração dos tribunais do sistema judiciário vem servindo para promover mudanças concretas no seu funcionamento. A quantidade e qualidade dessas informações pode não só definir sua operação interna, mas, dependendo das fontes e da sincronia entre as informações geradas, podem gerar uma facilidade no planejamento estratégico, definindo sua implementação e posterior avaliação, além de permitir construir uma imagem externa de um Judiciário organizado. (BALLESTEROS, 2019, p. 91)

Em setembro de 2011 em uma iniciativa internacional, inicialmente entre oito países (África do Sul, Brasil, Estados Unidos, Filipinas, Indonésia, México, Noruega e Reino Unido) foi criada a Parceria para Governo Aberto OGP (Open Government Partnership) com intuito de difundir globalmente as práticas governamentais relacionadas a transparência, acesso a dados públicos e a participação social. O conceito de Governo Aberto não se resume apenas a divulgação dos dados públicos, muito menos é resumido a aspectos de tecnologia, mas sim na criação de novos processos de interações com a sociedade civil. Seguindo essa mesma filosofia o conceito de Justiça Aberta está também relacionado à aplicação desses princípios no campo da justiça promovendo um aprimoramento institucional e um maior acesso de grupos vulneráveis ao sistema de justiça.

O Poder Judiciário Brasileiro, influenciado pelas reformas neoliberais que tiveram início no Reino Unido e Estados Unidos criou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Um órgão administrativo e regulador sem função jurisdicional com atuação em todo o território nacional. O conselho foi instituído pela Emenda Constitucional nº 45/2004 com a finalidade de combater a morosidade judicial e planejar estratégias de gestão no Judiciário.

Devido às fortes influências do contexto neoliberal e de organizações internacionais voltadas a proteção da economia global, o órgão adotou um modelo de gestão fortemente influenciado pelo setor privado baseado na busca de resultados e atingimento de metas. Esses princípios em essência não estão direcionados a uma aproximação da sociedade com o sistema de justiça. Criando um vácuo entre as

ações realizadas pelo órgão regulador (CNJ) e a busca por uma Justiça mais transparente e aberta.

OGP e Governo Aberto.

A evolução histórica desse processo é formada por alguns acordos e convênios internacionais que foram fundamentais no desenvolvimento do que conhecemos hoje como Governo Aberto.

Em 1998 a Comissão Europeia elaborou um livro chamado Livro Verde em que relatava sobre a informação do setor público dentro do contexto da sociedade de dados. Neste trabalho se considerou dados governamentais abertos como recurso essencial para o desenvolvimento econômico e a criação de emprego, fortalecendo a transparência e a participação cidadã dentro dos assuntos democráticos. Posteriormente em 2000 a Comissão publicou um comunicado sobre a iniciativa e-Europe que pretendia uma maior aplicação das novas tecnologias da informação dentro dos processos administrativos do setor público, com tal medida buscava-se melhorar os serviços públicos oferecidos e a comunicação entre os órgãos oficiais. Em 7 de novembro, 2003, foi aprovada a primeira diretiva europeia 2003/98CE. A diretiva tem por objetivo promover o crescimento econômico e estimular o setor privado através do uso das informações e dados. Tal regra foi incorporada à lei de estados membros e estabelece um espaço jurídico único para a UE como visando também um futuro mercado único de informação na Europa. A iniciativa zela pelo acesso à informação científica e políticas públicas de transparência para todos os membros; as ações se realizam em paralelo com a efetivação dos conceitos Open Government e Open Data nas agendas públicas da Europa e dos Estados Unidos.

Por sua vez, a Comissão Europeia realizou em 2010 uma consulta popular através do portal Tu Europa que tinha como objetivo fazer uma revisão no âmbito da Agenda Digital Europeia. Eles coletaram opiniões das diferentes partes interessadas: governamentais, proprietários de conteúdo, entidades do setor público, especialistas, acadêmicos e cidadãos.

Paralelo a todos esses eventos citados acima, houve mais acordos internacionais voltados a gestão de dados públicos. O primeiro é Declaração Ministerial de Malmö (2009) onde se reconheceu o grande papel da tecnologia, informação e comunicação como ferramenta a colaboração dos cidadãos na administração pública. Ainda em 2009 o presidente norte americano Barack Obama promulgou um memorando sobre Transparência e Governo Aberto. Nesse documento foram indicadas algumas normas que as agências públicas deveriam cumprir em curto, médio e longo prazo. Por essas especificações elas deveriam identificar e publicar on-line em formato aberto pelo menos três conjuntos de dados de alto valor.

Mas o acontecimento mais relevante dentro de todo esse processo foi em 2011 com a criação da Parceria de Governo aberto (Open Government Partnership) criada inicialmente por oito países (África do Sul, Brasil, Estados Unidos, Filipinas,

Indonésia, México, Noruega e Reino Unido) a OGP é uma iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais de transparência, acesso a dados públicos e participação social.

Para fazer parte da OGP os países precisam atender a alguns critérios mínimos. Esses requisitos de elegibilidade se referem à transparência fiscal, ao acesso à informação, à participação cidadã e à divulgação de declarações patrimoniais por autoridades. Os países também são avaliados pelo Mecanismo Independente de Avaliação (Independent Report Mechanism - IRM). Tal mecanismo opera principalmente por meio da publicação de relatórios independentes de avaliação bianual para cada governo participante da OGP. Cada relatório avalia a implantação dos planos de ação e a evolução no cumprimento dos princípios de governo aberto, além de apresentar recomendações técnicas. A OGP possui um Comitê Diretor, formado por representantes do governo e da sociedade civil.

Governo Aberto no Brasil.

No Brasil, teve como principal propulsor a iniciativa internacional da OGP, que desenvolveu uma série de normas para o comprometimento de seus membros, com a divulgação dos dados abertos e processos mais transparentes. Porém uma série de mudanças no cenário político e na gestão pública possibilitou essa transformação. A Lei Complementar 101, popularmente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, ou LRF, foi um marco na integridade do orçamento público. A lei estabelece normas para a gestão fiscal, voltada para a responsabilidade nas finanças públicas do país, e surgiu frente uma crise econômica onde o país procura maneiras mais austeras contra a corrupção e mais independência para os entes federativos. A lei em questão buscava a integridade do orçamento público através da transparência, estabelecia normas para a divulgação das informações, atribuindo aos gestores públicos um novo patamar de responsabilidade.

O Pregão Eletrônico foi também um marco importante dentro desse processo de transparência, permite de forma aberta e acessível uma maior agilidade no processo de compra, onde os órgãos públicos tendem a economizar mais com a competitividade entre os interessados. Em um pregão, a aquisição ocorre grosso modo, após um processo aberto em que os concorrentes fazem lances sucessivos, reduzidos preços, até que se chegue ao menor valor.

Outro importante passo do governo brasileiro na prática de governo aberto foi em 2004 com a construção do Portal de Transparência do Governo Federal, que inicialmente teve como objetivo fornecer informações sobre os gastos públicos, porém com a evolução do conceito de dados abertos, o portal tomou outras proporções, extrapolando a visão sobre o dinheiro público para uma visão sobre o emprego de recursos públicos. Como ferramenta de controle social, permite

monitorar gastos, arrecadações, entender o objeto de convênios e suas respectivas liberações, verificar se alguma empresa contratada pelo governo estava impedida de fazer contratos, se foi transferido para um município para um determinado programa ou conhecer os beneficiários dos projetos sociais do Governo Federal. Um forte exemplo da utilização do portal na gestão orçamentaria foi com a criação de seções específicas no Portal da Transparência para a divulgação de informações sobre gastos com a realização da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. O portal também passou a divulgar os salários dos funcionários públicos federais, ocasião que encontrou resistência dos mesmos, mas que porem foi efetivada através de uma determinação do Superior Tribunal Federal (Lei 12.527/2011).

A Lei Complementar 131, também conhecida popularmente como Lei Capiberibe, acrescenta alguns dispositivos à LRF, a fim de reforçar a necessidade de transparência orçamentária e incorporar experiências positivas da administração pública federal para toda a federação. A Lei obriga que as instituições gestoras de orçamento publiquem os atos praticados para a execução orçamentaria, disponibilizando os documentos para a realização das despesas públicas, obrigando a prática para todos os entes federativos. A Lei prevê que, no caso de descumprimento, cabe denúncia ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público e que o não atendimento até o encerramento dos prazos previstos pode levar ao bloqueio de transferências voluntárias ao ente.

O Brasil esteve sempre na dianteira do incentivo a prática de governo aberto, mas uma de suas principais medidas ocorreu com certo atraso em comparação a outros países, Lei 12.527, que ficou conhecida popularmente como Lei de Acesso à Informação. Quando aprovada essa legislação, vários países da América Latina já haviam aprovados seus normativos, como exemplo o México em 2002, Equador (2004), Uruguai (2008). E países em desenvolvimento como a Índia (2005) também já tinham aprovado seus marcos legais. A Lei, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, cria obrigações não só para a União, mas também para os Estados e Municípios do país e prevê punições para diversas condutas ilícitas para os servidores públicos que se recusarem, destruírem ou dificultarem o acesso às informações públicas. No âmbito do Governo Federal, a Lei 12.527 foi regulamentada pelo Decreto 7.724 de 16 de maio de 2012, prevendo diversos procedimentos na comunicação entre instituições pública e o direito de acesso pelo cidadão. Fruto disso foi a criação do Serviço de Informação ao Cidadão (SICs); a ferramenta permite que o cidadão faça pedidos e acompanhe prazos, encaminhamentos, prorrogações e as respostas; ademais, oferece ferramenta para a reclamação prevista no decreto, nos casos em que o órgão não respondam o pedido no prazo previsto.

Justiça Aberta

Seguindo os mesmos princípios de Governo Aberto o conceito de Justiça Aberta está relacionado com uma maior transparência e divulgação de informações públicas do setor. Os paradigmas não têm outra finalidade senão de promover: maior acesso a informações públicas, participação social, promover a cidadania, aperfeiçoar seu funcionamento interno (accountability), criar uma rede de gestão de conhecimento específica para o setor e a criação de melhores práticas de justiça baseada em evidências (ELENA, 2018).

O movimento de Governo Aberto começou na esfera do Poder Executivo, porém com o aumento da relevância do tema (principalmente voltado a necessidade de processos mais transparentes e controle no combate a corrupção), tornou-se evidente a contradição da busca para efetivar ações de Governo Aberto, sem a existência de uma Justiça aberta. Dos 170 compromissos assumidos pela OGP no início do acordo, apenas 2 apontavam compromissos diretos com o sistema de justiça, posteriormente esses compromissos foram ampliados com a Declaração de Paris em 2006.

Vivemos atualmente uma crise de cidadania em que grupos vulneráveis não sentem representados em defender seus direitos. Dos três poderes da república o Judiciário é historicamente é o mais tradicional e fechado, a falta de acesso aos dados e a ausência de canais para participação social, aumenta a desconfiança e a sensação de corrupção (ELENA, 2018). Os tribunais brasileiros como órgãos centrais no fluxo de informações decorrentes da justiça, possuem um grande conjunto de dados públicos que podem ser disponibilizados de forma aberta e reutilizados por outros sistemas informáticos (sociedade organizada).

As instituições de justiça não são órgãos homogêneos em sua configuração, contendo uma multiplicidade de atores. O paradigma de justiça aberta não estão relacionados exclusivamente com a disponibilização dos dados, mas também com a promoção de uma pluralidade na tomada de decisão, aumentando o conhecimento intraorganizacional e fortalecendo a governança. É importante que toda informação esteja disponível de forma aberta e de fácil acesso.

Os Dados Governamentais Abertos são um importante caminho para o aperfeiçoamento dos sistemas de prestação de contas. Através de mecanismos digitais é possível fazer o governo assumir responsabilidades administrativas frente suas operações, dando voz a atores externos. Os dados contidos nos órgãos oficiais são públicos algo garantido pela LAI. O CNJ como órgão regulador central na padronização desses processos, tem a competência para estabelecer sistemas que permitam uma interoperabilidade desses conjuntos de dados públicos.

O conceito de Justiça Aberta vem ganhando dimensão em organismos internacionais que buscam promover a reforma do Estado, orientando suas recomendações para a construção de um governo aberto e inclusivo. A Organização das Nações Unidas (ONU 2015) estabeleceu a Agenda 2030 com 17 compromissos para o desenvolvimento sustentável. De todos esses podemos destacar o Objetivo 16 diretamente relacionado em promover uma igualdade no acesso à justiça

(promover sociedades justas, pacíficas e inclusas). Para isso, foram criadas quatro metas:

1. (Meta 16.3) Garantir o Estado de Direito e promover igualdade no acesso à justiça.
2. (Meta 16.6) Criar Instituições transparentes que prestem contas.
3. (Meta 16.6) Garantir a adoção em todos os níveis decisões inclusivas, participativas e representativas que respondam as necessidades.
4. (Meta 16.10) Garantir acesso público a informação.

A Organização para a Cooperação no Desenvolvimento Econômico- OCDE também apontaram para a implantação de procedimentos que também proporcionem acesso igualitário ao sistema de justiça. Seguindo os seguintes valores:

- Efetividade (qualidade nos procedimentos seguidos).
- Capacidade de resposta (existência de diálogo entre o sistema de cidadania).
- Transparência (clareza nas decisões emanadas da Justiça).
- Integridade- (prestação de contas das decisões tomadas).

A Corte Judicial Ibero-americana é uma organização que articula vínculo entre os poderes judiciais de 23 países. O CJI tem um forte interesse pela efetivação de uma justiça aberta, que se traduziu na Carta do Direito da Pessoa criada em 2017, estabelecendo como objetivo:

“... promover el desarrollo de los principios de una justicia con transparencia, participación y colaboración, en el contexto específico de la gestión judicial, mediante el uso de las nuevas tecnologías y la gestión a partir de los enfoques de modernización valor público y buen gobierno...” (CJI, 2017b, p. 5).

E finalmente o Centro Latino-Americano de Administração e Desenvolvimento-CLAD é uma organização intergovernamental voltado a reforma e modernização da administração pública. Em 2016 publicou um documento intitulado de Carta Ibero-americana de Governo Aberto incentivando reformas em países de sua competência. Seguindo os seguintes princípios:

- Qualidade do serviço público.
- Ética e integridade pública.
- Interoperabilidade.

- Responsabilidade pública.
- Co responsabilidade da cidadania.
- Inovação Pública.

A aplicação do conceito de justiça aberta pode ser analisada sobre várias perspectivas: níveis de transparência, acesso à informação, participação cidadã, mecanismos de prestação de contas e adaptação de novas tecnologias. Este trabalho em específico será voltado a Transparência Ativa. Em grande parte, a disponibilização de dados de justiça segue sendo muito precário, ainda não está efetivada uma cultura de Justiça Aberta, grande parte dos tribunais disponibilizam na internet informações institucionais, porém em grande parte sem acesso aos dados brutos, um dos princípios fundamentais na divulgação dos Dados Governamentais abertos.

Essa problemática na abertura dos dados aumenta o desafio para um maior desenvolvimento desse tipo de iniciativa. Graças ao trabalho de alguns pesquisadores foram criadas algumas categorias de classificação dos dados abertos no campo da justiça. Segundo essa avaliação, eles podem ser divididos em três grupos:

| | |
|---------------------------------------|--|
| Casos, sentenças e decisões judiciais | Dados de todos os níveis de jurisdição do sistema |
| Jurisdicionais | Dados estritamente vinculados a casos que devem ser resolvidos ou abordados pelas instituições de justiça. |
| Estruturais | Dados relativos aos aspectos financeiros, administrativos e de funcionamento interno da organização. |

Em 2004 um grupo de especialistas do Centro de Estudo de Justiça das Américas construiu uma ferramenta que permite comparar o desempenho e analisar a evolução dos países membros na matéria de acessibilidade a informações de justiça pela internet. O Índice de Acessibilidade a Informação Judicial na Internet- IAcc tem seu fundamento no direito ao acesso a informação pública e temas de transparência ativa. O acesso à informação se baseia no reconhecimento de que a liberdade de expressão e informação, tem uma dimensão individual e uma coletiva ou social, servindo como um meio para intercâmbio de ideias e informações (BUERGENTHAL, 1985). O acesso à informação surge nesse cenário como uma ferramenta de combate a corrupção, na defesa do Estado Democrático, promovendo maior prestação de contas e originando uma cultura de transparência. A internet possibilita a criação de muitas ferramentas que podem dar acesso a qualquer conteúdo. Segundo Saker é preciso equipar as pessoas para participarem de um processo político.

“equipar a las personas para una participación genuina en un proceso político inclusivo que puede producir un consentimiento público bien informado,

la base cada vez más prevaleciente para la legitimidad de los gobiernos” (2005, SAKER apud IAcc, 2019, p.10).

Baseado nos princípios da Transparência Ativa, o IAcc construiu categorias de informações que deveriam estar disponíveis ao público, informações essas que em geral demonstram o alcance institucional dos órgãos de justiça. Essas categorias são classificadas em:

| | |
|-------------------------------|--|
| Institucionalização Digital | <p>A existência de um portal.</p> <p>Dados dos diversos tipos de jurisdições.</p> <p>Dados que agreguem informações sobre a estrutura da instituição.</p> |
| Processos. | <p>Publicação e atualização de sentenças judiciais segundo matéria jurisdição e tipo de hierarquia.</p> <p>Buscador de jurisprudência.</p> |
| Gestão Institucional | <p>Publicação e atualização de acordos.</p> <p>Regulamento interno.</p> <p>Regramento obrigatório emitido pela organização que afete a usuários, funcionários e as pessoas em geral.</p> |
| Estatística de funcionamento. | <p>Estatística de causas ingressadas, terminadas e pendentes.</p> <p>Desagregada por matéria, hierarquia e jurisdição.</p> |
| Gestão Judicial | <p>Agendamento de audiências.</p> <p>Programação de salas, audiências, causas da corte.</p> |

| | |
|------------------------------|---|
| | Calendário das causas em gerais. |
| Recursos Materiais e Humanos | Infraestrutura tecnológica e humana. Quantidade de bens imóveis com o que conta a instituição e o número de funcionários. |
| Servidores | Antecedentes curriculares e patrimoniais. |
| Orçamento | Orçamento autorizado e executado (ano em curso e concluído). |
| Licitações e concursos | Concursos licitatórios para contratação tanto de pessoal quanto de infraestrutura. Contratação de serviços externos. Licitações de bens e infraestrutura. |

CNJ e o Modelo Gerencialista.

Através da Emenda Institucional n.45/04 nos termos do artigo 103B da Constituição Federal foi criado em 14 de julho de 2005 o Conselho Nacional de Justiça. Uma instituição pública voltada ao aperfeiçoamento do sistema judiciário brasileiro. Apoiado pelas Nações Unidas- ONU para o desenvolvimento do Governo Judicial; o CNJ se torna um órgão central na normatização e padronização de processos brasileiros, tornando-se fundamental no planejamento estratégico e busca de reformas operacionais, estruturais e administrativa. (BALLESTEROS, 2019)

Sendo um órgão regulador de aspecto funcionalista, o conselho tem sua burocracia voltada a padronização de ritos processuais, produzindo normativas que serão adotadas pelos demais órgãos de justiça, mas que sistematicamente não contemplam as peculiaridades de cada tribunal. Tal processo dificulta a consolidação das reformas ao qual foram investidos. Oscila entre formulador de políticas públicas e órgão central na “gerência de varejo” com perfil fortemente negociador.

O conselho foi estruturado com a mesma racionalidade operacional do modelo privado, no bojo das reformas neoliberais que tiveram início no Reino Unido e Estados Unidos originando uma nova cultura organizacional. A Nova Administração Pública como se tornou conhecida, foi pautada na redução e efficientíssimo do Estado (MACEDO; ALVES, 1997). O Banco Mundial também foi um órgão central nessa influência. Com um foco voltado ao poder público econômico e ao setor privado, apresentou em julho de 1996 o intitulado Documento 309, um conjunto de recomendações voltadas em atender ao mercado e capital internacional. Em 2012 realizou uma doação ao CNJ de 450 mil dólares.

Todo esse processo sob influências de políticas neoliberais e garantias a propriedade privada resultou na adoção de um modelo gerencialista para acompanhamento, análise e regulamentação de processos implementados pelo CNJ. Tal modelo segue os mesmos fundamentos do setor privado, na busca de melhores resultados, aumento de produtividade e alcance de metas. As atividades são avaliadas de forma contábil com critérios focados mais nos resultados do que os meios para os atingir. A avaliação se torna um instrumento poderoso comparando e classificando informações (PINHEIRO, 2020).

Com isso, o ambiente laboral no CNJ se tornou algo competitivo, estabelecendo aos servidores de justiça uma necessidade de superação independente das condições ofertadas. Dentro dessa padronização, muitas necessidades específicas não podem ser contempladas, o sistema focado em resultados não considera a realidade de cada tribunal. Todo esse cenário provoca uma certa obsessão em atingir as metas estabelecidas pelo órgão regulador.

Abaixo seguem depoimentos extraídos do trabalho de Pinheiro (2020) que demonstram a reação de alguns magistrados frente a tal modelo. A primeira declaração é de um Juiz com 25 anos de carreira no primeiro grau que comenta sobre o aumento da carga de trabalho e de suas responsabilidades na condição de gestor público:

Hoje há uma preocupação no tribunal, por exemplo, com a questão da ergometria, de melhorar os móveis, de acertar melhor as condições, os computadores, mas isso não significa que as condições humanas de trabalho tenham sido melhoradas. O aumento da demanda é responsável, o aumento da quantidade de processo, a complexidade dos processos, a cobrança de resultados. Além disso, passaram a dar ao juiz uma atribuição que ele nunca teve que era de ser gestor da sua unidade de trabalho, e ser gestor não é a mesma coisa que ser juiz, não estamos necessariamente preparados para as duas coisas, então ser gestor implica em você também ter que administrar pessoas, as personalidades, as peculiaridades de cada um dos servidores, administrar a própria condição de produtividade da sua unidade, que era uma coisa que você não tinha preocupação nenhuma com relação a isso. O aumento desta carga emocional, vamos dizer assim, e física de trabalho acaba impactando na

qualidade do trabalho. Então de um lado a gente teve, eu acho, uma melhora material nas condições, as instalações de certa forma melhoraram, não são as desejadas, mas melhoraram, mas nós também tivemos aumento de responsabilidades e cobranças. Portanto, você acabou tendo piora, digamos assim, na qualidade da vida de juiz. Como magistrado eu acho que isso tem sido complicado.

O Próximo depoimento é de uma Juíza com 8 anos de magistratura comentando o tempo gasto na gestão da unidade em prejuízo da atividade jurisdicional:

A função de gestor de Vara pode atrapalhar a atividade jurisdicional. O tempo gasto na administração da Vara pode prejudicar as atividades jurisdicionais. Os planos de gestão tomam muito tempo, sobretudo na análise dos dados e utilização desses dados para diagnóstico e plano de ação.

E finalmente neste próximo depoimento, um Juiz com 25 anos de carreira no primeiro grau, refleti sobre o modelo de controle e gestão implementado:

A política de gestão do trabalho que vem sendo implementada pelos conselhos superiores, a partir da emenda 45, são centradas essencialmente no resultado, na avaliação do resultado de trabalho de magistrados, servidores e dos Tribunais como um todo, resultado esse que ele vive exclusivamente pela quantidade e velocidade de atos processuais, sem nenhuma conexão com aquilo que é o sentido do trabalho da magistratura, que não diz respeito à quantidade de atos, mas sim diz respeito de um lado à justiça singular que é feita no caso concreto, para dar a melhor solução possível no litígio concreto, num plano de meta processual a contribuir para a transformação das práticas sociais. O trabalho da magistratura passa completamente ao largo de todo o mecanismo de gestão que vem sendo incorporado. Esse é um modelo que vem de fora para dentro. Esse modelo ele tá baseado no mecanismo de gestão e estratégias que têm por finalidade basicamente o controle. O objetivo deste mecanismo é obter o controle. Um judiciário controlado, transparente, previsível, rápido e barato. Essa cesta de atributos, certo, tirando o controlável, não é ruim, pois ninguém seria contra um Poder Judiciário que seja rápido, previsível transparente e barato, a questão é reduzir o Poder

Judiciário à essa cesta de atributos com o peso do atributo da controlabilidade. Esse modelo de gestão que está baseado, essencialmente, na controlabilidade não referência ao qualitativo do trabalho.

As declarações acima demonstram inicialmente um aumento da carga de responsabilidade dos magistrados frente a uma gestão de resultados. A criação do CNJ buscou fortalecer a independência do judiciário frente aos demais poderes, centralizando todo controle dos órgãos nas mãos dos magistrados, que disputam entre si as melhores posições e cumprimento de metas, em grande parte com uma visão quantitativa.

Essa centralização na gestão tribunais sobre controle exclusivo dos magistrados, que necessitam constantemente se adaptarem a novas atribuições fora da atividade jurisdicional, retardam o processo de inovação e pluralidade nas tomadas de decisões. A falta de uma equipe especializada com autonomia na gestão administrativa e informacional das atividades criam um sistema engessado que impedem uma progressão na comunicação e gestão do conhecimento.

Na última declaração o aspecto mais evidenciado pelo magistrado é o do controle, seguindo uma visão gerencialista (varejo). Descrevendo uma busca por resultados que aparentemente ignora os meios (que reside toda peculiaridade dos tribunais brasileiros). O país, pela vasta dimensão territorial e cultural carrega em cada região problemas específicos que podem não estar em consonância com as demais regiões e que por isso não necessariamente podem ser solucionados com medidas regulatórias de um órgão central. O próprio distanciamento de ações baseadas em de Justiça Aberta (algo que trataremos adiante) contribuem para uma estagnação do sistema de justiça frente a um novo paradigma baseado na gestão informacional e projetos fundamentados em evidências.

Gerencialismo e Justiça Aberta.

O conceito Gerencialismo é fundamentado nos princípios da Nova Gestão Pública (New Public Management). Desde a década de 1970 iniciaram processos de reforma do Estado ocidentais influenciando os processos de mudanças na Administração Pública desses mesmos países. Tal fenômeno foi fundamental para a elaboração do Plano Diretor da Reforma e do Aparato de Estado (PDRAE) implementado pelo governo Fernando Henrique em 1995. Para realizar essa tarefa o presidente convidou Luiz Carlos Bresser para o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), iniciando o que ele denominou Reforma Gerencial de 1995 que posteriormente resultou na Reforma da Nova Gestão Pública (JÚNIOR, 2016).

Essa busca por benefícios econômicos descentralizou as plantas industriais, com organizações instalando suas produções em países economicamente mais vantajoso. É possível verificar como consequência o aumento do desemprego, sucateamento dos sindicatos, precarização do salário e benefícios legais, caracterizando um retrocesso de garantias e direitos conquistados. O trabalho

tornou-se flexível a fim de adaptá-lo às novas exigências do mercado. Uma lógica financeira que suprime a lógica de produção, em que os trabalhadores são considerados custos e devem ser reduzidos. (PINHEIRO, 2020). O autor Gaulejac (2007) nos apresenta uma síntese dessa busca por flexibilização máxima do mercado de trabalho.

[...] A exigência de uma informação permanente dos mercados financeiros leva a reviravoltas estratégicas e ajustamentos brutais, que não são mais decididos em função de considerações industriais e sim para responder às “inquietações” dos mercados. Para não publicar resultados que acarretam uma perda de confiança dos acionistas, os que decidem põem em ação planos de redução dos custos e, portanto, dos efetivos, com risco de perturbar duravelmente a produção. Como se fosse necessário que à volatilidade dos mercados financeiros correspondesse uma volatilidade do mercado de trabalho: multiplicação de empregos precários, temporários, contratos com duração determinada, demissões brutais. Tudo é bom para favorecer uma flexibilidade das políticas de contratação e demissão, a fim de responder permanentemente às supostas exigências do mercado financeiro. As chamadas políticas de “recursos humanos” consistem em desenvolver uma flexibilidade máxima do mercado de trabalho. (2007, p. 43 apud PINHEIRO, 2020, p. 181).

Para analisar as implicações do modelo gerencialista frente a filosofia de Justiça Aberta, é necessário primeiro verificar o que previamente é considerado essencial na formatação do modelo. Basicamente o **gerencialismo** tem como principal característica o controle por resultados “a posteriori”, que em essência, não está direcionado a uma participação social ou maior acesso a dados públicos.

O conceito de Justiça Aberta parte da visão que a inovação tecnológica não está a serviço de maximizar o alcance de resultados baseados em dados quantitativos, mas sim de aprimorar o contato e a relação da sociedade com o sistema de justiça, municiando a cidadania com mais informações e canais institucionais de comunicação. As especificidades de cada órgãos, ao contrário da perspectiva gerencialista, tem total relevância no aprimoramento institucional de cada órgão dentro de uma perspectiva de Justiça Aberta. A intermediação tecnologia e a automação dos processos não são suficientes se não estiverem acompanhadas de medidas voltadas a criação de um campo de conhecimento oriundo de informações processadas e armazenadas pelos próprios órgãos.

Com a Quarta Revolução Industrial, a sociedade passa a ser mais informada pela tecnologia. Tal fenômeno vêm proporcionando a criação de ferramentas inovadoras que contribuem para uma maior pluralidade na tomada de decisão. O princípio de participação e colaboração faz referência ao estabelecimento de instancias e mecanismos de contribuição que incidem a cidadania na criação de políticas públicas e provisão de serviços públicos. Oszlak (2013) aponta alguns fundamentos que legitimam essas instancias:

[...] la participación ciudadana no se produce sólo porque la población sea invitada por un gobierno a hacerlo. Debe haber, para ello, una oportunidad, que não depende únicamente de la existência de canales facilitados desde el estado. Las ocasiones más propicias suelen ser aquellas en que un sector de la población se ve amenazado por una política que entraña algún tipo de menoscabo o riesgo a su situación actual. Los ciudadanos no son, por naturaleza, actores políticos. Lo son si participan, pero para ello, deben tener una causa o razón que los movilice. Tal justificación obedece, por lo general, a que algún interés económico, un valor profundamente arraigado o un derecho legítimo, han sido amenazados por la acción del estado o de otros actores sociales que detentan ciertos recursos de poder. Este es el fundamento mismo de la acción colectiva. (2013, p. 16 apud ELENA, 2018, p.29).

Todo esse processo vem provocando uma profunda alteração na natureza do funcionamento dos órgãos públicos. Tornando indispensável por parte desses, o estabelecimento de uma dinâmica colaborativa com participação direta de atores governamentais e extra governamentais, através de espaços que permitam o diálogo entre as instituições e cidadãos, evitando que o setor de justiça se asile ou se desconecte da sociedade. A busca por resultados na perspectiva gerencialista provoca uma falsa impressão de que as maiores demandas do sistema de justiça estão na quantidade de casos e no baixo rendimento institucional frente a esses indicadores.

Conclusão.

A tecnologia da informação vem abrindo um novo horizonte dentro da administração pública. Atualmente os órgãos oficiais funcionam com grandes quantidades de dados públicos que devem ser divulgados e reutilizados de forma aberta contribuindo como evidências para elaboração de Políticas Públicas. Trata-se de um conjunto de conhecimento mediados pela tecnologia que inaugura uma nova fase de interação entre as instituições públicas e a sociedade.

Os Dados Governamentais Abertos vem sendo uma inovação no campo de justiça, apesar de ainda ser um processo recente e com desafios de aprimoramento,

muitos países vêm aderindo a essa nova forma de organização do conhecimento. É crucial para uma instituição pública (como organismo central de interpretação das demandas sociais) o constante aprimoramento do campo de conhecimento social e não somente o organizacional; a participação da sociedade (e-participation) não somente como receptora, mas também como agente, possibilitando uma nova geração de prestação de serviços e projetos com estreita ligação às necessidades da população.

A tecnologia por si só não é suficiente, devemos levar em conta principalmente os processos administrativos em torno dos dados públicos e quais informações serão divulgadas; atualmente grande parte dessa escolha acontece na esfera política, a esfera normativa é muito recente, porém muitas iniciativas já começam existir.

Como proposta para melhoria do atual do estado-da-arte da abertura de dados no campo da justiça, algumas recomendações são necessárias:

1. A primeira necessidade evidente é o aprimoramento da legislação, criando mecanismos que tornem efetivamente obrigatória a divulgação de dados brutos em formato aberto, gratuito em condições de serem reutilizados por outros sistemas.
2. Em segundo, as instituições necessitam de grupos temáticos com atores governamentais e da sociedade organizada, para definição dos dados públicos que deverão ser divulgados em formato aberto. E que esses sejam efetivamente úteis para população.
3. Em terceiro, a criação de mecanismos que controlem com rigor a periodicidade dos dados publicados pelos órgãos.

Referências

- ALMAZÁN, R. S. Mexico: Between Open Government and Artificial Transparency. p. 19, (2019).
- BALLESTEROS, P. K. R. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA FACULDADE DE DIREITO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO. p. 249, 2019.
- ELENA, S. et al. Justicia abierta: aportes para una agenda en construcción. (2018).
- JÚNIOR, A. É. D. “NOVA GESTÃO PÚBLICA” (NGP): A TEORIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO ULTRALIBERAL. p. 27 (2016).
- LANDINELLI, J.; RIVOIR, A. L. DIGITALES: análisis de un caso en Uruguay. v. 1, n. 17, p. 22, (2018).
- MACEDO, M. E.; ALVES, A. M. Reforma administrativa: o caso do Reino Unido. p. 22, [s.d.].
- OECD; CAF DEVELOPMENT BANK OF LATIN AMERICA; ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. Perspectivas económicas de América Latina 2017: Juventud, competencias y emprendimiento. [s.l.] OECD, 2016.

PINHEIRO, C. R. R. O MODELO GERENCIALISTA IMPLANTADO NO PODER JUDICIÁRIO E O IMPACTO NA MAGISTRATURA. p. 476, (2020).

VAZ, J. C.; RIBEIRO, M. M.; MATHEUS, R. DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS E SEUS IMPACTOS SOBRE OS CONCEITOS E PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA NO BRASIL. p. 18, (2016).

WRIGHT, G.; ABRAHAM, P. P. S.; SHAH, N. Open government data study: India. p. 52, (2011).

Capítulo 2: OS MODOS DE VIDA DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU E O EMARANHANDO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DOS USOS DO TERRITÓRIO BABAÇUAL NO MARANHÃO

Francisca Silva Viana

Introdução

O estado do Maranhão, nordeste do Brasil, possui um mosaico de ricos biomas, somado a uma expressiva sociobiodiversidade existente nesses múltiplos territórios (AB´SABER 1960; MANTOVANI, 2003). Por outro lado, contrasta na paisagem gigantescas áreas de monoculturas de soja e eucalipto, de pecuária e de outras atividades que são propulsoras de significativos conflitos socioambientais (SODRÉ; MATTOS, 2016; VIANA, 2017).

Em face disso, as discussões traçadas neste artigo versam sobre uma análise dos impactos das fronteiras agrícolas sobre os babaçuais do oeste do Maranhão e das implicações socioambientais que elas provocam nos modos de vida tradicionais das quebradeiras de coco babaçu, a partir da percepção de quebradeiras diretamente afetadas por essas políticas desenvolvimentistas. A investigação refere-se especificamente a esse grupo social que, como tantos outros, habitam a Amazônia Legal e têm seus modos de vida impactados negativamente em decorrência da expansão da fronteira agrícola sobre seus territórios tradicionalmente ocupados, conceitualmente esses territórios expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais (ALMEIDA, 2004) em suas relações com os bens naturais.

O estudo se volta para a Amazônia maranhense, região onde muitas famílias rurais dependem do extrativismo do babaçu para reprodução sociocultural. O Maranhão é considerado o mais rural dos estados brasileiros e historicamente encabeça o ranking de estados com os maiores índices de conflitos por terra no país, além ser um dos estados brasileiros com a maior concentração fundiária do país (SODRÉ; MATTOS, 2016). Dentre os responsáveis por intensificar o emaranhado de conflitos na região, destaco a Lei Estadual de Terras de 1969, responsável por aumentar a concentração fundiária e as desigualdades sociais na região e favorecer a expansão da fronteira agrícola no estado (AMARAL, 20017; ANDRADE e FIGUEIREDO, 2004; SODRÉ; MATTOS, 2016).

Como instrumentos metodológicos fontes primárias e secundárias são utilizadas, levando em consideração o referencial teórico da Ecologia Política e da Geografia Agrária. Parte dos dados empíricos utilizados neste artigo foram coletados para a elaboração da minha dissertação de metrado, com respaldo da pesquisa qualitativa e o auxílio da técnica da história oral, por meio de entrevistas semiestruturadas aplicadas a quebradeiras dos municípios de Imperatriz e Zé Doca, ambos circunscritos ao território do bioma Amazônia e da Amazônia Legal.

Também utilizo dados secundários extraídos de bases de dados governamentais (INPE) e não governamentais (CPT, AMAZON). As falas acessadas possibilitam evidenciar as representações das quebradeiras de coco acerca dos impactos do avanço da fronteira agrícola em seus modos de vida tradicional. Já os dados secundários propiciam uma análise do histórico do desmatamento e dos conflitos por terra na região em estudo.

As quebradeiras de coco babaçu: organização política e a relação com o território

No Maranhão, na região dos Babaçuais, área de transição entre os biomas Amazônia, Cerrado e Caatinga, vivem as quebradeiras de coco babaçu, população tradicional que vive em relação harmoniosa com a natureza e de maneira sustentável com os possíveis usos do babaçu. Aproximadamente 400 mil mulheres exercem essa prática na região, só no Maranhão existem quase 300 mil quebradeiras. A atividade extrativa exercida pelas quebradeiras é cultural e tradicional, passada de geração a geração. Elas são também agricultoras, vivem da terra e da produção de alimentos para o consumo de suas famílias (AB´SABER 1960; DIEGUES, 2000; MANTOVANI, 2003).

As quebradeiras se afirmam como existência coletiva, com um saber específico sobre a quebra do coco e os usos empregados para o babaçu, e com uma noção muito clara de que sua identidade está correlacionada a um território específico: a Mata dos Cocais. Nesse espaço elas não só extraem e quebram o coco, como aproveitam a palmeira em toda sua extensão, produzindo diversos produtos de uso pessoal e de comercialização (alimento, objetos de uso cotidiano, material de construção, medicamentos etc.), são inúmeros os usos que elas dão à palmeira (VIANA, 2017; PEREIRA, 2015).

A atividade expressa um profundo e diversificado conhecimento das propriedades do babaçu, o que a qualifica como um patrimônio imaterial relacionado aos recursos genéticos (PEREIRA, 2015). Conforme explica Pereira (2015, p. 36) “a terra e o babaçu são os principais elementos para reprodução familiar desse grupo”. A atividade tem origem indígena, e pode ter sido herdada pelas quebradeiras de coco, isso as qualifica como portadoras de uma atividade tradicional (BALÉE, 1989).

Progressivamente as mulheres envolvidas com o extrativismo do babaçu passaram a se autodenominar “quebradeiras de coco babaçu”, construindo sua identidade política a partir da valorização do seu modo de vida, característica comum para muitas formas de organização popular no início dos anos 1990. Disso surgiu com força política e afirmação identitária o Movimento Interestadual de Quebradeiras das Coco Babaçu (MIQCB), unindo representantes dos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins na luta pelo acesso aos babaçuais e preservação dos modos de vida associados, bem como a preservação dos babaçuais (ALMEIDA, 1995; ANDRADE, e FIGUEIREDO, 2004).

A luta pelo acesso livre aos babaçuais é essencialmente feminina e coletiva, as quebradeiras de coco praticam ideais de solidariedade e igualdade entre si e com a natureza. Um costume que exemplifica esse ideal é não cortar o cacho inteiro da palmeira de babaçu, mas coletar somente o coco que caiu no chão naturalmente, respeitando seu ciclo de vida e permitindo que outras mulheres possam ter acesso ao babaçu (ALMEIDA, 1995, VIANA, 2017), numa aparente preocupação em suprir suas necessidades sem comprometer as necessidades das gerações futuras, o que nos remete ao conceito de desenvolvimento sustentável do relatório Nosso Futuro Comum da ONU. As populações tradicionais são exemplos vivos de populações de fato sustentáveis.

As quebradeiras não estão alheias aos processos de modernização ou de desenvolvimento do capitalismo e incorporação da técnica na produção, muito pelo contrário, lutam pela reprodução de seus modos de vida por meio da reivindicação de uma identidade e pela fração do território dos babaçuais. Elas possuem valores que remetem a uma ordem moral, tendo como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. O modo de vida tradicional das quebradeiras é constituído a partir de relações em torno da família e da comunidade e de vínculos de solidariedade (BOMBARDI, 2003; MARQUES, 2004; OLIVEIRA, 2007).

Apesar das transformações impostas pela modernização e tecnificação da agricultura, as quebradeiras de coco babaçu se articulam, lutam e se recriam coletivamente para preservar seus territórios e passar adiante suas experiências coletivas, que são os seus *costumes comuns* (BOMBARDI, 2003). Numa constante luta contra a homogeneização das práticas e dos territórios.

As quebradeiras de coco babaçu possuem experiências, costumes em comum de existência. A construção coletiva da identidade do grupo tem sido importante para ampliar a luta do grupo contra os grandes proprietários de terras – os latifundiários, que se utilizam das terras tradicionalmente ocupadas para explorar a terra, a natureza e espoliar os modos de vida dessas mulheres (PRIETO, 2019). Nesse sentido, a autoidentificação e autorreconhecimento de uma identidade são construídas para se contrapor às tentativas de espoliação, expropriação e/ou sujeição dos modos de vida e da terra, e nesse sentido medeiam as relações de classe em si e classe para si (THOMPSON, 1998). Essa identidade, como uma ordem moral (BOMBARDI, 2003) é uma construção política, e as práticas sociais são pautadas pelo trabalho e luta coletiva, que assim se automeiam para serem identificadas pelo adversário (contra quem se luta), os latifundiários (AMARAL, 2017; ALMEIDA, 2004; THOMPSON, 1998).

Os modos de vida das quebradeiras de coco babaçu e o emaranhado de conflitos socioambientais em torno dos usos da terra no Maranhão

A garantia dos direitos territoriais aos povos tradicionais no Brasil é tema de debates há muito tempo. E é vasta a literatura que considera que as populações tradicionais têm papel importante na conservação das florestas e dos bens naturais, e que seus modos de vida estão em estreita harmonia com a natureza (ADAMS, 1994; ALMEIDA e CUNHA, 2009; DIEGUES, 2000).

Por outro lado, não se pode dizer o mesmo do Estado brasileiro que, historicamente, por meio de planos desenvolvimentistas e de políticas econômicas, vem priorizando a manutenção e permanência do latifúndio para o agronegócio, em detrimento da preservação dos territórios tradicionalmente ocupados por essas populações (ALVES et al 2018), o que exacerba os conflitos em torno do uso da terra e dos bens naturais na Amazônia.

Dentre as muitas medidas adotadas pelo Estado, seja em âmbito Federal ou Estadual e, que têm ampliado os conflitos socioambientais em torno da terra e dos bens naturais na Amazônia maranhense estão três projetos macroeconômicos: (i) o Plano de Integração Nacional (PIN), que contribuiu para a expansão da primeira fronteira agrícola na Amazônia Legal; (ii) o MATOPIBA (sigla derivada das iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), principal região de expansão do agronegócio no país atualmente e que constitui a nova fronteira agrícola e também a nova área de territorialização do agronegócio no país. E mais recentemente, e não menos importante, (iii) a territorialização do setor celulósico-papeleiro no Maranhão com a chegada, em 2013, da empresa Suzano S.A e posterior expansão da silvicultura sobre os babaçuais maranhenses.

Além dos três atenuantes de conflitos mencionados anteriormente, a literatura considera a Lei Estadual de Terras nº 2979, de 17 de julho de 1969, o principal fator de incremento dos conflitos agrários e ambientais no Maranhão. Ela é mais conhecida como “Lei Sarney de Terras”, assim chamada por ser uma das principais medidas tomadas durante o governo do ex-presidente José Sarney de Araújo Costa, então governador do estado do Maranhão (ALMEIDA, 2005; ANDRADE, 2007).

Segundo PRIETO (2016), esse marco jurídico concretiza a legalização da grilagem de terras em nível estadual, pois ela assegura a posse da terra aos grandes latifundiários que anteriormente grilaram as terras. A lei supracitada introduziu a lógica de mercado no campo maranhense, ao implantar o princípio básico da Lei de Terras de 1850 - que impôs a compra e venda de terras como única via para a aquisição da propriedade rural -, expandindo problemáticas sociais e territoriais para as populações tradicionais, indígenas e camponesas do estado do Maranhão (PRIETO, 2019).

Parte da literatura sobre o campo brasileiro, afirma categoricamente que a Lei Estadual de Terras de 1969 legalizou a grilagem e legitimou a distribuição de milhares de hectares de terras públicas, transformando-as em privadas e isso influenciou no aumento da concentração de terras e na restrição do acesso das quebradeiras de coco aos babaçuais e favoreceu cercamento das terras que, deveriam ser de usufruto comum (ANDRADE, 2011; ALMEIDA, 2004; PRIETO, 2019).

Foi a partir daí que as quebradeiras de coco babaçu, ao se perceberem como detentoras de um saber e que este saber está estreitamente vinculado ao território dos babaçuais, começaram a se organizar politicamente e a reivindicar seus direitos políticos e sua identidade conservacionista (ALMEIDA, 2004; DIEGUES, 2000). Trocando em miúdos, foi a partir do cercamento dos babaçuais que as quebradeiras

passaram a fazer frente aos fazendeiros e a reivindicar o livre acesso aos babaçuais para reproduzir seus modos de vida.

Uma das conquistas do grupo, que se deu em decorrência da mobilização política dessas mulheres, foi a Lei do Babaçu Livre (ANDRADE e FIGUEIREDO, 2004; ALMEIDA, 2004), essa legislação, em tese, deveria assegurar o livre acesso das quebradeiras a esse bem natural e de uso comum, todavia, dos 217 municípios do estado do Maranhão apenas 15 possuem a lei que garante o acesso livre aos babaçuais (VIANA, 2017). Mesmo nos municípios que possui a Lei do Babaçu Livre, como é o caso de Imperatriz, as quebradeiras sofrem com a resistência dos fazendeiros em deixa-las adentrar as terras para coletar e quebrar o coco babaçu, como podemos perceber na fala abaixo obtida em Imperatriz:

A gente ajunta os cocos na solta [fazendas] e traz para fora porque o dono não quer que a gente se amontoe lá dentro da terra dele. Ele deixa a gente entrar e pegar os cocos, só não deixa ficar lá dentro, quebrar o coco lá dentro e nem queimar. Até porque é perigoso mesmo queimar na solta.

A fala expressa parte das limitações impostas pelos fazendeiros, bem como das transformações impostas aos modos de vida tradicional da população. Pois antes do cercamento dos babaçuais, essas mulheres exerciam a prática da quebra do coco sentadas embaixo das palmeiras de babaçu. Atualmente só podem coletar, isso quando o fazendeiro dá a permissão para que pulem as cercas e ultrapassem as barreiras físicas como relatado abaixo:

[...] a gente passa pelos arames. As porteiras são todas trancadas no cadeado, aí a gente passa pelos arames. Ainda bem que os arames são daqueles lisos, porque se fosse feito com arame farpado, a gente só vivia rasgada que nem cachorro.

A insurgência e rebeldia na vida cotidiana lhes são condições impostas pela propriedade privada capitalista da terra. As quebradeiras pulam cercas e arames farpados; questionam os “muros” que lhes são colocados para a coleta e a reprodução social. Apesar das adversidades impostas pelo latifúndio e pela expansão do capital, essas mulheres, coletivamente acessam as terras onde há os babaçuais, para manter os seus modos de vida (VIANA, 2019).

A imagem abaixo, capturada em uma estrada no município de Zé Doca explicita parte das dificuldades impostas às quebradeiras pelos proprietários de terras, expressas nas falas anteriores. Para reproduzir seus modos de vida, essas mulheres precisam atravessar os arames farpados e andar quilômetros para, então, coletar o coco e trazer para a beira da estrada e posteriormente levar até suas casas em um animal de carga, geralmente o jumento.

Figura 1: Privatização e cercamento dos babaçuais



Fonte: Francisca Viana, 2017.

Como mencionado anteriormente, os “donos” da terra impõem dificuldades físicas à continuidade dos modos de vida das quebradeiras: o cercamento das palmeiras com arames farpados; o envenenamento das palmeiras; outros colocam cachorros para impedir que elas adentrem a propriedade para coletar e/ou quebrar o coco; e algumas vezes se utilizam até mesmo da violência física para impedi-las de acessar o babaçu. “*Eles furam a palmeira com motor serra e colocam aquele veneno mata tudo na palmeira e a palmeira morre*”. A fala dessa quebradeira do município de Imperatriz deixa evidente isso.

A ocupação dos babaçuais, a partir da Lei de Terras e associada às fronteiras agrícolas para expansão da agropecuária e silvicultura, vem se realizando permeada pelo conflito entre a lógica das quebradeiras de coco babaçu, que é uma lógica de uso e apropriação da natureza; relações comunitárias de reprodução social; trabalho familiar; relação com a terra não fundamentada no lucro, mas de recriação da vida, da família e da comunidade (PRIETO, 2016; PRIETO, 2019).

Figura 2: Quebradeiras em um adjunto



Fonte: Francisca Viana, 2017.

E tal lógica se contrapõe à lógica capitalista de mercantilização das relações sociais, econômicas e políticas da natureza; da terra e da existência; lucro, renda e juros na dominação fundiária e acumulação das riquezas, fundamentados na propriedade privada capitalista da terra, assentada sobremaneira na grilagem de terras, que coexistem e disputam esse território (PRIETO, 2016).

O território dos babaçuais é um território em constante disputa entre ambas as lógicas. As quebradeiras são tidas pela literatura como um dos grupos e movimentos sociais mais bem-sucedidos em relação à organização econômica e política, na qual emergiram como sujeito coletivo, assumindo papel fundamental de luta por direitos sociais, sobretudo de luta pela terra e pelos babaçuais para reprodução social.

Para Amaral (2017, p. 51), as camponesas-quebradeiras de coco se “reproduzem a partir de processos de sujeição e resistência no interior do capitalismo monopolista mundial”. E chama a atenção para a necessidade de se reconhecer e valorizar o protagonismo dessas mulheres, afirmando que é fundamental evidenciar a questão de gênero até então pouco problematizada nas teorias clássicas do campesinato, “chamando a atenção para a demanda do reconhecimento e valorização do seu protagonismo como ser social em marcha pela terra e pelo livre acesso aos babaçuais.” (AMARAL, 2017. p. 51).

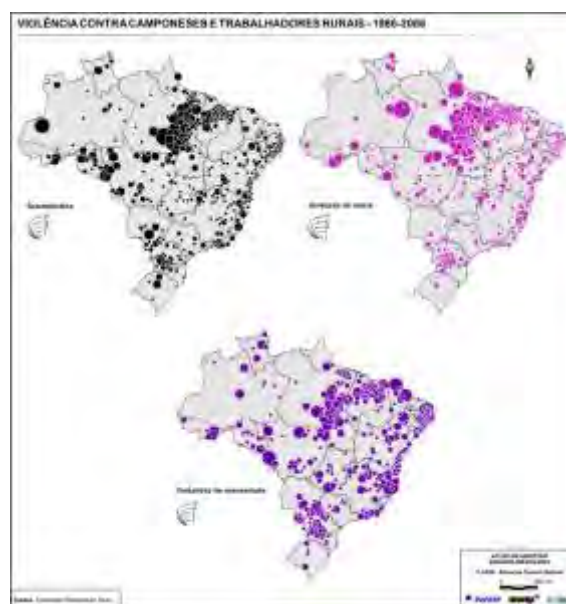
Assim como Amaral (2017) acredito que a reprodução social do grupo com autonomia e liberdade se dará a partir do reconhecimento e valorização de seu modo de vida e por meio da reforma agrária.

Questão agrária e os conflitos inerentes aos processos de uso e ocupação do território

Parto do princípio de que os conflitos são inerentes às práticas sociais, e que são potencializados quando se trata da questão agrária no Brasil. A questão agrária

brasileira sempre esteve relacionada com o modo de apropriação e desapropriação da terra e sua consequência é o surgimento do conflito por terra (OLIVEIRA, 2007). Oliveira (2007) defende o argumento de que a essência desse tipo de conflito tem sua raiz na própria reprodução do capitalismo, que é contraditório e desigual. Para Santos (2002), a “violência estrutural” no campo brasileiro deriva da concentração da propriedade privada capitalista da terra (OLIVEIRA, 2007; SANTOS, 2002).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) documenta desde a década de 1980 as ocorrências de conflitos e violências no campo brasileiro, cujos dados são publicados desde 1984 no “Caderno conflitos no campo”. Mais do que números, os dados da CPT são informações sobre a situação dos homens e mulheres do campo e retratam a luta dos camponeses brasileiros e as violências por eles sofridas (GIRARDI, 2020).



Fonte: Girard, 2020.

Pela figura acima, que mostra a distribuição espacial da violência contra camponeses e trabalhadores rurais no país no período de 1986 a 2006, é nítido perceber que o Maranhão, principalmente a parte oeste do estado, é repleto de conflitos e de violência no campo. Os círculos em preto representam os Assassinatos; em rosa as Ameaças de morte e na cor lilás as Tentativas de assassinatos. Essa área é conhecida como arco do desmatamento e Bico do Papagaio, região de maiores conflitos por terra no país.

O estado do Maranhão, assim como o restante do país, não foge à lógica da grande concentração fundiária. Latifúndio, grilagem de terras, expulsão e assassinato de camponeses, assassinatos de trabalhadores rurais fazem parte da história agrária maranhense (SODRÉ, 2017; PRIETO, 2019).

A concentração fundiária no Maranhão é resultante da distribuição de terras públicas, na forma de grandes propriedades, a grupos econômicos, realizada desde meados de 1970, durante governos autoritários da ditadura civil-militar (SODRÉ,

2017). A "Lei Estadual de Terras de 1969" estimulou a concentração fundiária e de renda, gerando crescente violência e conflitos no campo, e a expropriação das quebradeiras de suas terras tradicionalmente ocupadas (PRIETO, 2019).

Reafirmo que historicamente o oeste do Maranhão sofre com conflitos agrários em função da limitação do acesso das quebradeiras de coco babaçu aos babaçuais pelos grandes proprietários de terras. E que o território das quebradeiras tem sido cada vez mais reduzido em função da privatização de terras. Em se tratando das discussões que permeiam as questões agrárias, Moscal (2015, p. 141), acredita que “a regularização fundiária é pano de fundo para a (re)construção identitária de grupos sociais, o que a torna objeto impreterível nos estudos e argumentações acerca da legitimação de prerrogativas territoriais dos povos tradicionais.”

Apresentada, em linhas gerais, a racionalidade e concretude da constituição da propriedade privada da terra em nível estadual, a Lei Sarney de Terras é responsável não só pela expulsão da população camponesa de suas terras, como principalmente pela regulamentação do latifúndio e daí os conflitos derivados. Na região dos babaçuais maranhense esses conflitos se deflagram em decorrência das diferentes lógicas de apropriação do território, principalmente porque a lógica está voltada para a expansão de fronteiras agrícolas em função de projetos econômicos desenvolvimentistas.

Políticas desenvolvimentistas e os impactos da expansão das fronteiras agrícolas sobre os babaçuais maranhenses

As fronteiras agrícolas são ambientes dinâmicos, caracterizados pela conversão de habitats nativos em agricultura. São regiões que possuem características peculiares em termos de conflitos entre produção e conservação, como foi abordado em tópicos anteriores. A Amazônia brasileira é exemplo vivo disso. Como se sabe, a Amazônia possui grande diversidade sociocultural, e a forma como ela tem sido ocupada produz uma série de impactos sobre as condições naturais e ambientais, que por sua vez interferem negativamente sobre os modos de vida das populações tradicionais locais (MELLO, 2006; MORAN, 2009; SCHIESARI et al. 2013).

Isso se aplica à Amazônia maranhense. Nessa região estão dispersos os babaçuais, que ocupam uma área extensa no Maranhão, estando distribuídos por mais de 10 milhões de hectares, o que equivale a 54% da área de babaçuais no Brasil (DIEGUES, 2000; IBGE, 1997; MANTOVANI, 2003). Porém, nas últimas cinco décadas, a ocupação do território e a organização de atividades econômicas no Maranhão, respaldados por projetos e políticas desenvolvimentistas, têm beneficiado os latifundiários e o agronegócio, em detrimento das atividades de populações tradicionais.

Na Amazônia maranhense a intensificação da ocupação e dos conflitos por terra se deram principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, quando empresas privadas e proprietários do centro-sul do país passaram a adquirir títulos e terras do Estado e instalaram empreendimentos agropecuários na região. Para se concretizar

a territorialização desses empreendimentos, ocorreu muitas expropriações e expulsões violentas de trabalhadores rurais (FEARNSIDE, 2005; MELLO-THÉRY, 2011), o qual inclui a expropriação das quebraadeiras de coco babaçu de suas terras tradicionalmente ocupadas.

Outro motivo de intensificação da ocupação na região se refere à promoção de políticas integracionistas, econômicas e desenvolvimentistas do Governo Militar, que fomentou a integração da Região Norte ao restante do país. Para que isso acontecesse, um conjunto de obras de infraestrutura, como as rodovias Transamazônica e a Belém-Brasília, foi construído para integrar o país (FEARNSIDE, 2005; MELLO-THÉRY, 2011; MORAN et al. 2008).

As fronteiras agrícolas são projetos econômicos voltados principalmente para a criação de gado e produção de soja, que para implementação necessitam, dentre outras coisas, da abertura de grandes rodovias para facilitar o acesso às grandes propriedades e o escoamento da produção (FEARNSIDE, 2005; MELLO-THÉRY, 2011; MORAN et al. 2008). Elas provocam desmatamento, queimadas, e desapropriação de famílias rurais. Segundo Becker (2008, p. 283), o crescimento econômico a qualquer custo tem sido responsável pela geração de conflitos sociais e ambientais na região amazônica.

Segundo o INPE, provenientes do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia Legal (PRODES), 18% das florestas da Amazônia Legal foram removidas no Maranhão. Esse percentual concentra-se no Arco do Desflorestamento, área que se estende do oeste do Maranhão passando por Tocantins, parte do Pará e do Mato Grosso, todo o Estado de Rondônia, o sul do Amazonas e chegando ao Acre (ARAÚJO, 2011). Os municípios que compõem o Arco do Desflorestamento, na Amazônia Legal, demonstram profundas alterações na paisagem natural (ARAÚJO, 2011). Áreas que eram de extensas florestas passaram a ser ocupadas por pastagens, agroindústrias, mineradores madeireiras e, mais recentemente, por extensas plantações de eucalipto, o que gera altas taxas de desmatamento e queimadas, expressivas perdas de biodiversidade e diminuição de territórios de populações tradicionais (ARAÚJO, 2011; MELLO-THÉRY, 2011).

A partir de 2013, um novo modelo econômico chegou ao estado do Maranhão, a Silvicultura, com a expansão de plantios de eucalipto, e disso tem decorrido mais problemas socioambientais. A silvicultura depende de extensas áreas para plantio, o que tem provocado ainda mais desmatamento das palmeiras de babaçu e provocados conflitos (MARQUES, 2016).

O atual contexto político que defende ferozmente a flexibilização das políticas ambientais no país só tende a agravar os impactos socioambientais na região amazônica. Nas últimas décadas tem havido um crescente estímulo ao agronegócio no país. Que voltou a se agravar a partir do golpe de 2016.

O gráfico abaixo mostra as taxas históricas do desmatamento da Amazônia Legal, calculadas pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) de 1988 a 2019. A tendência de aumento de desmatamento a partir de 2017 reflete o resultado do afrouxamento da fiscalização na Amazônia para expansão do agronegócio nos últimos três anos. A taxa consolidada de desmatamento por corte raso para os nove

estados da Amazônia Legal em 2019 foi de 10.129 km², um aumento de 34% em relação a 2018. Deste total, o Maranhão contribuiu com 237 km².

Figura 3 - Taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal de 1988 a 2019



Fonte: TerraBrasilis/ Prodes/ INPE, 2020.

Como apontam os dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) deste ano, em março de 2020, o Sistema de Alerta do Desmatamento (SAD) do Imazon detectou 254 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia Legal, um aumento de 279% em relação a março de 2019, quando o desmatamento somou 67 quilômetros quadrados. Já em abril, o desmatamento da Amazônia foi o maior dos últimos 10 anos, com 529 quilômetros quadrados de área destruída. O estudo mostra que houve um aumento de 171% na área desmatada na comparação com o mês de abril de 2019 (IMAZON, 2020).

Em um momento que o mundo vive uma Pandemia em decorrência do novo Coronavírus, em que dezenas milhares de vidas estão sendo perdidas pela Covid-19 e que o país ocupa o segundo lugar no mundo em número de casos da doença e em número de mortes, o Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, em reunião ministerial com o Presidente Jair Bolsonaro, faz clara alusão à destruição da Amazônia ao defender que “*precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas*”. Não bastasse o horror de viver uma pandemia, ainda vivemos a angústia de viver a pandemia num país em que a pauta central é o desmonte da política ambiental e destruição do país, por meio da destruição das instituições democráticas.

Este retrato aponta para um cenário conflituoso, de interesses difusos e implícitos, o qual necessita ser aprofundado e debatido, sobretudo para a contribuição na integração agendas agrária e ambiental, como a regularização fundiária de territórios tradicionalmente ocupados e a ampliação da fiscalização no combate ao desmatamento ilegal. Obviamente essa postura contribui com o aumento dos conflitos por terra e com a violência na Amazônia como um todo, com implicações socioambientais na vida das populações indígenas e tradicionais na região, como as quebradeiras de coco babaçu, no oeste maranhense.

Considerações parciais

Dentre os fatores atuais que ameaçam a reprodução das quebradeiras no oeste do Maranhão estão o avanço da fronteira agrícola, como por exemplo os planos de desenvolvimento agrícola sojíferos, especialmente o MATOPIBA e a expansão da territorialização do setor celulósico-papeleiro que, para serem concretizados, desencadeiam fenômenos como a privatização dos babaçuais, as queimadas, o desmatamento e pode ameaçar a continuidade desse modo de vida tradicional. Compreendo que o avanço do agronegócio, por meio das fronteiras agrícolas, é um fator de agravamento dos conflitos fundiários e ambientais e um incremento da luta pela terra no Maranhão.

Os conflitos socioambientais na Amazônia maranhense são expressões do modelo econômico desenvolvimentista adotado nas últimas cinco décadas, que leva à supressão dos babaçuais e altera as formas singulares do modo de vida das quebradeiras. O emaranhado de conflitos por terra no Maranhão é decorrente das disputas que se dá entre a lógica das quebradeiras e a lógica capitalista. As primeiras lutam pela sobrevivência e pela reprodução dos seus modos de vida que está intrinsecamente associado aos babaçuais e ao usufruto comum do território, já a lógica capitalista é de reprodução ampliada do lucro. E para consolidação deste modelo de desenvolvimento, desterritorializam as quebradeiras de suas terras tradicionalmente ocupadas. Que historicamente e coletivamente estão envolvidas num processo de disputas pela defesa de seus territórios e pela reprodução cultural do grupo.

Os resultados parciais da pesquisa, ainda em desenvolvimento, apontam que o avanço da fronteira agrícola para a Amazônia Legal a partir de 1970 tem provocado impactos negativos nos babaçuais do oeste do Maranhão, com reflexos significativos nos modos de vida tradicional das quebradeiras de coco babaçu em função de mudanças em suas práticas tradicionais, como na quebra e coleta, mas principalmente com mudanças na estrutura fundiária e no direito de acesso e extração desse bem natural.

Tais mudanças são percebidas pelas quebradeiras, cujos efeitos se fazem sentir, sobretudo na redução da renda e na diminuição da prática, o que tem contribuído para o movimento de auto-organização e de mobilização política, em reação a essas mudanças. Elas têm claro que a defesa dos babaçuais, concebida como uma luta de caráter socioambiental e pela terra, vai além dos conflitos com grandes proprietários de terras, perpassando também sua identidade política, cuja atividade tradicional não só depende da preservação dos babaçuais, como contribui para que esta preservação ocorra.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A.N. Contribuição à geomorfologia do Estado do Maranhão. *Notícia Geomorfológica*, Campinas, v.3, n.5, p.15-25, abr. 1960.

ALMEIDA, A. W. B. 2004. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais e o uso comum. In: _____. Terras de quilombo, terras de indígenas, "babaçuais

- livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: Fundação Ford, PPGSCA- UFAM, 2006. P. 21-99. V. 2. (Coleção tradição e Ordenamento Jurídico).
- ALMEIDA, A.W.B. Quebradeiras de Coco Babaçu: identidade e mobilização - legislação específica e fontes documentais e arquivísticas. III Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. São Luís: MIQCB, 1995.
- ALMEIDA, M. W. B e Carneiro da Cunha, M. 2009. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: M. Carneiro da Cunha, **Cultura com Aspas**. São Paulo: Cosac Naify. p. 277-300.
- ALVES, V. E., Nóbrega, M. L., & Kluck, E. G. (2018). O avanço da violência contra as comunidades agroestrativistas camponesas no espaço regional do MATOPIBA e Pré- Amazônia. OKARA: Geografia em debate, 549-576.
- AMARAL, Mayka Danielle Brito. **Reforma Agrária e Reconhecimento: o caminho da autonomia e liberdade das camponesas-quebradeiras de coco babaçu da região do Bico do Papagaio**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017.
- ANDRADE, M. de P.. (2011). A Suzana – o cerco das terras camponesas e a destruição dos. ANPOCS, 1-19.
- ANDRADE, M. de P.; FIGUEIREDO, L.D. Na lei e na marra – a luta pelo livre acesso aos babaçuais. Projeto Olhar Crítico – casos bons para pensar – DFID/ACTION AID. São Luís, 2004.
- BALÉE, William. Cultura na vegetação da Amazônia brasileira. In: NEVES, Walter Alves (Org.). **Biologia e ecologia humana na Amazônia: avaliação e perspectivas**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.
- BECKER, Bertha K. Pensando no Futuro da Amazônia: O Papel das Grandes Cidades em Produzir para Conservar. In BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emílio; ALVES, Diógenes (orgs). **Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação**. São Paulo: EDUSP, 2008. p283.
- BOMBARDI, Larissa Mies. “Movimentos sociais no campo e a ordem moral camponesa”. In: Anais do II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/I Simpósio Internacional. São Paulo, 2003, 11p.
- DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. 211p.
- FEARNSIDE, P.M. Desmatamento na Amazônia brasileira: História, índices e consequências. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Megadiversidade: 113-123. Volume 1 - Nº 1. Julho 2005.
- IMAZON (2020). Fonseca, A., Cardoso, D., Ribeiro, J., Ferreira, R., Kirchhoff, F., Monteiro, A., Santos, B., Ferreira, B., Pontes, M., Souza Jr., C., & Veríssimo, A. 2020. Boletim do desmatamento da Amazônia Legal (março 2020) SAD (p. 1). Belém. <https://amazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-marco-2020-sad/>.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. A violência no campo. Atlas da Questão Agrária Brasileira. 2020. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/violencia.htm>. Acesso em 10 de maio de 2020.
- INPE, 2020 Taxas anuais de desmatamento na Amazônia Legal Brasileira (AMZ): http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em 15 de novembro de 2020.
- MANTOVANI, Waldir. A degradação dos biomas brasileiros. In RIBEIRO, W.C. Patrimônio Ambiental Brasileiro. São Paulo. EDUSP/ Imprensa Oficial do Estado, 2003. p.402.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. A territorialização da empresa Suzano no Campo em São Paulo e no Maranhão. Revista GeoNordeste, São Cristóvão, Ano XXVIII, n. 2, p. 213- 227, jul./dez. 2016.

- MARQUES, Marta Inez Medeiros. O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social/ Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inez Medeiros Marques (orgs.) – São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz da Terra, 2004.
- MARTINS, Marlúcia Bonifácio; OLIVEIRA, Tadeu Gomes de. Amazônia Maranhense: diversidade e conservação. Museu paraense Emílio Goeldi. Belém: MPEG, 2011. 328p.
- MELLO, Neli Ap. de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.
- MELLO-THÉRY, Neli Ap. de. **Território e Gestão Ambiental na Amazônia. Terras públicas e os dilemas do Estado**. São Paulo: Annablume, 2011.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Mundialização da Agricultura Brasileira. São Paulo: Iandê Editorial, 2016, 545p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.
- PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antônio Carlos. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, n. 22, p. 37-50, 2010.
- PEREIRA, Marielle Rodrigues. Caminhos para proteção dos babaçuais e dos seus detentores culturais. *Revista CPC*, São Paulo, n.19, p. 33-48, jun. 2015.
- PRIETO, G. F. T. Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista: grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra. 2016. 742f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- RÊGO, J. L., & ANDRADE, M. d. (2006). História de mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão.
- SODRE, Ronaldo e MATTOS, José. O emaranhado dos conflitos de terra no campo maranhense. *GOT* [online]. 2016, n.10, pp.345-354. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S21821267201600020007.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- VIANA, F. S. (2017). *As quebradeiras de coco babaçu e o avanço da fronteira agrícola no Oeste do Maranhão: saber, territorialidade e meio ambiente*. São Paulo-SP, Brasil.

Capítulo 3: CAPITALISMO ÉTICO E VERDE NO BRASIL: ALGUNS PRESSUPOSTOS E CONTRADIÇÕES DE UMA DE SUAS VERTENTES

Gustavo Costa Meyer

Introdução

Desde 2013 venho estudando a questão da sustentabilidade, em seus diversos sentidos, buscando debater, principalmente, se tal noção, em seu conteúdo estabelecido hegemonicamente, representaria ou não um novo paradigma civilizatório. Nesse sentido, gostaria de explorar neste artigo os resultados da minha dissertação, buscando analisar de forma mais ampla algumas questões em específico, tendo como base, principalmente, alguns conceitos da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Dentre as questões em específico que não foram exploradas adequadamente na dissertação mencionada se destaca o que se pode chamar de uma nova versão de “capitalismo verde”, a qual trás elementos que devem ser debatido, por buscarem fugir, através de argumentos que serão apresentados posteriormente, de uma simples associação com o marketing verde, discutindo uma espécie de economia híbrida, que busca, como dito pelos próprios autores, aproximar Estado, mercado e sociedade civil, incorporando elementos do Estado de Bem Estar Social, mecanismos de mercado e descentralização dos meios de produção.

Se buscará, dessa forma, nesse artigo, a análise crítica dessa versão de “capitalismo verde”, mesmo que de maneira ainda inicial e genérica, utilizando-se das ideias trabalhadas por Ruy Mauro Marini na TMD, explorando, principalmente, suas críticas e apontamento dos limites das correntes desenvolvimentistas dos anos 1960 e sua abordagem do processo de industrialização na América Latina, com as consequentes dificuldades da inserção dos países dessa região em um patamar mais qualificado na divisão internacional do trabalho.

A estrutura desse texto se apresenta de maneira a, primeiramente, apresentar, de forma resumida, os principais resultados de minha dissertação, que buscou discutir a possibilidade de que o chamado Desenvolvimento Sustentável (DS), em termos discursivos e materiais, tenha se consolidado ou não como um novo paradigma contemporâneo, apresentando-se os elementos (epistemológicos, econômicos, entre outros) que comporiam e caracterizariam tal paradigma; essa busca dialogou permanentemente, ao longo do trabalho, com o importante conceito de matriz discursiva, visto que tal noção se contrapõe, de certa maneira, a ideia de sustentabilidade como paradigma.

Posteriormente, analisaremos de modo mais específico a ideia de “capitalismo verde” já citada, a qual busca redefinir a ideia de DS, considerando que o conteúdo discursivo e prático hegemônico relacionado à noção não está totalmente definido, estando aberto à disputa em um determinado campo institucional construído.

A sustentabilidade em questão: paradigma ou matriz discursiva?

Neste tópico discutiremos brevemente os resultados da pesquisa que dá o nome do título deste item, apontando as principais conclusões de forma a contextualizar a posterior discussão da ideia de “capitalismo verde” já citada.

Nesse sentido, em minha dissertação, busquei analisar, primeiramente, as teorias e conceitos a respeito das noções de paradigma e matriz discursiva; posteriormente, em um segundo momento, se fez necessária uma análise do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) em termos geopolíticos e econômicos, com a recuperação do histórico e da discussão referente a construção institucional e política do conceito de DS, relacionando tal construção com os respectivos interesses em disputa em torno do termo, os quais permanecem até hoje.

Como noção mais ampla de paradigma, Morin (2011) aponta que este pode ser definido como os princípios supralógicos ocultos de organização do pensamento, os quais direcionam a nossa visão da realidade sem que disso tenhamos consciência; tal conceituação tem intensa relação com o que foi discutido por Kuhn (2011), em que este aponta que o avanço do conhecimento científico não se dá a partir do contínuo processo de acumulação de saberes, e sim através de determinadas lentes (os paradigmas) que selecionam aquilo que é visível e o que não o é.

Dessa forma, foram tecidas algumas considerações acerca da noção hegemônica de DS; a mais importante delas diz respeito ao fato do DS não representar uma mudança paradigmática de fato, visto que:

Mudança paradigmática ocorre com rupturas, com alteração de arcabouço teórico e metodológico e não apenas quando se inclui um novo tema [a questão ambiental]. Mudar um paradigma implica uma revolução científica que propiciaria entender a dinâmica da natureza, a produção e reprodução do espaço, as normas societárias, em sua totalidade, com suas contradições e conflitos, e deixaria evidente a importância do espaço e do território. (Rodrigues, 2011, p.210)

O DS se apresenta muito mais como uma matriz discursiva do que como um paradigma, integrando uma matriz discursiva do meio ambiente, da maneira como foi colocado por Rodrigues (2011). De acordo com a autora, as matrizes discursivas sobre o meio ambiente obscurecem os aspectos causais, ou seja, não se aborda a dinâmica mais profunda da desigualdade e da segregação socioespacial, desprezando-se categorias importantes de análise, como o território, o espaço, o modo de produção e a sociedade.

Nesse sentido, pode-se dizer que o DS se encontra delimitado em um campo institucional específico, com pesquisas e políticas públicas orientadas e influenciadas pelos agentes determinantes hegemônicos de tal campo, como o Banco Mundial, por exemplo. Estes, de acordo com determinada visão de

desenvolvimento (como sinônimo de crescimento econômico e se utilizando do viés ambiental da economia neoclássica) e da problemática ambiental (relegada a uma questão de gestão ou planejamento ambiental adequado, sem maiores entendimentos com relação a dinâmica territorial em sua totalidade) influenciam os discursos que devem permear o campo ambiental, pautando, inclusive, o conhecimento científico. Nobre e Amazonas apud Veiga (2005, p. 164) apontam que:

É o mainstream da teoria econômica, a economia neoclássica em sua vertente ambiental, a teoria hegemônica na determinação do que seja o DS [Desenvolvimento Sustentável] e, por consequência, do que seja a própria posição do meio ambiente na prática política, social e econômica.

A noção de DS, em sua forma hegemônica, pode ser descrita, portanto, por algumas características, relacionadas, principalmente, a teoria econômica de vertente neoclássica: necessidade de crescimento econômico (ou acumulação do capital) de maneira ilimitada, sendo que no caso do Brasil, tal processo é conduzido pelo setor econômico do agrobusiness; crença na ciência moderna e no desenvolvimento tecnológico para resolução da problemática ambiental, algo denominado de ecoeficiência, ou seja, a crença no uso da tecnologia, em seu constante aprimoramento, para o melhor aproveitamento da matéria e da energia utilizadas no processo produtivo, sem que se precise de maiores intervenções no processo macroeconômico; como consequência de tal crença tecnológica, a ideia de que a responsabilidade socioambiental corporativa é suficiente como resposta às questões socioambientais, sem que se precise de intervenções no processo de crescimento econômico; busca da eliminação da pobreza nos países ditos “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento” (na busca da elevação do teto de consumo destes, e não na redução do consumo dos países ditos desenvolvidos) como estratégias para a preservação ambiental.

O DS colocado desta forma não representa, assim, qualquer ruptura com o chamado paradigma da simplificação discutido por Morin, Leff e outros autores, sendo apenas uma matriz discursiva que encobre (e desenvolve na prática) o núcleo de tal paradigma, influenciando a práxis dos diversos agentes sociais presentes nos territórios. Morin denomina de paradigma da simplificação o paradigma hegemônico da atualidade, com características reducionistas e o qual não possibilita uma leitura dialética da realidade

Em confronto ao paradigma da simplificação, segundo Morin, está o chamado paradigma da complexidade ou pensamento complexo. Morin (s/d) destaca que o “pensamento complexo não é o contrário do pensamento simplificador, mas integra este” (p. 18), operando a união entre simplicidade e complexidade. Para Morin, o pensamento complexo possui três vertentes: a primeira vertente é a de discutir sem dividir. A segunda vertente é a da

imprevisibilidade ou incerteza, visto que um pensamento complexo deve ser capaz de não apenas religar, mas de também saber lidar com a incerteza; nesse sentido, Morin (s/d) aponta que o pensamento capaz de lidar com a incerteza existe, mesmo que de modo ainda insuficiente, no domínio das ciências (com o uso da estatística, por exemplo). A terceira vertente, segundo Morin (s/d), é a da oposição da racionalização fechada à racionalidade aberta, onde a primeira pensa que é a razão que está a serviço da lógica (ou seja, pode-se ter um discurso lógico, mas vazio de razão), enquanto a segunda imagina o inverso.

O paradigma da complexidade relaciona-se a outras noções importantes, como a dialética e a totalidade. A passagem do paradigma da simplificação para o paradigma da complexidade, segundo Rodrigues (2011), implica na construção e adoção de novos métodos e teorias, os quais busquem a macro articulação disciplinar e possuam uma perspectiva de totalidade. Loureiro (2006) aponta que o pensamento complexo busca superar os paradigmas simplificadores que operam a disjunção ser humano/natureza ou que reduzem o ser humano à natureza de modo indistinto; ainda de acordo com o autor, a realização da natureza humana é aquilo que nos distingue como seres naturais das demais espécies: produzimos nossa história e os meios de produção da vida, o que pressupõe a capacidade de definir objetivos intencionalmente e o uso da cultura, da linguagem e da cooperação. Para Lowy (2006) apud Loureiro (2006, p. 147) um paradigma da complexidade deve se apoiar fundamentalmente na dialética marxista

Buscando uma possível ruptura com a matriz discursiva do meio ambiente, existem algumas linhas de pensamento que se apresentam como possíveis novos aportes teórico-metodológicos, condizentes, talvez, com um paradigma da complexidade que leve em conta, principalmente, as noções de totalidade e de complexidade ambiental, de acordo com o que foi apontado por Morin e outros autores.

Nesse sentido, destacam-se duas visões ou coletivos do pensamento, onde um deles, que chamaremos aqui de nova concepção do capitalismo verde, busca redefinir a noção de DS, de forma pragmática, enquanto o outro busca uma ruptura com tal ideia, em uma leitura anticapitalista da emancipação humana, visão que não abordaremos neste trabalho.

Por um capitalismo ético e verde

Na linha de pesquisa dos coletivos de pensamento que buscam redefinir a noção de DS, no Brasil, podemos citar aquelas correntes que problematizam a questão do crescimento econômico em sua relação com a dimensão socioambiental, sem, no entanto, romperem de forma radical com o sistema econômico e político posto. Entre os autores nessa linha de pensamento, pode-se citar Ricardo Abramovay.

A noção de DS de Abramovay tem como uma de suas bases as ideias de Amartya Sen, como se pode notar a partir de Abramovay (2010), o qual aponta que

o “Desenvolvimento sustentável é o processo de ampliação permanente das liberdades substantivas dos indivíduos em condições que estimulem a manutenção e a regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas às sociedades humanas” (p. 97).

Nesse sentido, no livro “Muito além da Economia Verde”, Abramovay discorre acerca da possibilidade de mudanças sociais significativas no interior do sistema capitalista, incluindo a discussão de resoluções para as problemáticas socioambientais. O autor critica, à luz da sociedade em rede atual, aqueles que imputam ao capitalismo o que ele chama de “natureza eterna e imutável” (ABRAMOVAY, 2012, p.130). O autor critica a separação estanque que comumente é feita entre Estado, mercado e sociedade civil; para ele, tais relações são muito mais complexas e podem caminhar em direção ao que o autor denomina de uma “nova economia” (abordagem que se aproxima de um viés econômico institucionalista).

O autor também aponta a necessidade de uma nova economia para o avanço do processo de desenvolvimento, todavia, destaca que esse é um ponto comum entre diferentes atores sociais (empresas, governos, instituições multilaterais, entre outros); para tais atores sociais, em sua grande maioria, uma nova economia passa pelo aumento na oferta de bens e serviços, sendo que o aumento no consumo, por essa lógica, permitiria a satisfação das necessidades básicas daqueles bilhões que ainda vivem em situação de pobreza extrema; a resposta passaria, então, pelo aumento do crescimento econômico, o que favoreceria a criação de empregos, a coesão social, a arrecadação de impostos e a possibilidade de expandir a oferta de bens e serviços públicos e privados. Abramovay discorda dessa visão do que seria uma nova economia, e aponta dois problemas básicos com tal lógica exposta.

Um desses problemas é o fato básico de que o crescimento econômico ilimitado (crescimento incessante da produção e do consumo) não pode se dar devido a limitantes ecossistêmicos à expansão do processo produtivo. O segundo problema é que a capacidade real da economia erradicar a pobreza tem sido limitada até o momento, tendo atingido seu limite pela fórmula econômica exposta anteriormente.

O autor acredita que é possível orientar o processo econômico em uma direção que não seja a do crescimento econômico ilimitado, através da pressão crescente, exercida por políticas públicas e por outras forças sociais, na gestão privada e no modo como os indivíduos relacionam-se com a questão do consumo; desse modo, seriam possíveis alterações nos sistemas administrativos e nas cadeias de valor das empresas.

Abramovay e outros autores consideram que a transição para uma nova economia, que não seja pautada pela fórmula clássica do crescimento econômico, orienta-se por duas mudanças fundamentais: a primeira referente a relação entre sociedade e natureza e a segunda referente a questão entre economia e ética. No que tange a relação entre sociedade e natureza, o autor chama a atenção para dois pontos importantes: o primeiro é com relação à questão do reconhecimento dos limites

ecossistêmicos na definição de possibilidades para o processo de desenvolvimento, com uma crítica direta a noção corrente de que o desenvolvimento tecnológico pode superar tais limites; o segundo ponto importante para o autor, na relação entre sociedade e natureza, é a inovação.

Para Abramovay (2012), a inovação deve andar junto com a questão dos limites ecossistêmicos, traduzindo-se pelo melhoramento de como se obter e se transformar “a energia, os materiais e a própria biodiversidade em produtos e serviços úteis para a sociedade” (p. 18). A inovação, no sentido posto, não deve ser confundida com o aumento generalizado na produtividade, com produzir mais com menos trabalho e capital, visto que se tem a compreensão, atualmente, que o fator produtivo limitante é o chamado capital natural, não substituível pelo aumento de produtividade dos demais fatores de produção; assim, a criatividade deveria ser estimulada em direção a obtenção de “bens e serviços apoiados no uso cada vez mais inteligente, eficiente e parcimonioso de matéria, energia e da própria biodiversidade” (ABRAMOVAY, 2012, p. 19).

Abramovay e outros autores apontam, então, que a transição para uma nova economia necessita da emergência de um metabolismo social que garanta a permanência e regeneração dos chamados serviços ambientais, que são, em uma linguagem econômica e antropocêntrica, os serviços que os ecossistemas prestam às sociedades humanas. Para isso, a questão do limite/inovação deve se apoiar em uma mudança na relação entre economia e ética, visto que um novo metabolismo social é incompatível com o pensamento corrente de que o objetivo da economia é o de promover o crescimento incessante da produção e do consumo; o propósito da economia deve ser revisto e alterado (visão parecida com a de Celso Furtado, Amartya Sen, Ladislau Dowbor e outros autores), colocando-se a ética no centro da vida econômica, insistindo-se nos fins humanos de produção e utilização da riqueza.

Percebe-se assim, que no pensamento de Abramovay e de outros autores existe a tentativa de construção teórica do que seria “colocar a economia em seu lugar”, ou então de retirar o seu domínio em uma hierarquia de dimensões, colocando-a a serviço do bem-estar dos indivíduos e da sociedade (e considerando seu efeito no estado dos ecossistemas), e não o contrário, o crescimento econômico por si só, ou para si mesmo. E o autor coloca, expressamente, que tal questão não deve ser encarada pelo monopólio do Estado sobre as decisões do setor privado e nem pela abolição dos mercados, e sim “no âmbito de uma economia descentralizada na qual os mercados desempenham papel decisivo, ainda que, evidentemente, não exclusivo” (ABRAMOVAY, 2012, p. 22). Como fator importante de intervenção nas decisões empresariais, na visão de Abramovay, aparece o fortalecimento da participação da sociedade civil, e da cooperação social de maneira mais geral, que poderia ser potencializado com base em instrumentos de custo reduzido funcionando em rede, atuando como alternativas descentralizadas de controle social e indo para além desse propósito.

Abramovay aponta, assim, que uma nova economia questiona o tradicional pilar científico e político com o qual se avalia o uso dos recursos sociais: o crescimento econômico; coloca-se em questão a finalidade e o sentido do processo

econômico. Utilizando-se das ideias de Georgescu-Roegen e de autores contemporâneos, Abramovay coloca que, apesar da importância da continuidade de expansão das ofertas de bens e serviços para se preencher as necessidades dos ainda bilhões que se encontram em situação de pobreza, não é possível, dado o que o que foi exposto, que tal objetivo seja alcançado tendo-se o crescimento econômico como resposta genérica.

Para o autor, países que alcançaram certo nível de prosperidade e bem-estar deveriam abertamente renunciar ao crescimento econômico, objetivando o decrescimento, permitindo que “a resposta ao desemprego não esteja no aumento da produção, e sim na capacidade de converter a elevação da produtividade em mais lazer, mais vida comunitária e maior contribuição das economias locais” (ABRAMOVAY, 2012, p. 27); no caso de nações consideradas “em desenvolvimento”, estas deveriam dirigir sua macropolítica econômica não para o crescimento econômico em geral, mas sim para bens e serviços que garantam algo mais que o emprego, como o respeito à manutenção e regeneração dos serviços ambientais, mantendo-se políticas de transferência de renda, importantes no combate à miséria e na redução da desigualdade.

Em síntese, para este redirecionamento do desenvolvimento, Abramovay, principalmente, caracteriza o que seria a base para uma nova economia, pautada por mudanças nas relações entre sociedade e natureza e entre economia e ética. O autor também destaca que tal redirecionamento é possível dentro de uma ordem econômica capitalista, criticando aqueles que elaboram proposições de “caminhos alternativos”, com base em uma análise estrutural do processo de acumulação do capital.

Notas críticas ao capitalismo ético e verde

A dupla articulação: dependência e desigualdade socioeconômica

Assim como Plínio de Arruda Sampaio Jr. e outros autores, pode-se dizer que Abramovay também critica o chamado neodesenvolvimentismo, construção teórica elaborada nos últimos anos que, de acordo com Sampaio Jr., pensava ser “uma alternativa qualitativa de desenvolvimento capaz de resolver os problemas renitentes da pobreza e da dependência externa” (SAMPAIO Jr. 2012, p.673), caracterizando-se como uma tentativa de alusão ao “velho” desenvolvimentismo, possuindo, todavia, diferenças substanciais.

De acordo com Sampaio Jr. (2012, p. 673), o desenvolvimentismo “é um termo vago utilizado para designar o pensamento crítico sobre os dilemas e os desafios do desenvolvimento nacional nas economias latino-americanas enredadas no círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento”. Nesse sentido a busca do velho desenvolvimentismo, de acordo com Sampaio Jr. (2012), era pela criação das bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o desenvolvimento capitalista, na busca, portanto, pela “utopia” de um capitalismo domesticado, voltado para a supressão das necessidades da sociedade

nacional. Nesse sentido, ainda de acordo com o mesmo autor, era preciso enfrentar a principal problemática impeditiva para o controle dos fins e dos meios do desenvolvimento do capitalismo nacional: a perpetuação da dupla articulação problemática da dependência externa e da desigualdade extrema entre as classes sociais.

Historicamente, o velho desenvolvimentismo surge por conta da inadequação teórico-metodológica da teoria econômica convencional para tratar da questão específica da existência e persistência do subdesenvolvimento, tornando-se necessária a busca de novos caminhos e abordagens. Nesse sentido, na década de 1950, no contexto histórico de surgimento das principais teses da teoria do desenvolvimento, surge, entre economistas latino-americanos, o chamado estruturalismo econômico, sendo o “Manifesto Latino-americano”, escrito por Raúl Prebisch, o marco da criação da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e do pensamento estruturalista cepalino. O estruturalismo teve como objetivo principal, segundo Furtado (1967), pôr em evidência a importância dos parâmetros não-econômicos dos modelos macroeconômicos - p.e, regime de propriedade da terra, controle das empresas por grupos estrangeiros, entre outros.

Na América Latina, uma das principais contribuições teóricas da CEPAL foi a crítica a chamada teoria das vantagens comparativas, a qual, basicamente, defende “a especialização dos países segundo a dotação de fatores de produção, ou seja, os países com elevada concentração de capital deveriam centrar-se na produção industrial, ao passo que aqueles abundantes em terra e trabalho, na produção agrícola” (BARUTO, 2015, p.13). De acordo com Furtado (1967) e outros teóricos estruturalistas, a chamada deterioração dos termos de troca observada no comércio internacional entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, apontava para os problemas da especialização produtiva preconizada pela teoria das vantagens comparativas.

Assim, frente a tal processo, os teóricos estruturalistas defendiam a ampla industrialização, através de um processo de substituição de importações, de forma que os países latino-americanos passassem a produzir internamente aquilo que antes necessitavam importar, buscando equilibrar a balança de pagamentos. Ruy Mauro Marini (1973, p. 19), um dos teóricos da TMD, aponta que “foi sobre essa base [deslocamento do centro de gravidade da oferta externa de bens manufaturados de consumo para a produção interna] que prosperaram, na década de 1950, as diferentes correntes chamadas desenvolvimentistas, que supunham que os problemas econômicos e sociais que afetavam a formação social latino-americana tivessem origem na insuficiência do desenvolvimento capitalista e que a aceleração deste bastaria para fazê-los desaparecer”.

Dessa forma, Baruto (2015), com base em Marini (1973) e em outros teóricos da TMD, aponta que a CEPAL, ainda que tenha conseguido ir muito além das clássicas teorias do desenvolvimento, manteve-se fiel à ideia de que com medidas econômicas adequadas aplicadas ao comércio internacional, seria possível aos países subdesenvolvidos chegarem ao desenvolvimento capitalista pleno. Todavia, a crise do desenvolvimentismo nos anos 1960, de acordo com Baruto

(2015) foi um reflexo da incapacidade de se reproduzir experiências bem-sucedidas de desenvolvimento nos chamados países subdesenvolvidos, onde mesmo aqueles países com altas taxas de crescimento econômico encontravam-se restringidos pela profundidade da sua dependência econômica e política à economia internacional, não conseguindo uma inserção na divisão internacional do trabalho em outro patamar.

De acordo com Marini, o processo de industrialização na América Latina assumirá características específicas, levando-se em consideração as bases criadas pela economia de exportação, com a atrofia do mercado interno e a consequente superexploração do trabalhador, nunca chegando a “conformar uma verdadeira economia industrial, que, definindo o caráter e o sentido da acumulação de capital, acarretasse em uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico desses países” (MARINI, 1973, p.19).

Marini aponta que, diferentemente da chamada economia capitalista clássica, onde a formação do mercado interno se dá como contrapartida do processo de acumulação do capital, nas economias dos países subdesenvolvidos há uma separação entre a esfera da produção e do consumo, visto que a economia exportadora independe do mercado interno para realizar sua produção, voltada para o circuito do comércio exterior, exercendo, assim, uma forte compressão sobre o consumo individual do trabalhador, o que acarretaria a criação de uma indústria frágil, que só se amplia mediante a ação de fatores externos, como no período entre guerras, com o fechamento parcial do acesso da esfera alta de consumo para o comércio de importação, pressionando pela criação de indústrias para atender tal camada, com a produção de bens supérfluos.

De acordo com Marini, o processo de industrialização nos países subdesenvolvidos acaba por reproduzir, dessa forma, o modo de circulação da economia exportadora, com a acumulação de capital se baseando na superexploração do trabalhador. Todavia, na industrialização já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que ocorre, e sim a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, com a produção industrial latino-americana, voltada para as camadas altas da sociedade, estando dissociada das condições de salário próprias dos trabalhadores. Marini aponta que, mesmo em determinada altura do processo, quando a oferta industrial coincide em linhas gerais com a demanda existente, o que na economia capitalista clássica levaria a necessidade de generalizar o consumo de manufaturas, com os bens supérfluos se convertendo em bens de consumo popular, nas economias subdesenvolvidas dependentes leva a outros tipos de adaptações que mantem a atrofia do mercado interno, como a ampliação do consumo das camadas médias.

Com o avanço do processo de industrialização latino-americana, há a alteração, portanto, da composição de suas importações, com a redução da importação de bens de consumo e sua substituição por matérias primas e bens de capital destinados para a indústria, através da importação de capital estrangeiro por meio de financiamentos diretos na indústria. Dada a abundância do capital

acumulado a nível mundial após 1950, o qual buscava algum tipo de aplicação externa, a indústria desenvolvida nos países periféricos, tendo como base uma superexploração do trabalhador, mostrava grandes possibilidades de lucro. Além disso, os países desenvolvidos buscavam criar mercado para suas indústrias pesadas, as quais se desenvolveram amplamente no mesmo período, e buscavam também exportar bens de capital que, dado o grande avanço técnico do período, já estavam obsoletos antes mesmo de terem sido completamente amortizados.

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial (...), sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (...) e o monopólio da tecnologia correspondente. (Marini, 1973, p. 24)

Dessa forma, resumidamente, apesar de o Brasil e de outros países latino-americanos terem conseguido se industrializar e mesmo diversificarem sua matriz produtiva, tal fato pouco alterou a principal problemática impeditiva para o controle dos fins e dos meios do desenvolvimento do capitalismo nacional: a perpetuação da dupla articulação problemática da dependência externa e da desigualdade extrema entre as classes sociais. Como veremos posteriormente, inclusive, o setor industrial no Brasil apresenta-se na forma de oligopólios, com indústrias ligadas diretamente à extração natural contribuindo com expressivas parcelas na produção total de valor.

Segundo Sampaio Jr. (2012), o ciclo de golpes militares na América Latina, que se iniciam em 1964 e terminam em 1973, instauram ditaduras do grande capital no continente, consolidando o regime do capital na América Latina como um capitalismo dependente, definindo a dupla articulação já citada como características fundamentais do processo de acumulação do capital na região. Assim, tal conjuntura contrarrevolucionária mina as possibilidades práticas da teoria desenvolvimentista.

Com a profunda revisão da teoria estruturalista latino-americana após o processo de contrarrevolução, a dupla articulação é naturalizada, buscando-se harmonizar as contradições impostas por ela ao processo de desenvolvimento capitalista. Assim, o imperialismo é deixado de ser visto como um empecilho, com o capital internacional tornando-se condição fundamental do próprio desenvolvimento capitalista nacional; a integração social também deixa de ser vista como problema fundamental ao processo de incorporação da modernização técnica, tornando-se resíduo marginal da dinâmica capitalista no continente. Sampaio Jr. (2012, p. 677) aponta que “ao reduzir desenvolvimento ao simples processo de industrialização e modernização, deixando de lado a questão da autonomia nacional e o problema da integração social, lançavam-se as bases para uma profunda ressignificação do próprio conceito de desenvolvimento”.

Capitalismo ético e verde: a dupla articulação ignorada

Levando-se em consideração o contexto histórico do processo de industrialização do Brasil apresentado, pode-se dizer que o neodesenvolvimentismo nasce, como já apontado, na tentativa de trilhar uma terceira via entre o velho desenvolvimentismo e sua revisão teórica, todavia, acaba por não enfrentar também o problema fundamental da desigualdade extrema e da dependência externa, confundindo desenvolvimento com mero crescimento econômico, sem abordar as necessárias mudanças estruturais já apontadas.

Abramovay também busca realizar a crítica ao neodesenvolvimentismo ao apontar, por exemplo, a confusão entre crescimento econômico e desenvolvimento, com a economia predominando como dimensão da totalidade. Nesse sentido, Abramovay, dialogando com autores como Celso Furtado, por exemplo, aponta a necessidade de uma nova economia, que questione o sentido e a finalidade do processo econômico, estabelecendo uma nova relação entre sociedade e natureza e economia e ética, buscando dessa forma, assim como o velho desenvolvimentismo, a “utopia” de um capitalismo domesticado, voltado para o bem-estar da sociedade nacional e com o complemento de garantia da permanência e regeneração dos chamados serviços ambientais.

Diferindo das teorias do desenvolvimento, no entanto, percebe-se que nesta visão apresentada por Abramovay o eixo do planejamento das ações desloca-se do Estado, de caráter mais centralizado, para a sociedade civil, que seria de caráter mais descentralizado, a quem caberia direcionar o crescimento econômico para atividades de menor impacto ambiental.

Todavia, apesar de realizarem uma crítica ao neodesenvolvimentismo parecida com a de Sampaio Jr e, apesar de resgatarem uma das ideias centrais do velho desenvolvimentismo no que tange a busca pelo controle do desenvolvimento capitalista nacional pela sociedade, Abramovay e outros autores parecem também abandonar as problemáticas da extrema desigualdade e da dependência externa como questões fundamentais para o desenvolvimento capitalista nacional, se aproximando dos teóricos revisionistas da teoria desenvolvimentista, não propondo quaisquer reformas estruturais que atinjam a dupla articulação.

Nesse sentido, os propositores desse novo modelo de capitalismo verde julgam ser possível mudanças substanciais e qualitativas na dinâmica de desenvolvimento capitalista sem existirem grandes conflitos, apenas com a pressão da “sociedade civil” e também prezando pela vontade de uma burguesia nacional (?)verde como condutora do estabelecimento de uma nova ética na relação entre sociedade e natureza, na busca do controle dos meios e dos fins do processo de desenvolvimento capitalista. Nesse ponto, apesar de, como o velho desenvolvimentismo, Abramovay atribuir um papel relevante a burguesia nacional, o autor não se utiliza do arcabouço teórico do velho desenvolvimentismo para a análise da realidade, ignorando a dupla articulação como problemática fundamental. Assim, as proposições dos autores não atingem pontos fundamentais

da dinâmica capitalista nacional, resgatando ideias importantes do velho desenvolvimentismo mas ignorando a base teórica do mesmo, com as limitações apontadas pela TMD, e caindo na mesma utopia de delegar um papel de destaque para o sujeito burguesia nacional como condutor de um verdadeiro processo de desenvolvimento sustentável.

Schincariol (2013), aponta, por exemplo, que o comportamento da economia brasileira na última década não abandonou o caminho sugerido pela chamada teoria das vantagens comparativas, continuando, conforme outras fases de sua história, extremamente dependente de sua base biofísica, visto que “as atividades diretamente dependentes dos recursos naturais na composição setorial do produto interno bruto ainda comporiam (...) o setor mais dinâmico da indústria como um todo, com expansão relativa menor dos setores manufatureiros” (SCHINCARIOL, 2013, p. 111). Nesse sentido, conforme apontava a análise estruturalista e a TMD, a produtividade e a competitividade dos setores industriais existentes no Brasil se daria com base em uma oferta ampla de recursos naturais não precificados adequadamente, fator que não incentivaria o aumento de produtividade via intensificação de capital e desenvolvimento tecnológico autônomo, e sim o aprofundamento de um modelo de especialização agrícola-industrial sob forte estímulo externo.

Dessa forma, para Schincariol o cenário de dependência e transnacionalização da economia brasileira tornam difícil a aplicação de políticas de desenvolvimento socioambiental, visto que “o poder do Estado Nacional refletiria em última instância o poder dos oligopólios locais internacionais, com dificuldade da atuação de movimentos da sociedade civil não comprometidos com tais interesses” (Schincariol, 2013, p. 124). Não haveria, assim, qualquer interesse das empresas transnacionais em uma política de desenvolvimento socioambiental, dado o caráter oligopolizado da economia brasileira, com uma padrão concentrado de demanda do mercado, voltado para as altas esferas, conforme apontado pela TMD, e dado uma ampla oferta de recursos naturais com custos reduzidos. A adoção de uma agenda socioambiental levaria a um encarecimento da produção e a queda dos lucros das empresas transnacionais.

Portanto, as condições impostas pela dupla articulação e pela própria lei da livre-concorrência impelem que a burguesia nacional não atue da forma como é apontada pela velha teoria desenvolvimentista e pelo novo capitalismo verde. As condições impostas pela dupla articulação também dificultam o contrapeso histórico à exploração do trabalho e da terra que é a luta de classes.

De acordo com Schincariol, tal contexto de dependência e transnacionalização, com a manutenção da superexploração do trabalho, como apontado pela TMD, torna inócuas políticas que estimulem uma produção “sustentável”, sem buscar modificações estruturais profundas na forma de produção e consumo da economia brasileira em sua inserção no mercado externo.

Schincariol (2013) aponta para a necessidade de uma reorientação da balança comercial brasileira, com uma menor concentração no mercado de bens de

luxo, diminuindo-se assim os gastos com importações, e um direcionamento da produção para o mercado local, conforme as necessidades básicas dos assalariados brasileiros. Tal processo traria grandes ganhos ambientais, pela diminuição da necessidade de exportação de bens primários, dada a queda das necessidades de importações. Com isso, seria possível a inversão de recursos levando-se em consideração as necessidades básicas dos assalariados, fugindo-se da individualização do padrão de consumo com concentração de rendimentos.

Somente rearranjos institucionais, como propugnam Abramovay e Veiga, sem se destacar os problemas estruturais nacionais, em sua relação com a economia internacional, são insuficientes para a proposição de uma agenda socioambiental.

Nesse sentido, Fagnani et. al. (s/n) também apontam para um modelo de desenvolvimento em que a distribuição de renda e o investimento social sejam os impulsionadores do crescimento econômico e da modernização da estrutura produtiva, direcionando, assim, tal crescimento econômico para a solução de problemas históricos da sociedade brasileira, nos setores da mobilidade urbana, do saneamento básico, da habitação popular, da saúde, da educação, entre outros, buscando-se fugir da perpetuação no país de um modelo acumulativo que, baseado em uma suposta vocação natural, tem levado ao desgaste de nossa base biofísica e a manutenção e ampliação da concentração de renda.

Para tal redirecionamento, evidentemente, de acordo com Schincariol, seria necessária a busca de uma maior regulação da atuação dos oligopólios através, aqui concordando com Abramovay e Veiga, de um aumento da participação da sociedade civil no que tange às decisões referentes ao direcionamento do crescimento econômico.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo apresentar breves considerações sobre algumas das contradições de uma nova modalidade de capitalismo verde que vem sendo construída teoricamente no Brasil, utilizando-se, para tanto, das proposições teóricas da TMD.

Nesse sentido, analisando-se as proposições de autores como Abramovay a respeito dessa nova modalidade de capitalismo verde, pôde-se perceber algumas contradições, que apontam que tais ideias possuem inconsistências teóricas, apesar de criticarem o crescimento econômico ilimitado e resgatarem algumas proposições do velho desenvolvimentismo como, principalmente, a busca de um desenvolvimento capitalista civilizado e voltado ao bem-estar social e ecossistêmico.

Tais inconsistências são consequência, principalmente, do fato do novo capitalismo verde ignorar aspectos fundamentais do diagnóstico que o velho desenvolvimentismo faz da realidade nacional como, por exemplo, a problemática da dupla articulação formada pela extrema desigualdade entre as classes sociais e a dependência externa, bem como ignorar outros fatores da totalidade da realidade,

utilizando-se, dessa forma, de um conceito de liberdade apenas formal/abstrato, sem apresentar pontos programáticos que acarretem mudanças estruturais, naturalizando aspectos do sistema capitalista e ignorando a análise estrutural do processo de acumulação do Capital global e suas consequências para o Brasil.

Assim, como se viu anteriormente, a partir dos apontamentos de Marini e de Sampaio Jr., tal proposta esbarra em dificuldades de ordem política, ao não considerar de forma expressiva o conflito capital-trabalho, tendo-se em vista uma realidade nacional onde a burguesia se caracteriza, em síntese, pela busca em “compatibilizar desenvolvimento capitalista, dependência e subdesenvolvimento” (Fernandes, 2013, p. 62).

Dessa forma, levando-se em consideração as inconsistências teóricas dessa nova modalidade de capitalismo verde discutida, tais ideias parecem não se configurar como uma ruptura paradigmática. Contudo, esse artigo procurou apenas apresentar as proposições preliminares dessa modalidade de capitalismo verde, com a discussão breve de algumas das contradições observadas, sendo necessários estudos mais aprofundados e com maior riqueza de referências.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento Sustentável: qual a estratégia para o Brasil? *Novos Estudos*, São Paulo, n. 87, 2010, p. 97-113. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a06n87.pdf>

ABRAMOVAY, R. *Muito além da economia verde*, São Paulo: editora Abril, 2012

BARUCO, G. C. C. América Latina: pensamento social e aprofundamento da inserção dependente no capitalismo contemporâneo. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 2015, p. 10-33. Disponível em: <http://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/81>

FAGNANI, E. *et. al.* Desenvolvimento social e estrutura produtiva. In: Projeto Brasil Popular: caderno de debates 3. Disponível em: http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Caderno-de-Deabtes-3_ProjetoBrasilPopular-1.pdf. Acesso em: maio, 2019.

FERNANDES, F. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2013.

KUHN, T. S. *A tensão essencial: estudos selecionados sobre tradição e mudança científica*, São Paulo: editora Unesp, 2011.

LOUREIRO, C. F. B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 27. n. 94, 2006, p. 131-152. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a07v27n94.pdf>

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: Traspadini, R.; Stedile, J. P. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini – Vida e obra*, São Paulo: Expressão Popular, ([1973] 2011).

MORIN, E. *La vía: para el futuro da humanidad*. Barcelona: Libreria Artheme Fayard, 2011.

MORIN, E. Complexidade e Liberdade. Disponível em: <http://mail.quitacao eleitoral.com.br/textos/teoriadacomplexidade/Complexidade-e-Liberdade.pdf>

RODRIGUES, A. M. A Matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: Produção do Espaço Urbano – Agentes, Escalas, Conflitos. In: CARLOS, A.F.A (Org.). *A produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. Editora Contexto, 2011, p. 207-230.

SAMPAIO JR. P. A. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, 2012, p. 672-688. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/04.pdf>

SCHINCARIOL, V. E. *Acumulação de capital e economia ecológica*. São Paulo: LCTE Editora, 2013.

STEDILE, J. P; TRASPADINI, R. *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, J. E. O âmago da sustentabilidade. *Estudos Avançados*. São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000300002

Capítulo 4: A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O LAZER CULTURAL: O CASO DO MUSEU HISTÓRICO E CULTURAL DE ARRAIAS – TOCANTINS.

Ana Paula Rosa Rodrigues
Filipe Vieira de Oliveira
Valdirene Gomes dos Santos de Jesus

Introdução

Os projetos de extensão desenvolvidos nas universidades definem a existência de múltiplos enfoques por meio de oficinas, cursos, assistência, serviços, educação, meio ambiente, cultura, entre muitos outros que buscam promover uma aproximação interdisciplinar entre a universidade e a sociedade.

Em vista disso, é evidente que os projetos de extensão podem contribuir com a valorização da cultura e da educação em todos os seus aspectos. Este capítulo, escrito por três professores e pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins - UFT, sendo dois deles ex-alunos do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo, versa sobre a importância desses projetos para a valorização do patrimônio local e o lazer cultural a partir da experiência de gestão do Museu Histórico e Cultural de Arraias - MHCA, um museu de pequeno porte situado no município de Arraias, localizada no sudeste do estado do Tocantins.

Inaugurado em primeiro de agosto de 2013, o MHCA funcionou durante alguns anos pela iniciativa do estado e administrado pela Prefeitura Municipal de Arraias. No entanto, devido às dificuldades de efetivação de uma política pública duradoura de voltada a cultura, o espaço encontrava-se desde 2016 com problemas para se manter em funcionamento. Pensando nessa situação e observando a falta de equipamentos culturais e de lazer no município de Arraias, e contando com a presença da Universidade Federal do Tocantins foi proposto um convênio tripartite em articulação interinstitucional entre a Universidade (por meio do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental), o governo do estado do Tocantins e a prefeitura municipal. O primeiro passo dessa iniciativa foi a elaboração de um plano de ação para reabertura do museu através de um projeto de extensão denominado *Gestão e Uso do Museu Histórico e Cultural de Arraias: Identidades e Memórias*.

O projeto surgiu da necessidade emergente de manter aberto um espaço de memória e cultura no município com a proposta de atuar na preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial de Arraias, do Tocantins e do Brasil numa perspectiva de produzir e difundir o conhecimento interdisciplinar com inovação e qualidade nas áreas da educação, lazer e patrimônio, observando o fortalecimento de ações por meio de propostas de ensino, pesquisa e extensão da universidade pública, bem como o atendimento das necessidades da comunidade local e acadêmica.

As ações propostas tiveram início no ano de 2017 e finalização em dezembro de 2020. Deste modo, aproveitando o encerramento do projeto e o convite para a participação neste livro, este capítulo tem o objetivo de apresentar e discutir alguns resultados do projeto desenvolvido a partir de seus aspectos educacionais, culturais e de valorização do patrimônio em termos de formação e socialização do conhecimento por meio da extensão universitária.

O texto propõe uma análise das ações realizadas no projeto e uma discussão sobre a importância da extensão universitária, da educação patrimonial e do lazer cultural como elementos fundamentais para o cumprimento da função social dos museus e da própria universidade, sendo eles, em conjunto, no caso aqui analisado, instrumentos importantes para a valorização e dinamização do patrimônio. Nesse sentido, tecemos algumas reflexões sobre o processo de gestão do projeto e os seus principais resultados, analisando sua relevância e os impactos alcançados nesse período.

Resultante desse processo, observamos que a ação proposta pelo projeto de extensão promoveu o acesso e a valorização do patrimônio cultural de Arraias e região, não somente pelos usos sociais do espaço museu, mas pelo acesso a ele por meio das vivências cotidianas de alunos, comunidade e visitantes em atividades que propuseram ações de educação e lazer cultural.

O tripé da universidade e a importância da extensão

O artigo 207 da Constituição Federal (1988) determina que “[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Nesse sentido, cabe a universidade atuar como agente transformador e de mudanças sociais concretas por meio da difusão e ampliação do conhecimento com base nos três pilares descritos na carta magna brasileira.

A indissociabilidade descrita na forma da lei entre ensino, pesquisa e extensão, muitas vezes, não deixa evidente como isso acontece na prática. Os projetos desenvolvidos no âmbito da universidade são pautados por demandas iminentes, em geral, de acordo com as necessidades das comunidades que as cercam, seja em pequena, média, ou grande escala, a partir da oferta de serviços nas mais variadas áreas.

O diálogo na interface ensino, pesquisa e extensão é lembrado por Boaventura de Sousa Santos (2004) como suporte para o cumprimento da função social da universidade e do seu papel como instituição formadora, sendo esta interface uma proposta fundamental e indissociável entre estes princípios no que ele chama de um conhecimento pluriversitário.

Os projetos de ensino, pesquisa e extensão são pautados, deste modo, no atendimento das funções sociais da universidade, onde no Brasil, evidentemente destacam-se as universidades públicas, instituições atualmente ameaçadas por um pensamento retrógrado que insiste na desvalorização do pensar científico e do livre conhecimento, por isso, não se pode negar o importante papel que estes projetos

têm na valorização da educação e disseminação do conhecimento do país, em todos os seus aspectos. Assim, este conhecimento pluriversitário determina que não pode haver produção de conhecimento com a separação do ensino, da pesquisa e da extensão universitária.

Os projetos de pesquisa e extensão nas universidades traduzem o conhecimento e materializam para a sociedade da teoria à prática a resolução de problemas que são de interesse comum. Por meio desta relação, a pesquisa destaca-se como um conjunto de atividades planejadas que buscam a solução dos mais diversos problemas ou conflitos, em princípio, àqueles que afligem o momento atual da sociedade ou de uma comunidade. Já a extensão, pode ser compreendida como uma oportunidade de trocar conhecimentos e experiências por meio de projetos práticos e dialógicos com uma comunidade ampliada, sendo a extensão muitas vezes responsável por preencher lacunas deficitárias, atendendo aos mais variados problemas encontrados na comunidade.

Mesmo que o ensino e a pesquisa sejam grandes pilares sustentadores das universidades, neste texto, trataremos com maior detalhamento a extensão, outrossim, é fundamental compreender que todas as ações desenvolvidas nas universidades perpassam ações de educação, produção e troca de conhecimentos para a comunidade acadêmica, bem como para toda a sociedade.

Paulo Freire (1980) argumenta que a extensão universitária, por exemplo, é uma situação evidentemente educativa, quando educandos e educadores são sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto que se propõem a estudar ou conhecer. Os projetos de extensão se constituem em uma oportunidade singular de diálogo entre a universidade e a comunidade, além de ser uma possibilidade concreta de preparação profissional dos estudantes em formação.

A existência dos projetos de pesquisa e extensão também são uma forma de acesso democrático ao conhecimento na medida em que, no caso brasileiro, poucos têm acesso à universidade e a educação superior como direito (MENDONÇA e SILVA, 2002). Por isso, a extensão, especificamente, remete ao ato de estender, ou seja, levar o conhecimento para além dos muros da instituição, ou, como explica Paulo Freire (1980), a extensão significa a continuação, a abrangência, o alargamento do conhecimento produzido na universidade, e, conseqüentemente, o diálogo na existência de no mínimo dois atores: quem estende e a quem se estende o conhecimento, sendo que isto pode ser realizado como uma troca de saberes mútuos.

A extensão se coloca, nesse sentido, como um produto da universidade voltada a formação e qualificação do aluno, do professor e de toda a comunidade com suporte em relações multidisciplinares, interdisciplinares ou transdisciplinares (SOUSA, 2000), sendo muito importante, por exemplo, para a valorização da cultura e do patrimônio cultural, assim como propusemos analisar neste texto.

Educação patrimonial e lazer cultural

As relações impostas entre educação patrimonial e lazer cultural é inerente e simbiótica, porém, pouco compreendida na prática. Nesse caso, é preciso envolver, primeiramente, os dois conceitos, e, depois, fazer uma análise de seus limites, convergências e possibilidades.

A educação precisa prescindir de processos dialógicos, cooperativos, colaborativos, perpassando pelos ciclos de ações (VALENTE, 2002; 2005), em que o diálogo instigador apresentado pelo professor ao apresentar os problemas, sem ensinar-lhes a solução, com a função de provocar desequilíbrio aos aprendizes educandos, permite girar a sua própria espiral da aprendizagem: descrição-execução-reflexão-depuração-descrição, sempre na perspectiva ascendente (VALENTE, 2002; 2005).

O planejamento em espiral descrito por Barbier (2007, p. 143-144), “situação problema; planejamento e ação nº 1; avaliação e teorização, retroação sobre o problema; planejamento e ação nº 2; avaliação e teorização, retroação sobre o problema; planejamento e ação nº 3; avaliação e teorização”; e assim sucessivamente, pode ser pensado no âmbito dos projetos como os de extensão. É necessário primeiro realizar um amplo diagnóstico para identificar os problemas, e depois, fazer o planejamento previsto e a seguir a execução das ações. Após essa primeira etapa, procede-se a avaliação e uma teorização, novo planejamento, assim sucessivamente, caracterizando o movimento em espiral.

Esses processos educativos, dialógicos, cooperativos, colaborativos se constituem em redes distribuídas de aprendizagens, como aponta Dias 2013, p.8), “[...] na concepção de que a aprendizagem se desenvolve também através da fluidez da rede de relações que definem o contexto e a proximidade para a inclusão e participação”. Rede entendida como “[...] espaço para interações, a partilha de conteúdos e representações, e o meio acesso à educação e aos contextos de aprendizagem”. (DIAS, 2013, p. 5).

O processo de educação patrimonial, por sua vez, é um conceito que surgiu em meados da década de 1980 e a partir de então os estudos sobre a preservação do patrimônio cultural e a educação propuseram reflexões, análises e muitas ressignificações sobre o que é e o que não é educação patrimonial (TOLENTINO, 2016). Este conceito deve permeado por processos dialógicos, também em espiral, constituídos de planejamento e articulado a rede de pessoas e de aprendizagem, que possibilitem a fluidez e o fluxo de aprendizagem, a partir de uma gestão colaborativa como propõe Jesus (2015).

Da experiência acumulada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN às iniciativas de estudiosos do campo da história, da antropologia e da própria educação surgiram tentativas de conceituação do termo educação patrimonial, onde alguns defendem a sua importância enquanto prática sociocultural e outros afirmam que este seria um termo inconsistente, pois seria uma redundância falar em educação patrimonial na medida em que são conceitos que se complementam (TOLENTINO, 2016).

Importante considerar que a expressão educação patrimonial, a partir de certo momento, passou a ser inserida nos discursos e nas políticas públicas de

preservação do patrimônio cultural no Brasil, com destaque para o IPHAN e nos muitos eventos e encontros realizados para a construção desse campo no país. Dos encontros surgiram diversos documentos que acompanhados da experiência internacional trouxeram a definição aceita e propagada pelo próprio instituto. Deste modo, a educação patrimonial é entendida como:

Todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (FLORÊNCIO *et al*, 2014, p. 19).

Para Tolentino (2016), esta concepção do IPHAN é válida pois compreende o patrimônio cultural como uma construção social, ou seja, diz respeito àqueles bens materiais, imateriais ou naturais que são apropriados socialmente. Para o autor, essa concepção se relaciona à educação pois parte da ideia de referências culturais, que envolve a participação social dos detentores e produtores ao que se concebe como patrimônio, bem como todos os processos, conflitos e consensos inerentes a temática do patrimônio cultural.

No contexto da educação patrimonial e os seus mais distintos significados, no que tange as definições do que seria uma boa prática educativa na esfera do patrimônio está a necessidade de participação social nos processos e nas ações educativas, tanto na formulação quanto na implementação e execução das ações propostas (FLORÊNCIO *et al*, 2014). A participação das comunidades na ação educativa patrimonial também vai ao encontro da prática educativa dialógica.

O importante é o processo dialógico e democrático dessa prática educativa, numa perspectiva freiriana, que preza pela alteridade, pelo respeito à diversidade cultural e pela participação ativa dos produtores e detentores do patrimônio como sujeitos sócio-históricos (TOLENTINO, 2016, p. 40).

A construção coletiva do conhecimento em educação patrimonial deve objetivar as comunidades como produtora de saberes, onde elas possam se reconhecer a partir de suas referências culturais para a promoção de uma educação

transformadora. Tal processo deve levar em consideração, igualmente, o constante diálogo entre a comunidade e as instituições responsáveis pelas políticas patrimoniais no intuito de construir em conjunto e democraticamente as iniciativas de preservação das referências culturais e as ações de educação patrimonial, onde tais iniciativas também almejam contribuir para a prática e o direito ao lazer como ferramentas promotoras de mudanças sociais concretas.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o lazer é um direito fundamental de todos os cidadãos, é importante ressaltar que ele também é dever do estado que possui a responsabilidade legal de promover iniciativas e ações para o acesso igualitário à sua prática, no entanto, no caso brasileiro, sabemos que o direito ao lazer assim como outros direitos constitucionais fundamentais não é garantido de forma plena, o que transformou o lazer, em nossa sociedade, numa prática social de distinção social, onde o acesso a ele se faz por meio do consumo como uma mercadoria tornando-o (infelizmente, muitas vezes) mais um vetor de distinção em uma sociedade desigual.

Apesar de muitas vezes associado a atividades que nos remetem a divertir-se, recrear-se e entreter-se, o lazer ocupa um lugar político, cultural, social e educativo muito importante na história das sociedades. Para além da sua face mais conhecida, lembramos que o lazer, ao longo do tempo, foi, diversas vezes, usado como ferramenta política de manipulação social, e, portanto, apesar de importante, seria ingênuo de nossa parte encarar o lazer somente por sua vertente mais conhecida, o que nos leva, primeiramente, à necessidade de apresentar alguns dos desdobramentos desse conceito (RODRIGUES, 2019).

As investigações sobre o tema do lazer, enquanto fenômeno social moderno possui um interesse específico no tempo liberado do trabalho, quando não há obrigações profissionais. Esse sentido, a partir dos estudos sociológicos sobre o tema foi ampliado a partir de 1930, quando o tema passou a ser concebido também como as distrações e ocupações às quais os indivíduos poderiam se entregar de espontânea vontade durante o tempo não ocupado pelo trabalho.

O lazer é, portanto, um fenômeno e uma prática social conquistada quando estamos dispensados das atividades profissionais e das nossas necessidades pessoais, desenvolvidas no tempo liberado do trabalho, ou no tempo livre ou disponível, não só das obrigações profissionais, mas também das familiares, sociais e religiosas (MARCELLINO, 2000).

Esse entendimento sobre lazer tornou-se mais evidente com os estudos sobre a teoria empírica do lazer de Jofre Dumazedier (1973), para o qual o conceito de lazer é entendido como:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações

profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1973, p. 34).

Nesta definição, Dumazedier apresenta as múltiplas faces do lazer: diversão; recreação e entretenimento, até as mais distantes do imaginário popular: formação; criação e participação social. Ambas as vertentes possuem igual valor e em absolutamente nada deveriam antagonizar, ao contrário, a esfera educativa do lazer implica ludicidade, assim como, a esfera lúdica do lazer evoca o seu carácter educativo. Estas três funções apontadas pelo autor coexistem intrinsecamente em qualquer atividade de lazer, alternando-se somente quanto à predominância de uma sobre as outras (RODRIGUES, 2019).

O componente lúdico que permeia o lazer, quase que indissociável da palavra, invariavelmente vela o fato de que o conteúdo das atividades de lazer pode ser altamente educativo. É o que ocorre com as atividades desenvolvidas em espaços culturais como os museus, cada vez mais lúdicas ao passo que também apresentam-se cada vez mais educativas. Isso se deve em grande parte ao fato de que nas últimas décadas as instituições museais exploram formas de como desenvolver possibilidades educativas, proporcionando aos seus visitantes a vivência lúdica do patrimônio por meio da educação patrimonial acessada em um momento de lazer cultural (RODRIGUES, 2019).

Em meio a esta dinâmica que instituições culturais como os museus podem proporcionar ao seu público momentos lúdicos e enriquecedores, despertando reflexões construtivas que ultrapassarão o momento da visita e que acompanharão o visitante por toda a sua vida. Estas características se aproximam às funções sociais de um museu, por exemplo, tanto como instituição de educação patrimonial como de lazer cultural (RODRIGUES, 2019).

A partir das abordagens sobre educação patrimonial e lazer aqui apontadas, podemos estabelecer o museu como um espaço fértil para a educação patrimonial e o lazer cultural. Sendo então, um excelente local para o desenvolvimento de projetos de extensão universitária, capaz de proporcionar experiências enriquecedoras que contribuam para a informação e a formação desinteressada dos indivíduos.

Neste contexto brevemente apresentado, identificamos a importância das ações de extensão universitária como forma de cumprimento das funções sociais da universidade para a promoção da educação patrimonial e do lazer cultural. Na sequência, apresentamos os resultados e algumas observações desta evidente e satisfatória relação a partir da experiência da extensão universitária na gestão de um museu local: o Museu Histórico e Cultural de Arraias.

O projeto Gestão e Uso do Museu Histórico e Cultural de Arraias: resultados e observações

De acordo com o Guia dos Museus Brasileiros, publicado pelo Instituto do Brasileiro de Museus - IBRAM, o Norte do Brasil é a região com a menor quantidade de museus. Particularmente, o estado do Tocantins possui apenas dezessete museus em funcionamento, dos quais, seis estão localizados em Palmas.

Distante 400 km da capital, o Museu Histórico e Cultural de Arraias atende uma vasta região com baixos índices de desenvolvimento humano e extremamente carente de políticas públicas essenciais para a população, situação que é ainda mais grave no que tange as políticas voltadas à área cultural. Observa-se então uma grande lacuna de opções de lazer cultural e de ações voltadas à proteção e a valorização da história e cultura local, especialmente de ações relacionadas ao patrimônio cultural e a educação patrimonial.

O MHCA é uma instituição pública, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Ele está localizado na histórica cidade de Arraias, situada no sudeste do Tocantins e fundada em 1740 durante o período do ouro. Fruto da dominação portuguesa, mas também da resistência, da tenacidade e da subversão dos povos indígenas da região e dos negros africanos aqui escravizados, a cidade vive a herança dessa luta, como herdeiros remanescentes e produtores de uma cultura que precisa ser valorizada e afirmada como indenitária da cultura brasileira. Segundo estimativa do IBGE a população de Arraias em 2020 é de 10.534 habitantes.

Em Arraias, podemos facilmente encontrar vestígios dessas histórias de resistência, orgulhosamente carregada na pele da população, majoritariamente negra, e na manutenção de antigas tradições. No município estão situadas as Comunidades Quilombolas de Lagoa da Pedra (primeira a ser reconhecida pela Fundação Cultural Palmares no Estado do Tocantins), Mimoso, Fazenda Lagoa dos Patos e Fazendas káagados.

Nesse cenário único, cheio de esperança, mas também de abandono, em 2013 a partir de esforços da sociedade civil foi inaugurado o Museu Histórico e Cultural de Arraias. Desde então, o museu desenvolveu diversas atividades, atendendo a uma importante função social no interior do Tocantins. No entanto, em 2016 o MHCA passou por momentos difíceis e quase veio a fechar suas portas, tornando um desafio ao poder público e a comunidade manter as ações de identificação, documentação, proteção, conservação, promoção, difusão e educação patrimonial relacionadas ao patrimônio cultural da cidade e da região.

Diante desta conjuntura, ao identificar que um importante equipamento cultural da região estava abandonado pelo poder público, sem funcionários ou a devida manutenção (o que colocava em risco todo o patrimônio nele contido), a Universidade Federal do Tocantins - UFT por meio do curso Turismo Patrimonial e Socioambiental interviu, assumindo o seu papel de apoio ao desenvolvimento da sociedade.

Nesse contexto de urgência surgiu o Projeto de Extensão *Gestão e uso do Museu Histórico e Cultural de Arraias: identidades e memórias*, idealizado e coordenado pelos professores Valdirene Gomes dos Santos de Jesus, Ana Paula Rosa Rodrigues e Filipe Vieira de Oliveira do curso de Turismo Patrimonial e

Socioambiental da UFT, câmpus de Arraias. O projeto apresentou uma proposta de gestão comunitária e de ressignificação dos espaços e dos usos deste importante local que representa inúmeras possibilidades de ações voltadas à educação patrimonial e de lazer cultural.

Mais do que somente guardar a história e a cultura local, o MHCA, a partir das ações do projeto, promove e zela pela história de um povo, como um guardião do passado, um agente transformador no presente e um incentivador do desenvolvimento futuro, seguindo as diretrizes de um Ecomuseu.

A equipe estruturante formada pelos professores foi responsável pela gestão do projeto e também por articular e viabilizar o funcionamento do MHCA e suas ações de forma totalmente comunitária. O projeto contou também com a valiosa ajuda de voluntários e com as contribuições dos vários alunos bolsistas e estagiários da Universidade Federal do Tocantins que atuaram e ainda atuam em diferentes ações como parte de sua formação acadêmica, profissional e cidadã.

Mesmo sem recursos financeiros e com inúmeros desafios, o projeto manteve o museu em funcionamento, e o mais importante, vivo! Ciente da relevante função social do MHCA, o projeto seguiu trabalhando com e para a comunidade, com a missão de proporcionar experiências transformadoras tanto para o visitante quanto para o próprio museu, seguindo a proposta freiriana do diálogo.

Para atingir os objetivos do projeto, utilizamos diversas metodologias ativas que visavam aproximar a comunidade das ações desenvolvidas pelo museu, em suas mais diversas formas, mas, sobretudo, ações que promoveram o reconhecimento e apropriação social da história e da cultural local. Nossa proposta considerou, numa perspectiva participativa, diversos instrumentos, tais como: exposições de longa duração, temporárias e itinerantes, visitas mediadas, visitas escolares agendadas, cursos de formação e de educação patrimonial, oficinas com temáticas diversas, atividades abertas como o CineMuseu, disponibilização para usos dos espaços do museu, participação em eventos, entre outros.

Lançamos mão do vasto referencial teórico da área da Nova Museologia, bem como da problemática da função social dos museus, especialmente orientando-nos pelos pensamentos de autoras como Maria Cristina Oliveira Bruno, Suely Moraes Cerávolo, Marília Xavier Cury, Teresa Cristina Scheiner e dos autores Dominique Poulot, Hugues de Varine, além é claro das diretrizes disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e pelo IPHAN.

Contamos também com a preciosa trajetória de outros museus brasileiros, que nos inspiraram em diversas ações. Mas, acima de tudo, experienciamos o dia a dia, criando novas metodologias que atendiam a nossa realidade; o nosso território; a nossa comunidade; os nossos alunos; o nosso museu – e assim, não chegamos a um modelo, mas sim a uma essência que aproxima-se do conceito de Integralidade Museal, estabelecendo pouco a pouco laços de comunicação e interação da dinâmica territorial entre o patrimônio cultural e os sujeitos sociais que vivem e visitam a cidade de Arraias.

Na perspectiva da gestão foi implementada no formato piloto, tendo como referência os processos dialógicos, cooperativos, colaborativos, perpassando pelos

ciclos de ações previsto por Valente (2002; 2005), em que a aprendizagem se constitui numa espiral ascendente, articulada aos processos de planejamento em espiral descrito por Barbier (2007), que acontece após um amplo diagnóstico. Assim identificamos os problemas, realizamos o planejamento, e executamos as devidas ações. Destacando que todo esse processo educativo, dialógico, cooperativo, colaborativo se constituiu em redes distribuídas de aprendizagens, como aponta Dias (2013), o que se materializou nas ações do projeto.

No interstício do projeto, diariamente desenvolvemos ações de coleta, pesquisa, conservação, documentação e comunicação, com o objetivo de salvaguardar o acervo do MHCA e principalmente identificar as suas múltiplas possibilidades de informação, a fim de democratizar o acesso ao conhecimento por ele acionado. Por isso, todo o acervo foi devidamente organizado, inventariado e catalogado pelo projeto, o que possibilitou inúmeras outras ações (como as exposições, cursos e oficinas) Além disso, mais de 80% dos objetos museológicos do MHCA, dentre eles: fotos, documentos, peças, artefatos etc foram digitalizados e hoje encontram-se disponíveis no *site* do museu criado pelo projeto o que proporcionou uma amplitude ao seu acesso e maior proteção ao seu acervo, tanto por evitar a manipulação, quanto por fornecer mais uma forma de registro.

No dia a dia, por meio das metodologias ativas voltadas ao diálogo, aprendemos e (re)aprendemos com nossos erros e acertos e seguimos nos reformulando, nos apropriando, experimentando e adaptando técnicas, procedimentos e ações de identificação, documentação, proteção, conservação, promoção, difusão e educação patrimonial relacionadas ao patrimônio cultural.

Desde o início do projeto as atividades foram concebidas e executadas essencialmente pelos alunos da UFT, como parte de sua formação acadêmica, profissional e cidadã, sob a orientação e supervisão dos coordenadores do projeto. A partir dessa união, foi possível já na fase inicial, inventariar e catalogar os objetos museológicos já existentes, reorganizando-os em coleções, como mencionado anteriormente. Tais coleções foram armazenadas em um ambiente próprio: a Reserva Técnica do MHCA; elaborada pelo projeto para fins de armazenamento, documentação, proteção, conservação e pesquisa dos objetos do acervo.

Parte importante do projeto também se voltou a concepção e desenvolvimento de exposições. São elas as grandes responsáveis por proporcionar visibilidade e acesso ao acervo e principalmente por dialogar com o nosso público, transmitindo e despertando conhecimentos e memórias, e se tornando, assim, mais uma opção de lazer aos arraianos e demais usuários do museu. Pensando nisso, além da exposição de longa duração que criamos, chamada “Caminhos de Arraias”, responsável por contar de forma interativa a história e a cultura da cidade. De tempos em tempos, também apresentamos o frescor das exposições temporárias, com temáticas e estéticas diversificadas, buscando ofertar novidades ao nosso público frequente e ainda conquistar novos visitantes.

Após a reorganização do acervo, que além de estrutural, envolveu a adoção de novos hábitos, também estruturamos uma sala de estudos com mesas e computador onde o visitante pode acessar livros e o próprio acervo do MHCA em

formato digital; uma sala de educação patrimonial e uma sala de vídeo, à disposição dos professores das escolas públicas e da universidade, como uma extensão da sala de aula; estruturamos também, em parceria com outro projeto de extensão, a Central de Atendimento ao Turista.

Com isso, diversificando os usos dos espaços do museu, bem como das atividades, como resultado, aumentamos significativamente o número de visitantes do MHCA. Em 2017, primeiro ano do projeto, atendemos 655 pessoas, em 2018, subimos para 1.539, já em 2019 esse número saltou para 2.806. Totalizando cerca de 5 mil pessoas beneficiadas diretamente pelo projeto, mas o verdadeiro número de pessoas alcançadas é quase impossível de ser determinado, sobretudo, se dimensionarmos a atuação do projeto nas redes sociais (*Intagram* e *Facebook*) do museu.

Pontuamos que no ano de 2020 vivenciamos um momento de excepcionalidade, em que toda e qualquer interação presencial foi suspensa por tempo indeterminado devido a pandemia de COVID-19. Devido a este cenário pandêmico a equipe teve que se afastar das atividades presenciais, mas para não deixar o museu sem interação com o seu público, decidimos atuar mais intensamente nas redes sociais do MHCA, Desta forma, o projeto movimentou mais ativamente o *Facebook* e o *Instagram* em parceria com outro projeto de extensão da UFT, denominado *Educação, Patrimônio e Lazer Cultural: conectando saberes*, articulando ainda mais a sua rede de colaboração.

Estas e tantas outras ações se firmaram como uma forma importante de renovar e trazer pessoas para o museu, aproximando-as do patrimônio cultural e da universidade, bem como das ações que promoveram uma maior aproximação da comunidade como o espaço, proporcionando, como consequência, uma opção de lazer cultural para os cidadãos arraianos e ações determinantes de educação patrimonial.

Considerações finais

As ações proporcionadas pelo projeto, apresentaram um impacto positivo para todos os envolvidos, dos quais podemos destacar: o fortalecimento da universidade estreitando ainda mais as relações com a comunidade arraiana; a ampliação da atuação e do envolvimento dos docentes participantes no projeto; o enriquecimento na formação dos discentes participantes do projeto como monitores bolsistas/voluntários; a oferta de uma opção de lazer cultural de qualidade à população de Arraias e região; a salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial de Arraias e região, entre outros.

Apesar do trabalho realizado e de sua relevância, observa-se que a cultura continua não sendo prioridade nas políticas públicas em todas as esferas de governos, ainda mais com os constantes ataques recebidos nos últimos anos por parte de um pensamento retrogrado e conservador. Mesmo diante desse papel de vital importância, o MHCA, assim como inúmeros museus, vem passando por diversos desafios para manterem-se em funcionamento. O descaso, a falta de estrutura, de investimento financeiro e de recursos humanos por parte do poder

público, rotineiramente ocasionam o fechamento de museus pequenos, principalmente nos interiores do Brasil.

Nesse sentido, acreditamos que cada museu é um universo complexo e único, assim como nós! Por isso, deve-se cuidar de todos com igual atenção. Sabemos que todo museu nasce com uma missão diferente, porém a sua função social é a mesma, independente de tamanho, quantidade de visitantes ou de quão conhecido ele é. O projeto não buscou resultados quantitativos, almejamos sim pequenas transformações, seja encontrando novas maneiras de zelar pelo patrimônio cultural ou por inspirar novas relações para com ele por meio do lazer cultural, e assim, quem sabe contribuir para uma mudança ainda maior.

Acreditamos também que assim como a Universidade o Museu é uma instituição provedora e incentivadora de mudanças sociais, sendo ela própria inúmeras vezes também o receptáculo dessas mudanças, e por isso, segue procurando a transformação por meio do diálogo e da ação em redes. Todo museu tem um importante papel no desenvolvimento da sociedade, mas em especial os museus pequenos e regionais como o MHCA, na medida em que eles exercem uma função social de capacidade excepcionalmente transformadora na comunidade e no território em que estão inseridos.

O Museu é também uma instituição de Participação Política. Se no início de sua história os museus viviam envoltos por uma aura sagrada que evocava certa inocência quando na verdade eram instrumentos de distinção que favoreciam apenas membros da classe dominante, foi somente no paradigma presente que vivenciamos e compreendemos que, na verdade, eles sempre foram e sempre serão um local de disputas de poder – um local político. E é em meio a estas disputas que surgem inúmeras contradições que nos levam até a questionar a real existência de uma função social dos museus.

Vale lembrar que como instituição que é, o Museu está sob a responsabilidade das pessoas, que em sua essência também são complexas e contraditórias, o que não justifica o não cumprimento de sua função social, mas evidência a urgência de debatermos e agirmos sobre o seu aprimoramento (RODRIGUES, 2019). Tal premência nos alardeia ao fato de que (relembrando) o patrimônio é uma construção social, portanto, todos podemos contribuir para com ele.

O projeto de extensão universitária Gestão e Uso do Museu Histórico e Cultural de Arraias: identidades e memórias atuou no período de 2017 a 2020 como um facilitador de experiências e vivências, que buscava no passado as raízes para construir um museu que necessitamos e desejamos no presente e para o futuro, tornando-se esse o grande legado de um projeto de extensão que surgiu a partir da trajetória de formação acadêmica e de vida de seus interlocutores que aqui vos falam, que no desejo e na inquietude das ideias almejaram ser também interlocutores de uma mudança social e participação política no interior do Tocantins.

Como consequência de um primoroso trabalho em equipe, o projeto foi vencedor de alguns prêmios que reconheceram a excelência de ações em extensão

dentro da própria UFT e em 2020 participou da 33ª edição do prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade promovido pelo IPHAN, sendo finalista na categoria *Iniciativas de excelência no campo do Patrimônio Cultural Material: ações de identificação, documentação, proteção, conservação, promoção, difusão e educação patrimonial relacionadas ao patrimônio cultural material*. – Uma conquista que nos deixou contentes e esperançosos para que as ações realizadas possam ter continuidade neste ano de 2021 quando encerramos o projeto e passamos a gestão de volta ao poder público, da qual esperamos empenho e dedicação no desenvolvimento de novos projetos e no seguimento das ações até agora realizadas.

Referências

- BARBIER, René. (2007). A pesquisa-ação. (Trad.) Lucie Didio. Brasília: liber Livro.
- BRASIL, (1988) Constituição Federal Brasileira.
- DIAS, Paulo. (2013). Inovação pedagógica para a sustentabilidade da educação aberta e em rede. Educação, Formação e Tecnologia. 6 (2), 4-14 {Online}. Disponível em: Revista EFT: <http://eft.educom.pt>. Acessado em janeiro/2021.
- DUMAZEDIER, Jofre (1973). Sociologia Empírica do Lazer. São Paulo: Perspectiva/SESC.
- FLORÊNCIO, S. *et al.* (2014). Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, Brasília.
- FREIRE, Paulo. (1980). Extensão ou comunicação? 5. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE cidades: Arraias. 2021. Acessado: 01/02/2021. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/arraias/panorama>
- JESUS, Valdirene G. S. de. (2015). Planejamento e Gestão da Formação Contínua do Projeto UCA: experiências vivenciadas no Tocantins. PUC/SP. São Paulo.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho (2000). Estudos do lazer: uma introdução. Campinas. Autores Associados.
- MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, P.S. (2002) Extensão Universitária: Uma nova relação com a administração pública. Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras. São Paulo.
- RODRIGUES, Ana Paula Rosa (2019). As transformações do universo museal pelos paradigmas do conhecimento e o aprimoramento de sua função social a partir da Nova Museologia. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SANTOS, B. S. (2004). A universidade no século XXI. São Paulo: Cortez.
- SOUSA, A.L.L. (2000). A história da extensão universitária. Ed. Alínea. Campinas.
- TOLENTINO, A. (2016) O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. IN Educação patrimonial: Políticas, relações de poder e ações afirmativas. Caderno temático 5, Casa do Patrimônio da Paraíba – IPHAN.
- VALENTE, José Armando (2002). A Espiral de Aprendizagem e as tecnologias da informação e comunicação: repensando conceitos. IN: JOLY, M. C. (Org.). Tecnologias no Ensino: implicações para a aprendizagem. São Paulo: Caso do Psicólogo, P. 15-37.
- _____. (2005). A Espiral de Aprendizagem: o processo de compreensão do papel das tecnologias de informação e comunicação na educação. Campinas, São Paulo: [s.n].

Capítulo 5: DE PÉS DESCALÇOS NA ESTRADA: EDUCAÇÃO, ARTE E UTOPIA

Diane Boda

Marilia Velardi

Grupo de Estudos ECOAR

Introdução

O que podemos fazer hoje, com base naquilo que temos e sem expectativas sobre o que nos poderá ser ofertado pelo futuro? Como essa pesquisa pode ser levada a cabo no tempo presente, com questões de agora, partindo de quem nós somos, com os materiais de que dispomos aqui e que estão em nossas mãos? Como sermos professoras e orientadoras, pesquisadoras e mediadoras de processos de ensino, senão acreditando que há uma utopia a ser reinventada agora, nesse nosso presente? (VELARDI, 2020, p.1)

“O futuro está às nossas costas: uma brevíssima reflexão sobre projetos de pesquisa num presente-passado-(sem)-futuro” tem como apoio a fala da ativista e socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui quem, baseando-se em diversas linguagens indígenas, provoca a inversão dos lados, onde o futuro está às nossas costas e o passado à nossa frente.

Já compreendemos o que está dado, então até quando esperaremos a vacina? A cura? Remédios eficazes, testes mais precisos ou mesmo a resposta comprometida de um Governo Federal que tem nos revelado a capacidade de superar as expectativas negativas em relação ao abandono e negacionismo total dos fatos, da ciência e da vida. Ao ler este texto já publicado a vacina pode estar disponível, os medicamentos aprovados e comprovados, os testes disseminados em larga escala. Mas os rastros do presente atual serão o passado que estará a nossa frente.

No presente, como nos livrarmos das distopias que invadiram nossos imaginários e conseguirmos a partir de agora, do excesso de vida virtual, da quase total ineficácia do ensino distanciado, fabular utopias pelas quais seguir caminhando e instigando o caminhar de alunas, alunos e alunes?

Em seu livro coletânea de discursos, intitulado justamente “Eu não vim fazer um discurso”, o escritor colombiano Gabriel García Márquez transcreve uma fala

realizada em 1982 em Estocolmo, na Suécia de nome “A Solidão na América Latina”, ocasião em que ganhava o Prêmio Nobel de Literatura.

Retomar a ele novamente, em meio ao caos mundial atual, abrir as suas páginas permite-nos pensar a especificidade latino-americana em atravessar esse momento, a solidão de sermos incompreendidas e as possibilidades de criar utopias.

O general Antonio López de Santa Anna, que foi três vezes ditador do México, mandou enterrar com funerais magníficos a perna direita que perdeu na chamada Guerra dos Bolos. O general García Moreno governou o Equador durante 16 anos como um monarca absoluto, e seu cadáver foi velado com seu uniforme de gala e sua couraça de condecorações sentado na poltrona presidencial. (MÁRQUEZ, 2011, p.23)

Tais narrativas de Gabriel García poderiam hoje facilmente ser substituídas por notícias do início de dezembro de 2020, quando nossos mortos por Covid-19 ultrapassavam a marca de 177 mil no Brasil, mas o presidente Jair Bolsonaro inaugurava junto à primeira-dama Michelle, uma exposição no Palácio do Planalto com os trajes utilizados por ambos na cerimônia de posse, em 1º de janeiro de 2019.

Seguimos até o escritor e os seus relatos de uma América Latina que parecia assombrosa para aqueles que chegaram em algum momento do nosso passado pelos mares e enviou para os seus relatos de bichos nunca vistos, caminhos e aventuras típicas de narrativas fantásticas, histórias sobre o ouro, seguido da realidade que ainda nos atormenta de assassinatos e sumiços durante nossas ditaduras, ou a miséria que fez morrer de fome milhões de crianças:

(...) 20 milhões de crianças latino-americanas morreram antes de fazer dois anos, mais do que todas as crianças que nasceram na Europa Ocidental desde 1970. Os desaparecidos pela repressão somam quase 120 mil: é como se hoje ninguém soubesse onde estão todos os habitantes da cidade de Upsala. Numerosas mulheres presas grávidas deram à luz em cárceres argentinos, mas ainda se ignora o paradeiro e a identidade de seus filhos, que foram dados em adoção clandestina ou internados em orfanatos pelas autoridades militares. Por não querer que as coisas continuassem assim, morreram cerca de duzentas mil mulheres e homens em todo o continente (...) (MÁRQUEZ, 2011, p.24)

Filhas e netas desse passado, nós fomos geradas em ventres que conheceram ou não essas histórias, tiveram acesso ou não à verdade, à justiça e, assim, possuímos poucas ferramentas para reconstituir nossas próprias memórias.

Como podemos, então, ter à nossa frente um passado desconhecido? Ou uma história que, quando conhecida, é repleta de absurdos que beiram a fantasia, um não lugar inacreditável no qual seguimos vivendo e andando em passos bambos? Como compreender que a utopia ocupa esse mesmo lugar, à frente, talvez um pouco mais distante, como fez conhecer Eduardo Galeano as palavras do cineasta Fernando Birri ao ser questionado por um estudante sobre o para o que serve a utopia:

A utopia está no horizonte, eu sei muito bem que nunca a alcançarei. Se eu caminho 10 passos, ela se afasta 10 passos. Quanto mais eu buscá-la, menos eu a encontrarei, porque ela vai se afastando na medida que eu me aproximo. Pois a utopia serve para isso, para caminhar.

As artes como chão

Em *live* no dia 10 de setembro de 2020, Ailton Krenak e Mateus Aleluia se encontraram e, entre tantas preciosidades, lembraram o mestre Gilberto Gil com a música “De onde vem o baião?”. Segundo aquela conversa, que acontecia ao vivo entre duas pessoas que pareciam estar muito íntimas apesar das distâncias, a letra de Gil nos dava a oportunidade de pensar o que é cultura: “De onde é que vem o baião? Vem debaixo do barro do chão.” (GIL, 1992)

Antes de Gil, Luiz Gonzaga em parceria com o compositor cearense Humberto Teixeira, cantou e ensinou o baião na música que leva o nome do ritmo, gravada em 1946 e apesar de ninguém saber ao certo quem começou ou onde teve início, o baião, como outros ritmos brasileiros, faz parte da cultura que sustenta o chão de barro por onde pisar – e dançar-, apoia a caminhada em direção ao horizonte, marcha de passado, mas não para o passado.

Assim, a possibilidade de caminhar sobre solo seguro, com o olhar fixo ao passado percorrendo caminhos por utopias pode estar justamente em compreender que nosso passado é construído de diversas outras formas, retalhos e fragmentos de ausências e realidades duras, das quais a arte segue costurando passarelas.

Poetas e mendigos, músicos e profetas, guerreiros e malandros, todos nós, criaturas daquela realidade desaforada, tivemos que pedir muito pouco à imaginação, porque para nós o maior desafio foi a insuficiência dos recursos convencionais para tornar nossa vida acreditável.

Este é, amigos, o nó da nossa solidão. (MÁRQUEZ, 2011, P.25)

Assim Gabriel García Márquez revela que a genialidade de sua e outras obras latino-americanas, estavam na verdade ligadas ao nosso passado incomum, uma realidade descomunal capaz de tornar única a arte de quem cria sem ignorá-la.

Ali, onde os fios da Vida transformados em memórias, em palavras, em gestos de sentimentos recobertos do desejo da mensagem, recriam a cada instante o mundo que entre nós inventamos desde que somos seres humanos, e com este estranho nome: cultura. (BRANDÃO, 2002, P.16)

E a Cultura, como afirma Carlos Rodrigues Brandão abarca a noção de Arte. A arte tem, então, essa capacidade de não apagar nossas memórias, mas, ao contrário, ela revela e dá forma, cor e ritmo. Criando com o olhar para o passado, cavando o solo em que pisa e constrói a estrada, é aí que podemos pensar habitar também a relação entre arte e cultura, compreendendo a etimologia desta última como aquilo que cuidamos na terra, o que é cultivado, o “cultivo que cresce naturalmente.” (EAGLETON, 2011, p.09).

Diante dessas possibilidades em que o trabalho artístico é chave para criação de processos capazes de dialogar com quem somos, de onde viemos, transformando ausências e presenças por vezes incompreensíveis em materialidades, quais possibilidades de ação se abrem quando aliamos a arte com a educação?

De pés descalços na estrada: uma experiência

Em fevereiro de 2020 retomei oficinas em uma Casa de Cultura de São Paulo, o Casarão da Vila Guilherme, com o que chamo de encontros em Teatro e Memória.

A concepção dessa oficina aconteceu na tentativa de dar sentido às duas áreas que me formam, a História, pela graduação e o Teatro por cursos livres, oficinas e vivências.

Após três encontros presenciais em 2020, fomos todas surpreendidas pela pandemia e fechamento de todos os equipamentos culturais. Permanecemos sem saber como seguir durante algumas semanas, nas quais comecei a enviar vídeos curtos como provocação para quem esteve desde o início.

Os vídeos funcionaram pouco e por um curto espaço de tempo, todas estávamos reinventando as formas de estar em casa e trabalhar, tanto eu como as alunas, um grupo formado majoritariamente por mulheres, com variadas idades,

mas muitas trabalhadoras da educação que foram surpreendidas por excessivas demandas de trabalho.

Alguns meses passados o Casarão retomou as atividades de maneira virtual, seguindo os protocolos acordados pela Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo, reabrimos então as inscrições e iniciamos as divulgações, mas tivemos pouca adesão.

Entre as poucas pessoas que se interessaram esteve desde o início de maneira muito comprometida Victória Arruda, uma jovem que conheci há mais de cinco anos em uma ONG na qual eu trabalhava, que agora acabava de se formar como pedagoga e diante da pandemia devorava diversas possibilidades de cursos online.

Durante os meses que se seguiram buscamos dinâmicas nas quais a linguagem do teatro pudesse dar forma a investigação sobre nossas memórias, porém a oficina que por si já representava uma pesquisa para mim, passou a ter um novo e forte desafio que foi a realização dos encontros de maneira online.

Iniciamos com muitos encontros-conversas, trocas de referências e provocações mútuas. Enquanto Victória e algumas outras participantes me provocavam a pensar a questão racial junto ao gênero, partindo de suas próprias experiências, eu buscava escavar nossas histórias de vidas aproveitando a permanência no espaço da casa, muitas vezes com a família por perto.

Por provocação dela experimentamos as artes visuais como linguagem que dava forma às imagens que encontrávamos pelo caminho, colagens que compunham retratos e questionamentos sobre as histórias que nos foram contadas, desde as de família até contos infantis e como estes nos formavam enquanto mulheres. Foi por ela também que cheguei em Conceição Evaristo no poema “De Mãe” justamente no qual fala sobre sua herança e o pisar desconfiado nesse solo (EVARISTO, 2002) “(...)pois quando se anda descalço, cada dedo olha a estrada.”

A situação das mulheres acompanhou muitos dos nossos encontros, partindo de nós mesmas, como somos vistas e rotuladas, até as nossas mais velhas, de família e de referências. Uma das primeiras imagens que surgiram e sobre a qual passamos muito tempo criando e recriando foi a mula-sem-cabeça. Essa mulher castigada por se relacionar com um padre, que possui fogo no lugar da cabeça, a mula da “mulata”, do corpo tornado selvagem, separado do racional.

A divisão entre a cabeça como o que representa o racional e o corpo trouxe outra contribuição, fomos para os nossos corpos passando por eles em exercícios que naquele momento julguei possível realizar online, porém mais motivada por minhas inseguranças com o formato do que pela resposta que tive, desisti e voltamos para às conversas.

Mas as conversas, na posição sentada, anulam nossos corpos? Passamos a buscar as posições cotidianas desse momento da pandemia, levando a relacionar com o corpo de alunas dentro de uma sala de aula e os comportamentos não

aceitáveis nesse espaço. Aqui a questão da mula e a insistente separação cabeça e corpo voltou, propusemos diálogos abertos com pessoas da educação nos encontros chamados “Os corpos (fora) da sala de aula”.

A experiência movia a conversa, misturando memórias de professoras enquanto alunas e em um último momento nos deparamos com uma sala repleta de relatos de educadoras sobre suas histórias em sala de aula confrontadas com o atual momento de pandemia e uma piora significativa em seus corpos. Assim concebemos uma última ação conjunta chamada “Des-sufocar”, na qual abrimos inscrições e, durante seis dias, alternamo-nos na gravação e envio de áudios curtos provocando o movimento dos corpos e memórias enquanto alunas, professoras e nas motivações para a escolha dessa profissão.

Por uma educação aliada às artes no caminho das utopias

Educar é criar cenários, cenas e situações em que, entre elas e eles, pessoas, comunidades aprendentes de pessoas, símbolos sociais e significados da vida e do destino possam ser criados, recriados, negociados e transformados. Aprender é participar de vivências culturais em que, ao participar de tais eventos fundadores, cada um de nós se reinventa a si mesmo. (Brandão, 2020, p.26)

Neste curto texto olhamos para quem somos e para aquilo o que vivemos e nos projetamos em direção às utopias. Fincadas no trabalho da educação pelas artes, com nossas memórias, tendo o passado como condutor – e por isso à frente -, e como alimento, sentimos que o ofício de hoje é importante, ainda que os tempos não sejam propícios para as utopias.

Para quem trabalha com educação, principalmente não formal em espaços e alternativos, os processos podem ser solitários, carentes de ambientes de trocas e reflexão, no entanto, nas oficinas de Teatro e Memória, conseguimos propor trocas que permitiram nosso próprio pensar sobre a área e a atual condição de ser professora, como profissão, corpo e mente únicos, nunca desassociados.

Entre fala e ação, nossos corpos foram convidados a revisitar nossas histórias enquanto educadoras e mulheres, nosso passado cheio de ausências, criando formas de efetivar o caminho entre a memória e o que propomos enquanto narrativas presentes.

Ter o passado à nossa frente permite fabular nossa realidade, criar a partir dos absurdos, encontrar possibilidades de narrativas nas ausências, buracos de histórias, enxergarmo-nos enquanto passado comum e assim sair da solidão.

Diante desta realidade assombrosa, que através de todo o tempo humano deve ter parecido uma utopia, nós, os inventores de fábulas que acreditamos em tudo, nos sentimos no direito de acreditar que ainda não é demasiado tarde para nos lançarmos na criação da utopia contrária. Uma nova e arrasadora utopia da vida (...) (MÁRQUEZ, 2011, 28)

Essa solidão que Gabriel García Márquez aponta como nossa sina latino-americana, que reside na incompreensão pela insistência em nos lermos e sermos lidas a partir de uma lente europeia, de um passado que não nos pertence deve ser olhado com nossos olhos, com os pés no nosso chão, como defende Cusicanqui.

Assim, acreditamos no caminho da educação nas artes que levem em conta quem somos, de onde viemos e todas nossas desventuras passadas para construção de novas utopias e caminhos coletivos em direção destas, transformando o presente, sempre em vista do passado que se pisa e o futuro que nos acompanha, logo atrás.

De onde vêm a esperança, a substância espalhando o verde dos teus olhos pela plantação?

Ô-ô

Vêm debaixo do barro do chão (GIL, 1992)

Referências

- ALELUIA, Matheus, KRENAK, Ailton. **O Dom da Vida**. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. IHAC:\digital. *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7fXGFRqYPmc>. Acesso em: 16 de dezembro de 2020.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- EVARISTO, Conceição. **De Mãe**. Cadernos Negros vol. 25. São Paulo: Quilombhoje, 2002.
- GALEANO, Eduardo. **Para que serve a utopia?** *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9iqi1oaKvzs> Acesso em 13 de dezembro.
- GIL, Gilberto. De onde vem o baião? In. **Parabolicamará**. Rio de Janeiro: WEA, 1992. 1 CD. Faixa 10.
- GONZAGA, Luiz. TEIXEIRA, Humberto. **Baião**. Rio de Janeiro: Odeon, 1946.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. **A solidão na América Latina**. In. Eu não vim fazer um discurso. Rio de Janeiro: Record, 2011.

TORRINELLI, Michele. A experiência de uma socióloga que se tece por meio da paixão e do coletivo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 26 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/26/a-experiencia-de-uma-sociologia-que-se-tece-por-meio-da-paixao-e-do-coletivo>. Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

VELARDI, Marília. **O futuro está às nossas costas: uma brevíssima reflexão sobre projetos de pesquisa num presente-passado-(sem)-futuro**. In. PEREIRA, Diamantino (org.). Estudos Transdisciplinares em tempos de Terra em Transe: ambiente, sociedade e pandemia. São Paulo: Annablume, 2020.

Capítulo 6: JUVENTUDES, PROJETO DE VIDA E MUDANÇA SOCIAL

Felix Fernando Siriani

Patrícia Junqueira Grandino

Introdução

A escola tem papel importante na vida das juventudes, pois faz parte do seu cotidiano e contribui para a formação da sua identidade. Entretanto, ainda, é possível identificar outros espaços educativos, como a família, os espaços esportivos ou culturais, os grupos juvenis, as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais, entre outros, que proporcionam inúmeras experiências, por meio das diferentes linguagens, reflexões, artes e valores, e que vão contribuir na construção do projeto de vida dos jovens.

Reconhecer os diferentes espaços de formação e seus efeitos na construção da identidade, a partir do entrecruzamento do cenário cultural, social, econômico e histórico em que estão inseridos, permite refletir sobre os projetos de vida e o papel das políticas públicas para as juventudes.

Klein (2011), afirma que as experiências transformam o sujeito, afetando as diferentes dimensões da sua vida. Elas podem ampliar suas escolhas e a construção de novas experiências, constituindo um ciclo importante para o desenvolvimento humano. No entanto, não podemos esquecer que essas possibilidades de escolhas também estão condicionadas ao contexto em que os jovens estão inseridos, por exemplo, o jovem na periferia tem o horizonte do seu projeto de vida limitado, tanto pela escassez de oportunidades de lazer, cultura, saúde, educação etc, quanto pela ausência de políticas públicas que lhe garantam o acesso aos direitos fundamentais. Pois, na medida que o jovem tem acesso as produções culturais, se apropria da cidade, tem uma educação que lhe apresenta alternativas de avanço na escolarização e possibilidade de escolhas profissionais, mais ampla e densas serão suas condições de ampliar suas projeções futuras e seus propósitos.

Dessa forma, o presente artigo pretende discutir o papel das políticas públicas para a juventude que favoreçam mudanças sociais, ou seja, a construção de projetos mais amplos e auspiciosos.

Sobre as juventudes

Para se pensar sobre juventude é importante levar em conta as diferentes e distintas abordagens teóricas sobre esse conceito, de acordo com os aspectos culturais, sociais e históricos, e compreendendo tratar-se de uma construção histórica.

Romper com uma visão biocronológica, em que as etapas de desenvolvimento do sujeito são lineares e sucessivas, permite pensarmos sobre como as políticas públicas podem influenciar a elaboração dos projetos de vida, pois além das questões biológicas, permite uma reflexão sobre o papel dos contextos culturais, sociais e econômicos na formação do jovem e daí identificar os diferentes aspectos que podem auxiliar, ou não, à constituição do sujeito.

Do ponto de vista das políticas públicas, o modo como o agente político compreende a juventude, vai definir suas ações, o desenvolvimento de programas e projetos, e conseqüentemente, oportunizar ou limitar as experiências que determinarão os projetos de vida dos jovens .

Dentre as visões recorrentes sobre a juventude está aquela que indica essa fase etária como problemática e conflituosa, e as políticas públicas decorrentes desse entendimento são elaboradas para “corrigir” e adaptar os jovens à ordem social e moral vigente.. Apesar desta visão, no Brasil, ter ganhado destaque durante a ditadura militar, é uma perspectiva muito presente nos dias atuais, de maneira especial pelos meios de comunicação e parte da sociedade que creditam aos jovens os altos índices de violência no país e inverdades sobre a impunidade aos adolescentes (ABRAMOVAY; CASTRO, 2002). Desse tipo de posição resultam discursos que defendem a redução da maioridade penal, políticas públicas repressivas e corretivas, assim como críticas ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Uma outra visão presente no imaginário da sociedade é a de que a juventude é a fase mais feliz da vida, e é vista como sinônimo de vitalidade, liberdade e revolução, creditando aos jovens a responsabilidade de resolver todos os problemas sociais, numa posição quase oposta à perspectiva anterior, mas também em desacordo com a realidade juvenil e fonte de conflitos entre jovens e adultos.

Uma das maiores reprodutoras desse discurso são as agências de publicidade, , que sustentadas numa sociedade de consumo e capitalista, “vende” a ideia de uma juventude idealizada como referência de valores de poder e liberdade irrestritos .

Em ambas perspectivas, a juventude é idealizada e incoerente com a realidade juvenil, de um lado é objeto de desejo, beleza e independência, do outro a matriz dos problemas sociais e da violência. Nessas estereotípias, as políticas públicas e as ações impactam diretamente no desenvolvimento dos próprios jovens (CALLIGARIS, 2000).

Ainda, a valorização estereotipada dos jovens, apresentada acima, não traduz as demandas da juventude e não está associada a espaços sociais relevantes e políticas públicas eficientes que possam promover projetos de vida altruístas, nem garantir direitos ou diminuir as desigualdades sociais.

Assim, criam-se expectativas fantasiosas que não condizem com as experiências reais da juventude, não enxergando suas singularidades e suas trajetórias e criam obstáculos, pressões e dificuldades para construção de seus projetos de vida . (SOUZA; PAIVA, 2012).

Com o intuito de se aproximar da juventude real, o presente trabalho adota uma visão de juventude que defende suas potencialidades e expectativas, e que considera essa fase etária como uma condição social e um tipo de representação (PERALVA, 1997), relacionando os aspectos e transformações biológicas, físicas e psicológicas, inerentes ao ser humano, mas também os elementos sociais, históricos e culturais que cada sociedade vivencia e representa sua juventude, e os aspectos de classes, gênero e regiões geográficas.

Desta maneira, reconhecer a juventude como um período importante para o desenvolvimento do sujeito, com suas tensões, alegrias, angústias e experiências,

permite-nos compreender e analisar a trajetória dos jovens e seus contextos, compreender como eles estabelecem sua identidade, seus valores e como constroem o seu projeto de vida (HURTADO, 2012).

Portanto, identificar os diferentes contextos em que os jovens estão inseridos e a variedade de significados que eles relacionam às suas experiências, é essencial para entender a construção do projeto de vida e como auxiliar para uma perspectiva de mudança social. As políticas públicas se tornam elementos centrais no processo de desenvolvimento da identidade e autonomia juvenil, por isso, são necessárias ações que possam ampliar as experiências sociais e educativas, por exemplo, e ampliar as perspectivas de seus projetos de vida.

Importa reconhecer que o jovem experimenta uma pluralidade de oportunidades, dificuldades, facilidades que vão influenciar suas decisões nas diferentes dimensões da vida, como profissional, amorosa, escolar, familiar e direcionar sua trajetória e conseqüentemente seu projeto de vida.

Pela característica singular dessas experiências e com distintos recortes sociais, é preciso considerar a juventude, de maneira plural, usando o termo juventudes, dada a heterogeneidade de comportamentos, experiências e vivências desse grupo etário, e deste modo, reconhecer suas especificidades

Realidade juvenil brasileira

Para pensar em juventudes e projetos de vida, é necessário compreender a complexa realidade dos jovens, analisar a conjuntura em que estão inseridos, quais problemas os atingem diretamente e refletir sobre quais políticas públicas podem ser elaboradas com o intuito superar dificuldades para permitir que sejam oferecidas maiores e melhores oportunidades que possam ser incorporadas aos projetos de vida desses jovens.

O IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em sua projeção populacional, aponta que, em 2020, o Brasil tem mais de 50 milhões de jovens, o que representa quase 24% dos brasileiros, o que representa quase um quarto da população cujas políticas públicas específicas podem contribuir com seus projetos de vida, reconhecendo o jovem como sujeito de direitos.

Uma pesquisa realizada pela Agenda Juventude Brasil (2013), indicou os temas com os quais os jovens se preocupam e que influenciam a construção de seus projetos de vida. Eles se alinham aos direitos fundamentais, como emprego, saúde e educação, o que permite reconhecer que são necessárias mudanças sociais e a implementação de políticas públicas que possam garantir a efetivação desses direitos e, por conseqüência, favorecer que os jovens ampliem as possibilidades de construção de seus projetos.

Os temas elencados pelos jovens na pesquisa mencionada vão ao encontro dos graves indicadores sociais dessa faixa etária no país. A realidade juvenil no Brasil, é marcada pela violência, de maneira especial, do jovem negro e pobre. O

Atlas da Violência (2020) apontou que em 2018, mais da metade (53,3%) dos homicídios que aconteceram no Brasil tinham como vítima pessoas entre 15 e 29 anos, o que em números absolutos representa 30.873 jovens. Mesmo considerando que houve uma queda na taxa, se comparada com ano anterior, que foi o mais alto dos últimos dez anos, o índice, em 2017, era de 69,9 para cada 100 mil habitantes.

Ainda sobre a temática violência, outra estatística aponta que, em 2018, mais de 50% da população carcerária do Brasil possui entre 18 e 29 anos e, dentre os crimes mais comuns para prisão, estão o tráfico de drogas e os patrimoniais, que representa, aproximadamente, 70% das causas. Por sua vez, crimes contra a vida representam 12% das prisões. Quanto às medidas socioeducativas, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, o levantamento anual do Sistema Socioeducativo (SINASE), referente o ano de 2017, indica que as principais causas de atos infracionais praticados por adolescentes são: roubo (38,1%), tráfico de drogas (26,5%), homicídio (8,4%) e furto (5,6%)

Outro tema apontado como interesse e preocupação das juventudes é a saúde. Nesse quesito é importante fazer um recorte de gênero, com base nas questões de sexualidade, por exemplo, as mulheres costumam iniciar, em média, sua vida sexual 1,2 anos mais tarde que os homens, 16,3 e 15,1 anos, respectivamente (LOBATO, 2016) o que pode ser ainda, infelizmente, o reflexo de uma cultura machista, que impacta nas decisões femininas sobre sua vida sexual. A gravidez na adolescência, com base no relatório *Acelerar el progreso hacia la reducción del embarazo en la adolescência, en América Latina y el Caribe* (2016) da Organização Mundial da Saúde (OMS), aponta que o Brasil, em 2016, tinha a taxa de mães entre 15 e 19 anos de 68,4 bebês para cada mil meninas, sendo que muito dessas gravidezes eram frutos de abusos sexuais e, portanto, mais uma causa de violência entre as jovens.

Quando pensamos nas políticas públicas de saúde para os jovens, é preciso superar o discurso punitivo e proibitivo de drogas e relações sexuais, e propor projetos e programas que visem articular as dimensões do sujeito e sua integralidade, identificando suas singularidades, com recorte de gênero e levar o debate para elaboração nos espaços em que as juventudes se encontram como escolas, coletivos e organizações da sociedade civil. Somente assim será possível, formular políticas que mudem o cenário nacional, e que ampliem a igualdade de gênero e garantam a proteção integral dessas jovens.

Um outro dado relacionado à intersecção entre saúde e violência é o aumento do número de suicídios dos jovens brasileiros, que é a segunda principal causa de morte das juventudes no mundo, segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (2016), e a terceira no Brasil, com base nos dados do Ministério da Saúde (2019). De acordo com a Associação Psiquiátrica de Brasília (APBr), o país é o oitavo com maior número de suicídios em todas as faixas etárias, e o perfil das vítimas brasileiras são homens, negros, com idade entre 10 e 29 anos.

O Ministério da Saúde aponta, ainda, que entre os anos de 1980 e 2011 houve um crescimento de 62,5% (BRASIL, 2014) de suicídios, contudo, dados

recentes do Ministério da Saúde apontam que esse percentual cresceu ainda mais: em 2011, o número de suicídios foi de 10.490, em 2016 foi de 11.436. Esses dados são confrontados pela OMS, que registra 13.467 suicídios no Brasil, em 2016.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), entre os anos de 2006 e 2015 houve um aumento de 24% no número de suicídios entre pessoas com idades entre 10 e 19 anos nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Belo Horizonte.

Deste modo, as políticas públicas para as juventudes precisam refletir sobre esse aumento e buscar formas de prevenção, além de fomentar ações como debates em diferentes espaços educativos, que acolham as angústias e inseguranças das juventudes, sobretudo, sob a coordenação de profissionais especializados, que possam contribuir para diminuir esses índices no país.

Um dado importante sobre a realidade dos jovens brasileiros é a falta de emprego. No Brasil, segundo o IBGE, em 2019, estima-se que havia 171.613 pessoas com idade para trabalhar, sendo que dessas, 34.586 possuíam idade entre 14 e 24 anos. Enquanto a média geral foi de 11,9%, a taxa de desemprego entre os jovens de 14 a 17 anos foi de 39,2, e de 23,8% entre 18 e 24 anos.

Para suprir as necessidades financeiras e driblar o desemprego, as juventudes têm buscado alternativa no mercado informal e precarizado, como os oferecidos por aplicativos como *Rappi*, *Ifood*, *Uber Eats*. Uma pesquisa Coordenado pelo Instituto Multiplicidade, em 2019, na cidade de São Paulo, apresentou que 75% dos entregadores de aplicativo possuem entre 18 e 27 anos, trabalham mais de 12 horas e recebem, em média, R\$ 936,00 reais mensais, sendo que 57% não folgam, ou seja, trabalham todos os dias da semana, e muitos chegam a dormir nas ruas para ganhar um pouco mais.

O IBGE apontou que, em 2019, a taxa de informalidade chegou a 41,1%, maior taxa desde 2016. Em 2018, o mesmo IBGE, havia indicado que houve um aumento de 90% em trabalhos informais ou precários entre jovens de 18 e 24 anos.

Deste modo, por não conseguirem ingressar no mercado de trabalho, por não atenderem às exigências do mercado, os jovens se sentem frustrados e decepcionados, o que repercute negativamente na elaboração de seus projetos de vida. As dificuldades se estendem igualmente para o âmbito da formação profissional, uma vez que não encontram oportunidades para adquiri-las e, quando elas existem, precisam arcar financeiramente com uma melhor qualificação profissional, o que resulta em exploração da mão de obra juvenil, sobretudo, pelo trabalho informal, que oferece baixos salários, ou ainda, vagas com longas jornadas laborais.

Apesar da educação ser um direito fundamental e das escolas constituírem-se como agências centrais no desenvolvimento das novas gerações, o país registra dados alarmantes sobre jovens que estão fora das escolas. De acordo com o IBGE, em 2017, mais de 25 milhões de jovens estavam fora do escola formal, além de não frequentarem cursos técnicos, ou de qualificação profissional ou ainda cursos

pré-vestibulares e nem haviam terminado um curso de graduação. Destes 25 milhões, 21,9% não possuíam nenhum grau de instrução ou tinham fundamental incompleto, 23% haviam finalizado o fundamental, mas estavam com o ensino médio incompleto, e mais de 55,1% tinham concluído o ensino médio ou superior incompleto. Quando questionadas as motivações para estarem fora da escola, os jovens apontam questões relacionadas ao trabalho (39,7%), falta de interesse em estudar (20,1%) e exigências dos afazeres domésticos ou pessoais (11,9%).

A pesquisa do IBGE apontou que, em 2017, cerca de 28% dos alunos matriculados no Ensino Médio estavam com idade inadequada para o ano que cursava. Esse percentual representa, aproximadamente, 2 milhões de estudantes com idade escolar atrasada.

No ensino superior, a realidade é ainda pior. De acordo com o Censo Escolar de 2017, realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), apenas 19% dos jovens entre 18 e 24 anos estão no ensino superior, o que se contrapõe aos constantes aumentos no número de vagas, promovidas pelos governos Lula e Dilma, entre os anos de 2003 e 2016. O PROUNI, Programa Universidade para Todos (PROUNI), por meio de incentivo com oferta de bolsas de estudo, aumentou o número de vagas e matrículas no ensino superior brasileiro em 53% nas instituições privadas e 42% nas instituições públicas, entre 2005 e 2015. De acordo com o INEP (2017), os institutos federais tiveram taxa de crescimento de 7,4% ao ano, nesse período. Por fim, no Brasil, de acordo com o Censo do Ensino Superior de 2019, temos cerca de 2.608 instituições de ensino superior, sendo 11,6% públicas e 88,4% privadas, sendo 302 e 2.306, respectivamente.

O Censo da Educação Superior de 2019, apontou que entre os anos de 2009 e 2011, houve uma alta de, aproximadamente, 16% no número de instituições públicas e 0,58% das instituições privadas, no entanto, após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, houve um crescimento de apenas 2,03% de públicas e 9,24% de privadas. Alinhado a isso, houve um aumento na quantidade de vagas no ensino superior entre os anos de 2017 e 2019, o que representa um acréscimo de mais de 103%, contudo, impulsionado pela ampliação de vagas nas instituições privadas de ensino superior (+113,90%), enquanto das instituições públicas foi de apenas 5,52%.

O percentual de vagas ofertadas em 2014 pela rede privada e pública era de 90,18% e 9,82%, respectivamente, já em 2019, a representação foi de 94,90% para instituições privadas e 5,10% para instituições públicas.

Ainda, houve nos últimos anos, pós- *impeachment* da Dilma, as bolsas do PROUNI também sofreram alterações, enquanto houve um aumento de 25% na oferta de bolsas parciais, houve uma redução de 11%, aproximadamente, na oferta de bolsas integrais.

Os dados refletem a política neoliberal protagonizados por Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2020), que ainda reduziram, aproximadamente, 60% dos valores investidos na educação brasileira, sendo 15%

só na educação superior, e fazem parte do grupo que aprovou a PEC 241/2016, que congelou os investimentos públicos em educação, saúde e assistência social para os próximos 20 anos. O que resulta num recuo, em programas como o PROUNI e nas oportunidades das juventudes ingressarem no ensino superior

O último ponto que queremos destacar refere-se às questões políticas. A pesquisa Agenda Juventude Brasil (2013), indica que 16% da juventude brasileira acredita que a política não é importante, 29% consideram mais ou menos necessárias e 55% que a política é importante. Ainda, quando questionados sobre implementação de políticas públicas de juventude, 53% acreditam que os governantes sabem das demandas dos jovens, mas não têm interesse em mudar a realidade e propor ações que visam resolver os problemas das juventudes.

Os jovens entrevistados pela pesquisa afirmam que os grupos e organizações que contribuem com a melhoria do país são importantes (26%), outros acreditam que a mobilização nas ruas e outras ações diretas, como participar em conselhos de direito são necessárias (20%), entretanto, menos da metade, 46%, disseram que participaram ou participam de grupos semelhantes.

Esses são alguns aspectos da realidade em que os jovens brasileiros estão inseridos, numa estrutura social desigual, conflitante e desafiadora, na qual a violência, a falta de oportunidades e uma educação sem qualidade, impactam diretamente a vida dos jovens, gerando ausência de perspectivas que afetam a construção de projetos de vida.

Deste modo, para uma mudança social significativa dessa realidade é preciso investir em políticas públicas que possam garantir o acesso dos jovens aos seus direitos fundamentais, como cultura, esporte, educação, emprego digno, transformando essa realidade e propondo uma escola mais atrativa e que dialoga com as juventudes, ações que busquem superar a violência contra os jovens, e ofertando políticas que buscam incentivar as empresas a contratarem os jovens e assim diminuir as altas taxas de desemprego para esse grupo etário.

O que é projeto de vida?

Os jovens tomam decisões baseadas no contexto em que estão inseridos, assim, um ambiente precário de oportunidades irá limitar o delineamento dos seus sonhos e ampliar as desigualdades. Deste modo, as experiências individuais, a história de vida do sujeito, o conjunto de condições econômicas, sociais e culturais, vão determinar suas escolhas, seus objetivos e o projeto de vida das juventudes (GRANDINO, 2004).

Como já dissemos, as políticas públicas e as mudanças sociais são necessárias para potencializar os projetos de vida dos jovens, diminuindo suas angústias e inseguranças, e promovendo os meios para que eles possam realizar os seus sonhos, alegrias e conquistas. Portanto, é preciso criar possibilidades para que

os jovens, em algum momento, possam pensar e tomar decisão sobre o que desejam para suas famílias, com relação aos planos de profissionalização, o avanço na escolarização, a sociabilidade, o seu propósito de vida e tantas outras dimensões do sujeito.

Projeto de vida, inicialmente, pode-se relacionar com as intenções, propostas e ideias do que se planeja fazer futuramente, e as etapas para a realização. Assim, um projeto de vida estável e forte, permite que as juventudes orientem-se para alcançar uma perspectiva de vida e compreender o seu papel no mundo e autoconhecer suas singularidades. Por este motivo, apesar de projeto de vida ser um conceito estudado em diferentes faixas etárias, é na juventude que o indivíduo está mais favorável para construção do seu projeto de vida e a viver novas experiências, afinal, é nessa fase etária que, culturalmente, os sujeitos tendem a escolher e arriscar mais, e tomar algumas decisões que orientam sua trajetória de vida, e pode contribuir para construção do propósito de vida.

Primeiramente, é preciso diferenciar história de vida, objetivo de vida e projeto de vida, visto que há uma mistura no entendimento do que é cada conceito. O primeiro é baseado no passado do sujeito, que a partir das suas experiências, tende a ressignificar sua história e assim transformar sua realidade e sua própria identidade, mas não exige engajamento com o futuro. Já o conceito de objetivo de vida, que decorre das discussões sobre *Life Goals*, tem relação com uma projeção futura, mas sem engajamento ou estabilidade, pode ser algo pessoal ou até coletivo, mas sem dar um propósito à vida do sujeito, como por exemplo, “passar de ano”, “comprar uma casa”, ou “ter um celular (HURTADO, 2012).

Ao estudar o projeto de vida dos jovens, torna-se necessário debater os elementos para construção da identidade do sujeito, para assim identificar o processo de tomada de decisões e as oportunidades oferecidas, ou não, a eles.

Entretanto, quando falamos sobre projeto de vida, mesmo no âmbito acadêmico, ainda há uma confusão sobre o seu conceito, sobretudo, porque 63,6% dos estudos sobre o tema não fazem uma definição explícita, de acordo com as pesquisadoras Dellazzana-Zanon e Freitas (2016), que afirmam existir uma dificuldade metodológica de construir um conceito claro.

Aqueles que apontam uma definição, o fazem como um processo de desenvolvimento do indivíduo, sendo influenciado pelo contexto cultural e social, que direcionam as dimensões da sua formação integral, seu comportamento e suas significações.

William Damon (2009) apresenta o conceito de projeto de vida, relacionando-o com o termo “*purpose*”, cuja tradução mais aproximada é propósito, e que aqui no Brasil foi definido como projeto vital, pelo professor Dr. Ulisses Araújo, que estuda o tema há vários anos. Deste modo, projeto de vida – ou projeto vital, é o conjunto de escolhas que direcionam o sujeito, que desenvolve seus objetivos tendo em vista uma projeção futura, mas que possui um significado pessoal e moral, unido o caráter do “Eu” e a busca por fazer a diferença no mundo

por meio de um propósito com metas amplas e estáveis. Essa concepção apresenta três características que facilitam a compreensão do termo:

- 1) Estabilidade: o projeto vital é um projeto significativo para o sujeito, e, portanto, para o seu sistema de valores. Por este motivo, espera-se que o sujeito esteja engajado algum tempo para concretizar esta meta, conferindo estabilidade ao seu intento;
- 2) Generalização: o fato de este projeto ser significativo para o sujeito faz com que ele esteja mobilizado para buscar suas metas e concretizá-las, influenciando os demais aspectos de sua vida;
- 3) Significado pessoal e autotranscendente (*beyond the self*): o projeto vital (*purpose*) representa uma preocupação com aspectos do mundo que transcendem a satisfação da própria individualidade, visando contribuir com aspectos do mundo externo (HURTADO, 2012, p. 60).

Deste modo, projeto vital é a trajetória do indivíduo e sua essência, portanto, está vinculado aos valores, às contribuições na e da sociedade e se relaciona fortemente com a identidade do sujeito e sua busca por realizá-lo (HURTADO, 2012).

Assim sendo, o projeto de vida reflete os desejos e sonhos e que tipo de vida seguirá a partir das suas decisões. Entretanto, quando não há um projeto de vida, e deste modo uma perspectiva de futuro, o jovem não se reconhece como sujeito, desconstrói sua identidade e se torna facilmente manipulado, sobretudo, pelo processo de massificação de um sistema neoliberal que acentua as desigualdades, a pobreza e a violência (SILVA, 2009).

Em outras palavras, ao não conhecer sua realidade e não buscar formas, por meio de um projeto vital, para transformá-la, os jovens podem ficar submissos a decisões de outras pessoas, e seguir qualquer direção, como afirma Damon (2009), perdendo sua autonomia e identidade, e seguindo “mitos”, que muitas vezes podem aumentar suas vulnerabilidades.

Deste modo, o projeto de vida direciona o sujeito à conquistar seus sonhos, construir sua história e tomar decisões baseadas em valores morais, por isso, destacamos novamente a importância de refletir sobre a rede em que as juventudes estão inseridas, afinal, a família, a escola, os grupos sociais, as organizações da sociedade civil, são essenciais na construção do projeto de vida desses jovens, pois esses espaços oferecem recursos que podem ajudar no desenvolvimento de valores, comportamentos e saberes, e assim definir e redefinir as práticas e pensamentos das

juventudes, e colaborar com a elaboração da sua identidade e em seu desenvolvimento integral.

As experiências proporcionadas por essas diversas atividades, permite que o sujeito reveja as decisões nas dimensões da vida profissional, familiar, esportiva, de lazer, afetiva e tantas outras, sobretudo, porque o sujeito passa a se identificar, por meio de referências individuais e coletivas, que, subjetivamente, são importantes para a construção do projeto de vida dessas juventudes, assim como os espaços da escola, da igreja, dos movimentos sociais, das organizações da sociedade que igualmente contribuem para a elaboração de projetos vitais, por meio de reflexões sobre o futuro destes e maneiras para romper com projetos individualistas e consumistas.

Os tipos de projeto de vida

William Damon (2009), aponta que os projetos de vida, podem ter duas orientações, sendo voltadas para o indivíduo (*self oriented*) e aqueles que são projetados para além do indivíduo (*beyond the self*), que trazem como elementos contribuir com a sociedade, a coletividade e a comunidade em que estão inseridos ou suas famílias.

Deste modo, com base nos dados coletados durante a pesquisa que realizamos com jovens estudantes de escola pública do município de Americana, São Paulo (2019) dividimos os projetos de vida nessas duas orientações, *self oriented*, cujos relatos são centrados no próprio sujeito, sem nenhuma menção a outros indivíduos ou soluções para a sociedade ou a comunidade local, por exemplo: “*Ter um bom trabalho e ter uma boa família e ser bem sucedido*” ou “*Eu pretendo ser um profissional de sucesso, ser um piloto experiente, ter minha casa meu carro ter uma vida boa*”.

Em outro grupo, foram reunidos os relatos *beyond the self*, que possuíam algum elemento para além do indivíduo, como ajudar a família, ou alguma causa social ou ambiental, como por exemplo: “*Ter uma boa faculdade, conseguir um bom emprego na área em que cursei. Ter uma boa vida financeira, **ajudar meus pais** [grifo do autor]*”. “*Daqui 10 anos pretendo estar com uma boa vida financeira como minha família construída. Ter conseguido realizar cada sonho que planejei. Os passos para alcançar seria nunca desistir por mais difícil, complicado sempre acreditar que cada sonho vai ser alcançado*” ou “*Fazer faculdade para **dar um futuro melhor para minha família** [grifo do autor]. Formada e com meu emprego. Estudar muito para o vestibular. Com um bom emprego uma família formada e com saúde*”.

Os resultados se assemelham ao de outras pesquisas, que indicam que 75% dos jovens possuem projetos orientados para si (*self oriented*), que são interpretados por diferentes autores (cite alguns em nota de rodapé) como reflexo de um sistema individualista e capitalista, que relaciona felicidade com status, ficar rico, acumular bens materiais e ter valores superficiais.

De maneira geral, os projetos de vida das juventudes que encontramos em nossa pesquisa são frágeis e idealizados, ou seja, não apresentam engajamento e são superficiais, o que corresponde às conclusões de outros pesquisadores como Damon (2009), Danza (2014) e Klein (2011).

Percebe-se que a sociedade, de modo geral, não incentiva valores que promovam a colaboração, o altruísmo, a solidariedade, o respeito, e tantas outras virtudes transcendentais. Ainda, as juventudes são marcadas pela desigualdades sociais e econômicas, conforme citado anteriormente, o que limita as possibilidades de romper com o *status quo* e alimentar outros tipos de projeto de vida.

A pesquisa elencou as principais prioridades citadas pelos jovens participantes em suas projeções futuras, que foram condensadas no quadro abaixo:

Tabela 1- Dimensões recorrentes nas projeções futuras

| ÍNDICE | DIMENSÃO | QTD | % |
|--------------|------------------------|------------|----------------|
| 1 | Educação | 26 | 23,42% |
| 2 | Profissional | 25 | 22,52% |
| 3 | Familiar | 18 | 16,22% |
| 4 | Moradia | 13 | 11,71% |
| 5 | Situação Econômica | 12 | 10,81% |
| 6 | Lazer | 4 | 3,60% |
| 7 | Relacionamento Afetivo | 4 | 3,60% |
| 8 | Transporte | 4 | 3,60% |
| 9 | Saúde | 2 | 1,80% |
| 10 | Cultura | 1 | 0,90% |
| 11 | Política | 1 | 0,90% |
| 12 | Religião | 1 | 0,90% |
| TOTAL | | 111 | 100,00% |

FONTE: O autor (2019)

Esses resultados apresentam um outro ponto relevante para discussão, sobretudo, ao analisar os objetivos de vida dos participantes, pois percebe-se uma demanda por direitos básicos, como trabalho, família, educação, e moradia, sendo as dimensões principais que os jovens elencam como prioridades. Esses dados se assemelham aos resultados obtidos pelo IBASE, que em 2010 entrevistou mais de 14 mil jovens na Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Os jovens entrevistados citaram questões relacionadas a educação, trabalho digno, acesso à cultura e respeito aos direitos humanos e a diversidade juvenil.

Considerações finais

É possível afirmar a importância dos diferentes espaços de educação e a necessidade de ações imediatas para diminuir o percentual de projetos de vida orientadas para si, e ampliar o número de projetos com algum traço de altruísmo ou coletividade.

Por fim, o debate sobre projeto de vida tem ganhado destaque no âmbito acadêmico, mas tem tornado relevante no cotidiano escolar, por exemplo, ao ser inserida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento que apresenta as principais competências e habilidades que os alunos precisam desenvolver durante sua trajetória na educação básica.

Deste modo, a escola torna-se um espaço importante, necessário e possível para construção do projeto de vida das juventudes, que por meio de uma pluralidade de propostas, linguagens, reflexões, artes e valores pode contribuir para o desenvolvimento desses jovens.

Em síntese, é preciso propor políticas públicas que auxiliem os jovens na construção de seus projetos de vida, por meio da garantia e acesso aos direitos, de forma que eles possam superar a lógica individualista e promover sonhos que impactam o mundo positivamente. Para tanto, devem ser incentivados valores como o respeito, solidariedade, participação, empatia entre outros.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. **Cadernos Adenauer XVI**, São Paulo, n. 1, p.13-25, 2015. Trimestral. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/16488-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 16 jan. 2017.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 14 dez. 2018.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000. 88 p. (Folha Explica).

DAMON, William. **O que o Jovem Quer da Vida?** Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes. São Paulo: Summus, 2009. 200 p.

DANZA, Hanna Cebel. **Projetos de vida e Educação Moral: um estudo na perspectiva da Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento**. 2014. 261 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-14102014-112835/publico/HANNA_CEBEL_DANZA.pdf>. Acesso em: 04 maio 2017.

DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. Uma Revisão de Literatura sobre a Definição de Projeto de Vida na Adolescência. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 19, n. 2, p.281-292, 11 out. 2016. Disponível em: <shorturl.at/aerw6>. Acesso em: 19 jan. 2019.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Soc. estado.**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 185-204, ago. 2010. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 jan. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922010000200003>.

FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. 2. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005. 40 p. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

GRANDINO, Patricia Junqueira. **A dimensão relacional na Educação**: experiência formativa com educadores sociais e professores. 2004. 270 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GROPPO, Luís Antonio *et al.* **Juventude e práticas socioeducativas**. Alfenas: Unifal-mg, 2018. 214 p. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/system/files/imce/Ebooks/Juventude%20e%20pr%C3%A1ticas%20socioeducativas.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

HURTADO, Daniela Haertel. **Projetos de vida e projetos vitais**: um estudo sobre projetos de jovens estudantes em condição de vulnerabilidade social da cidade de São Paulo. 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05022013-104615/publico/DANIELA_HAERTEL_HURTADO_rev.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017.

IBASE. **Pesquisa sobre juventudes no Brasil**. Rio de Janeiro: Ibase, 2009. 141 p. Projeto juventudes sul-americanas: diálogos para construção da democracia regional. Disponível em: <https://ibase.br/userimages/Brasil_ultimarev.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

IPEA. **Atlas da Violência 2020**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020. 96 p. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

KLEIN, Ana Maria. **Projetos de Vida e escola**: a percepção de estudantes do ensino médio sobre a contribuição das experiências escolares aos seus projetos de vida. 2011. 292 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10082011-141814/publico/ANA_MARIA_KLEIN.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2017.

LOBATO, Ana Laura. Saúde e sexualidade entre jovens. Agenda Juventude Brasil: Leituras sobre uma década de mudanças. In: NOVAES, Regina *et al.* **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. p. 215- 229. Disponível em: <<http://polis.org.br/wp-content/uploads/AGENDAJuventudeBrasil.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

PAPPÁMIKAIL, Lia. **A adolescência enquanto objecto sociológico: notas sobre um resgate**. In J. Pais, R. Bendit & V. Ferreira (Eds.), *Jovens e rumos* (1a ed., pp. 1-1). Lisboa: ICS, 2011.

PERALVA, Angelina Teixeira; SPOSITO, Marília Pontes (Org.). Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5, p.15-24, dez. 1997. Número Especial. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/rbe/files/rbe_05_e_06.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (Brasil). **Agenda juventude Brasil**: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013. Brasília: Participatório – Observatório Participativo da Juventude, 2013. 116 p. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/estatisticas/agenda_juventude_brasil_vs_jan_2014.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

SIRIANI, Felix Fernando. **Juventude em desenvolvimento**: as experiências formativas e a construção do Projeto de vida. 2019. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação

Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.100.2019.tde-20112019-010348. Acesso em: 24 nov 2020.

SILVA, Eduardo Pinheiro da. **Projeto pessoal de vida**. Brasília: Cisbrasil-cib, 2009. 160 p. Disponível em: <<http://www.jovensconectados.org.br/wp-content/uploads/2015/07/ENJMC-Projeto-Pessoal-de-Vida-Dom-Eduardo-Pinheiro.ppsx>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

SOUZA, Candida de; PAIVA, Ilana Lemos de. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia (natal)**, [s.l.], v. 17, n. 3, p.353-360, dez. 2012.

TARDELLI, Denise D'aurea. Identidade e adolescência: expectativas e valores do projeto de vida. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, [s.l.], v. 2, n. 3, p.59-74, 2010. Disponível em: <http://periodicos.unisantos.br/index.php/pesquiseduca/article/view/76/pdf_1>. Acesso em: 12 maio 2018.

Capítulo 7: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E DIÁLOGOS POSSÍVEIS: TERRITÓRIO, ÁREAS PROTEGIDAS E O USO DO BEM COMUM

Giovana Cioffi

Davis Gruber Sansolo

Sidnei Raimundo

Introdução

O turismo de base comunitária (TBC) se posiciona como iniciativa para a reivindicação do direito ao uso do território, dialogando o desenvolvimento local, a valorização da identidade cultural e a conservação da natureza. Segundo Burgos e Mertens (2015), o TBC vêm sendo cada vez mais proposto e adotado principalmente em áreas protegidas, que em sua maioria abrangem comunidades com escassas perspectivas econômicas.

O turismo de base comunitária é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária (Tucum, 2008 apud Sansolo, 2009, p. 147).

As definições de turismo de base comunitária se apresentam de maneiras diferentes, porém algumas premissas estão presente em todas elas. A começar, o TBC tem como centralidade o uso dos recursos endógenos, tanto o humano quanto o natural ou de infraestrutura, para o desenvolvimento local.

[...] processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local que mediante o aproveitamento dos recursos endógenos que existem em uma determinada zona ou espaço físico é capaz de estimular e fomentar o seu crescimento econômico, criar emprego, renda e riqueza e, sobretudo, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da comunidade local (Perez e Carrillo, 2000 apud Irving, 2009, p. 112).

Segundo Irving (2009), outra premissa deste modelo de turismo é o protagonismo dos comunitários como sujeitos e não objetos do processo, isto é, seu planejamento e desenvolvimento baseia-se nas demandas e cenários internos aos grupos sociais. Duas questões são importantes de serem destacadas: em uma visão não romantizada, o TBC se insere na dinâmica do mundo globalizado, porém busca barrar ou reduzir suas imposições, e não há a intenção de uma interpretação estereotipada de comunidades menos favorecidas que recebem turistas interessados

em explorar o seu meio sociocultural e natural, mas sim interpreta-se como uma possibilidade de compartilhar experiências e tradições.

Coloca-se igualmente neste processo a essencialidade de se desenvolver o turismo em escala limitada, respeitando as potencialidades e os recursos locais. Divergente a filosofia guiadora dos padrões do turismo de massa, esta proposta associa-se a um comprometimento com a responsabilidade socioambiental. Nesta conexão entre o social e o ambiental que ocupa o primeiro plano, objetiva-se assegurar a participação ativa das populações locais e a qualidade ambiental da área (Irving, 2009).

A idealização e efetivação do TBC como instrumento impulsionador de uma governança compartilhada nasce de uma percepção das próprias comunidades sobre a necessidade de experienciar outra relação com a atividade turística, áreas protegidas e o modo como essas questões repercutem em seus territórios. Nesse sentido, entende-se que a concepção do turismo comunitário reivindica que alguns conceitos e diálogos sejam retomados e evidenciados, considerando a relevância destes no processo, sendo eles:

- (a) Território enquanto conceito e processo resultante de modos de apropriação distintos, onde se faz presente construções territoriais ligadas a modos de vida tradicionais e, portanto, reconhece-se o direito de posse e uso de seus recursos;
- (b) o caráter relacional de natureza, que ao mesmo tempo que produz é produzida, impossibilitando pensá-la sem sua dimensão social;
- (c) a concepção de áreas protegidas a partir de perspectivas patrimoniais e seus desdobramentos frente a sobreposição a territórios tradicionais;
- (d) o comum e a possibilidade de gestão comunitária como forma de recuperar o controle efetivo da gestão e manejo dos recursos.

À vista disso, as seções que seguem foram desenvolvidas a partir de uma revisão bibliográfica, com o objetivo de explorar os diálogos e conceitos citados acima e correlacioná-los com a narrativa que alicerça a construção conceitual e prática do turismo comunitário.

Conceitos e reflexões acerca de território e tradicionalidade

À primeira vista o conceito de território conecta-se diretamente à concepção de terra, superfície terrestre, área ou espaço, vinculando a si a materialidade como principal determinante de seu sentido; à segunda, seu conceito assume uma heterogeneidade originária do campo da Geografia, onde há uma intensa e relevante discussão sobre como seu sentido ultrapassa o campo puramente material.

O espaço é uma realidade relacional, envolvendo a natureza e a sociedade mediadas pelo trabalho (energia), técnicas, tecnologias e, evidentemente, pelo conhecimento. O gastar energia, no trabalho, é o grande mediador da relação

sociedade-natureza, na qual há objetos naturais e objetos sociais em movimento permanente, heterogeneidade do espaço habitado, expansão da população, urbanização, hierarquias, fixos e fluxos (Saquet, 2009, p. 77).

O movimento de articulação entre a realidade material e as intenções dos atores qualifica o conceito de “territorializar” o espaço. Alicerçado em uma base material, o território origina-se em uma ação de sujeitos dependentes entre si, moldando suas identidades territoriais diversas de acordo com os recursos naturais existentes e manifestando as relações de poder intrínsecas das relações sociais de dominação (Raffestin, 1993). A propriedade material e imaterial do território passam necessariamente pelo reconhecimento da unidade entre dimensões da economia-política-cultura-natureza.

A produção territorial na sociedade moderna é marcada pela quebra do complexo metabólico homem-natureza, o que definiu um decurso que se inicia numa apropriação alienada da natureza, passa por uma reprodução ampliada do espaço e resulta em uma subordinação de cerne classista (Camacho, 2010). Em contraponto se faz presente, mesmo que a muito custo, outros modelos territoriais originados em uma relação simbiótica entre o homem e a natureza, nas quais a vida cotidiana constitui-se por mediações primárias. O caráter pré-capitalista das populações tradicionais expressa-se tanto no campo da técnica e da prática quanto no simbólico, envolvendo uma concepção mítica que influencia diretamente nas atividades de subsistência e culturais. O uso dos recursos pertence a um lugar de evidência, à medida que determina a ocupação de um território de acordo com seus ecossistemas (Pereira & Diegues, 2010; Tiriba & Fischer, 2015).

[...] tanto os indivíduos da espécie humana como as entrelaçadas condições culturais/intelectuais/morais/materiais cada vez mais complexas de sua vida são reproduzidos segundo a margem de ação sócio-histórica disponível e cumulativamente ampliada. Entre essas condições estão: a regulação da atividade reprodutora biológica, mais ou menos espontânea e imprescindível, e o tamanho da população sustentável, em conjunto com os recursos disponíveis; a regulação do processo de trabalho, pelo qual o indispensável intercâmbio da comunidade com a natureza produz os bens necessários para gratificação do ser humano (Mészáros, 2006, apud Tiriba & Fischer, 2015, p. 417).

Conforme Holanda (2016), no Brasil a noção sobre território acompanhou a consolidação da ideia de Estado-nação, resultando ainda no século XIX em um processo de afirmação de uma entidade territorial que impôs modos de vivências territoriais e negou sua diversidade sociocultural. A constituição territorial da sociedade ocidental liga-se diretamente a relações racionais e burocráticas fundamentadas por convenções formais, documentais e legais. Esse modelo contrapõe-se a um território construído a partir de práticas vinculadas à tradições e

afetividades e por integrantes que nem sempre conhecem claramente os limites de seus territórios (Moraes et al., 2017).

A ampliação legal do reconhecimento de territórios constituídos sob outras perspectivas teve como marco a Constituição Federal de 1988, que previa a garantia dos direitos originários sobre terras às populações indígenas, bem como a proteção de costumes, línguas, crenças, tradições e práticas (Brasil, 1988). À luz da Constituição, em 2007 foi aprovado o decreto 6040, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a qual compreende a concepção de território tradicional de maneira mais extensa considerando a realidade sociocultural do país, como podemos observar no trecho abaixo:

Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...] (Brasil, 2007).

Haesbaert e Limonad, ao realizarem a análise da dimensão material *versus* simbólica de território, propõe:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (Haesbaert & Limonad, 1999. p. 42).

O controle simbólico do território esboça o conceito de territorialidade, para a qual o autor confere o sentido mais amplo que território, considerando sua íntima ligação com o modo de produção, organização e ressignificação do lugar por quem o ocupa (Haesbaert, 2007).

Longe de ser rígida ou detalhadamente limitada, a territorialidade não se coloca de maneira exclusiva, pelo contrário, com frequência se encontra sobreposta a outras, formando o fenômeno da multiterritorialidade (Haesbaert, 2007). Em sua formação há o constante confronto entre formas de territorialidades hegemônicas e demais territorialidades que lutam para permanecer. Little (2003) aponta que apesar de comunidades tradicionais frequentemente ocuparem espaços intersticiais aos grandes centros econômico, sendo marginalizados e invisibilizados, há um movimento por parte de forças econômicas dominantes de expandir a abrangência de sua exploração para estas áreas a fim de se utilizar dos recursos. Nesse cenário, o que se estabelece por diversas vezes é a absorção parcial de influências da economia capitalista pelas comunidades sem que percam totalmente suas particularidades, evitando a hegemonização do território.

Cada sistema territorial imprime sua própria territorialidade, que se exterioriza em todas escalas socioespaciais. Soja (1971), pontua três componentes que juntos constituem a territorialidade: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço. Sendo assim, a multiterritorialidade se origina no processo de busca de coletivos pelo máximo de autonomia dentro do sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo. Dentro destes conjuntos de relações há níveis de estabilidade diferentes, fazendo com que a territorialidade se apresente mais ou menos sensível a mudanças ao passar do tempo (Raffestin, 1993). Conforme Little (2003, p. 265),

Os territórios dos povos tradicionais fundamentam-se em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais. O fato de que seus territórios ficaram fora do regime formal de propriedade da Colônia, do Império e, até recentemente, da República, não deslegitima suas reivindicações, simplesmente as situa em uma razão histórica e não instrumental, ao mesmo tempo em que mostra sua força histórica e sua persistência cultural. A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território.

Deleuze e Guattari (1996) assumem que as territorialidades mais primitivas possuíam mais flexibilidade devido à ausência de um aparelho de poder centralizador e hegemônico, o que impedia a segmentação dos seres sociais, técnicos, políticos, artísticos e os seres da natureza. Ao contrário destas sociedades, as territorialidades modernas “possuem uma segmentaridade dura, onde a organização social é sobrecodificada por um aparelho despótico e transcendente do poder, uma máquina despótica que desterritorializa e disciplina os corpos” (Haesbaert & Bruce, 2002, p. 18).

Esta desterritorialização, ainda segundo Deleuze e Guattari (1996), se posiciona como uma constante dinâmica no capitalismo; mais além, a desterritorialização vem intrinsecamente acompanhada da reterritorialização. A ênfase destes processos se fundamenta na mobilidade progressiva das territorialidades modernas, rompendo com a rigidez que antes se fazia presente. Assim, a desterritorialização se materializa na destruição e reestruturação do território e, conseqüentemente na exclusão territorial (Haesbaert, 2003).

Há uma linha tênue entre os limites da multiterritorialidade e da desterritorialização, e a todo momento estes fenômenos se confundem. Enquanto para a classe social mais alta apoderar-se de outros territórios é apenas colocar em prática o seu livre arbítrio de ir e vir, garantindo-se de uma multiterritorialidade segura, para determinados grupos sociais, este processo se impõe como uma multiterritorialidade insegura, isto é, uma desterritorialização, considerando que

por inúmeras vezes o resultado é a mobilidade obrigatória e a consequente privação do “pertencer”(Haesbaert, 2003).

O processo de desterritorialização de comunidades tradicionais nem sempre se mostra por meio de uma violência explícita. De acordo com Calvente (2016), há contextos em que mesmo estas comunidades estando territorializadas no seu sentido concreto, ela sofrem a desterritorialização em sua dimensão simbólica-cultural. Esse processo, apesar de muitas vezes assumir qualidades sutis, contribui para impossibilitar de forma gradual que determinados grupos construa e exerça o controle factual de seus territórios.

Pinto (2007) ao analisar os impactos do turismo de massa nas relações e práticas de comunidades tradicionais aponta que há um abandono ou um enfraquecimento de técnicas produtivas intrinsecamente sustentáveis ligadas aos seus modos de vida. Ao se alterar a forma relacional entre as ordens sociais e naturais, altera-se também os padrões culturais que vão desde crenças e misticismos à maneiras como são estabelecidas conexões interpessoais.

No contexto da mundialização do capital, não há como desconsiderar que, nessas comunidades, as mediações de primeira ordem estão fortemente atravessadas por mediações de segunda ordem do capital. As bases materiais e simbólicas, econômico-culturais que fundamentam e dão sustentação à vida na comunidade (mediações de primeira ordem), são constantemente ameaçadas pela racionalidade destrutiva da sociedade produtora de mercadorias, ou seja, da sociedade capitalista (Tiriba & Fischer, 2015, p. 413).

Ao mesmo tempo em que lidam e vivenciam os efeitos do avanço capitalista, nota-se que os povos tradicionais passam a dar atenção a questões sociopolíticas como forma de conservar pelo menos uma parte de práticas e tradições que vêm permanecendo em diferentes momentos históricos. Conforme aponta Brandão e Borges (2014), as comunidades “se fazem ouvir em um triplo sentido”: a) se organizam para afirmar seus direitos e cobrar do Estado e ONGs comprometimento, em defesa de seus territórios patrimoniais, mas igualmente de seus “patrimônios culturais imateriais”; b) se colocam no mercado muitas vezes de forma inovadora e proveitosa financeiramente, utilizando-se principalmente de produtos coletados da natureza; c) ressignificam-se como agentes ativos na conservação do meio ambiente anteriores às políticas públicas ambientais.

As abstrações acerca das diferentes formas de apropriação do território demonstram a divergências de noções em relação a apropriação dos recursos naturais. Isso ecoa também no avanço de noções preservacionistas – materializadas principalmente por meio da criação de áreas protegidas - que contribuíram com uma nova inflexão relacionada a uma criminalização ou contenção de determinadas atividades constituintes da cultura desses povos.

Áreas protegidas e a disputa territorial

O surgimento das áreas protegidas acompanhou o crescimento de um movimento preservacionista, cuja maturação se deu no século XIX principalmente na Grã-Bretanha e Estados Unidos. Alinhado a ideia de *wilderness* (natureza em seu estado selvagem), o preservacionismo delineava-se a partir da crença de uma possibilidade de se preservar parcelas naturais “virgens” adotando os moldes patrimoniais. Little (2003) qualifica esse movimento de “preservacionismo territorializante” considerando que o controle integral e único sobre grandes espaços geográficos assume um papel central em ações pautadas por ele. Uma das maiores expressões dessa lógica no Brasil foi a criação e ampla utilização de áreas protegidas que preveem apenas o uso indireto do território.

Como as Unidades de Conservação de Uso Indireto não permitem a presença de populações humanas dentro de seus territórios [...], a solução inicialmente proposta pelos preservacionistas foi a expulsão dos habitantes de “seus” novos territórios, seja por indenização ou por reassentamento compulsório, tal como se fazia com as barragens e os outros grandes projetos de desenvolvimento. Na linguagem dos preservacionistas, esses habitantes viraram “populações residentes”, categorizando-lhes assim em função das novas áreas protegidas e, no processo, ignorando a existência prévia de regimes de propriedade comum, relações afetivas com o seu lugar e memórias coletivas sobre esses mesmos espaços (Cultural Survival Quarterly, 1985 apud Little, 2003, p. 273).

A importação desses modelos de proteção ambiental ao Terceiro Mundo engendrou conflitos territoriais que se estendem até os dias atuais. A presença de diversas comunidades tradicionais habitando as florestas e também as costas contribuía para compor uma situação ecológica, social e cultural com maior grau de complexidade. As medidas de implantação de áreas protegidas representaram um choque entre mitos, considerando que estas populações tinham suas próprias relações e representações mitológicas da natureza (Diegues, 2008).

O avanço do movimento preservacionista com a instituição de inúmeras APs se deu principalmente no período do pós-segunda guerra mundial, décadas marcadas pela “era do desenvolvimento”. A ascensão da exploração econômica e do preservacionismo nesse período compôs um duplo movimento de desreterritorialização de territórios tradicionais. De maneira geral, as comunidades se viram pressionadas a se retirarem ou a negarem sua cultura em prol do aquecimento do sistema econômico e da saúde dos ecossistemas.

Segundo Zanirato e Ribeiro (2006), a criação de patrimônios naturais se desenhava majoritariamente a partir de três critérios: o valor estético, expresso nas paisagem de grande beleza natural ou com alguma exceção, o valor ecológico, relacionado à conservação da biodiversidade e o valor científico, manifestado em

locais com formações ou fenômenos naturais importantes para o conhecimento da história natural. Fazendo coro ao preservacionismo, a patrimonialização de parcelas naturais trouxe consigo o objetivo de destiná-las a pura contemplação, posicionando e limitando o sujeito a um lugar de espectador (Chaui, 2003 apud Cioffi & Raimundo, 2020).

A crença da existência de espaços naturais “puros” e a possibilidade de patrimonializá-los por meio da criação de áreas protegidas foi fortalecida na ascensão da racionalidade, que negou conhecimentos históricos, antropológicos, culturais e ambientais, nos quais era apontado que a natureza é também uma criação da humanidade. As diversas biodiversidades mundiais seriam um produto histórico fruto da intensa interação entre homem e natureza, isto é, o que regularmente é tido como padrão natural é senão o resultado de padrões de uso e ocupação da terra e seus recursos. À vista disso, a criação do “mundo selvagem inalterado” dependeu da dizimação de populações e suas territorialidades, que antes tinham estas áreas como seu lar (Bensusan, 2006).

A instituição de uma perspectiva dicotômica entre “povos” e “áreas protegidas” passa obrigatoriamente por um entendimento rudimentar sobre território. É importante pontuar que a intervenção estatal para delimitação destas áreas não desterritorializou apenas comunidades tradicionais, mas também grupos sociais que já haviam territorializado alguns daqueles espaços. Conforme apontado no trecho abaixo sobre o movimento de fortalecimento deste modelo de preservação,

[...] a dimensão biológica do território assume um papel relevante, mas isso só se consolidaria na medida em que os governos e a sociedade se conscientizassem sobre a questão. A criação legal de parques e reservas não é garantia de cumprimento de seu papel, mesmo que ele esteja restrito apenas à preservação de belezas naturais ou santuários da vida silvestre (Vallejo, 2002, não paginado).

Do mesmo modo, Diegues (2008) expõe que a expulsão de populações contribuiu para reduzir a eficácia deste modelo, levando em consideração que a falta de presença de pessoas nas áreas possibilitou o avanço de atividades extrativistas pela iniciativa privada, além de obrigar que os antigos moradores extraíssem ilegalmente recursos importantes para sua subsistência.

Há que se reconhecer que ao longo da história houve a necessidade de estabelecer o controle do homem sobre o próprio homem. Apesar dos contrassensos, a delimitação de APs contribuiu de fato para conter parte do avanço de práticas exploratórias capitalistas sobre os recursos naturais de determinados territórios (Vallejo, 2002). Entretanto, contraditoriamente, diversas áreas foram cooptadas pelo capitalismo. Segundo Cioffi e Raimundo (2020, não paginado), “no embate entre a preservação e o avanço de áreas com potencialidades econômicas, restavam aos parques os locais sem valor comercial”.

A expansão do setor turístico coloca um novo e específico cenário de desreterritorialização. Envolvendo os interesses da esfera privada, a narrativa que se constrói é a desterritorialização física ou simbólica de populações tradicionais e a reterritorialização do espaço com a chegada de atores ligados ao turismo e veraneio, resultando na implantação de facilidades turísticas para o oferecimento destas áreas ao usufruto do visitante. Deste modo, duas tendências são reforçadas e nenhuma delas diz respeito a melhorar a manutenção da vida das comunidades tradicionais: uma se resume na necessidade de proteção dos ecossistemas e processos essenciais; a outra contempla o interesse do setor turístico (Vallejo, 2013; Diegues, 2008).

O ponto de partida e os rumos que a evolução das áreas protegidas assumiu despontou em uma realidade hostil que demanda esforços maiores do que o Estado pode promover, demonstrando que este modelo de proteção e regulação encontra-se em crise (Raimundo, 2008). À vista disso, chama-se a atenção ao crescimento desde os anos de 1980 de um outro movimento ambientalista ligado a perspectivas socioambientais, que contrapõe o preservacionismo e traz em si a maior participação política da sociedade civil como centralidade.

De acordo com Little (2003), alinhado a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável – cujo ideal envolve a correlação da tríade economia-sociedade-meio ambiente – o socioambientalismo vêm contribuindo para desenhar e implementar modelos de cogestão territorial, nos quais órgãos ambientais e determinados grupos sociais atuam em conjunto para gestão, manejo e fiscalização de áreas protegidas.

Ao canalizar as múltiplas formas de construção territorial, de apropriação da natureza e a possibilidade de se pensar em modos descentralizados de gestão e uso, a discussão acerca da propriedade coletiva de bens comuns representa peça fundamental na luta pela garantia de outras formas de exploração dos recursos naturais que fogem a lógica hegemônica da propriedade privada.

Regime de propriedade comum em áreas protegidas: convergências para a conservação

No Brasil, a discussão sobre o comum tem sido aplicada de maneira expressiva por pesquisadores no campo do meio ambiente e relacionados aos direitos das comunidades tradicionais. Na história política-cultural anglo-saxã, *commons* eram terras comunais partilhadas entre todos, que foram gradualmente se extinguindo à medida que o processo de organização da propriedade privada avançava. Em português, por não haver termos semânticos, há quem opte por empregar “bem comum” ou apenas “comum” (Silveira & Savazoni, 2018). Neste trabalho entendemos que os dois conceitos podem ser lidos como sinônimos.

Ao ser introduzido a essa discussão, o conceito de comum passa paradoxalmente a ser visto como algo que não pertence a ninguém ou que pertence a todos, a depender da perspectiva de análise. Hardin (1968), um dos precursores

do tema, fia-se na ideia do homem autointeressado, cujo foco se resume a aumentar seus ganhos, incapacitando-o assim de cooperar com seus semelhantes para evitar a superexploração de determinado bem. O autor defende apenas dois modelos de organização possíveis, os quais baseiam-se na forte regulação estatal ou na privatização (Simões et al., 2011).

Sob outro prisma, há outra tendência que parte de uma visão menos egoísta do ser humano, enxergando-os como “como criaturas adaptativas que tentam prosperar”. Seus estudos demonstraram que ao decorrer do tempo comunidades sem aprofundamento técnico estabeleceram intuitivamente gestões democráticas, com altos níveis de participação e cooperação (Simões et al., 2011; Silveira & Savazoni, 2018). No cerne desta colaboração mútua está a confiança e capacidade de diálogo.

Um comum necessita que haja uma comunidade disposta a atuar como guardiã rigorosa do recurso em concreto. E Hardin confunde um terreno comunal com a “terra de ninguém”, desacreditando assim os comuns como um paradigma frustrado de gestão dos recursos (Bollier, 2016, p. 31).

Mckean e Ostrom (2001) aponta que no ensaio de Hardin (1968) sobre a tragédia dos comuns o autor ignora em partes a diferença entre o compartilhamento do uso de um comum e a ausência de direitos de propriedade e ou de regime de manejo, o que na opinião das autoras é onde se encontra o problema. Sobre isso, elas explicitam que o termo “base comum de recursos” está ligado às qualidades físicas de sistemas de recursos, já “propriedade comum” ou “regime de propriedade comum” dizem respeito a modelos de arranjos nos quais grupos dividem os direitos de propriedade e responsabilidades sobre o recurso.

Regimes de propriedade comum são formas de privatizar direitos sobre um objeto sem dividi-lo em pedaços; oferecem uma maneira de parcelar o fluxo de “rendas” da colheita (o lucro) de um sistema integrado de recursos sem que haja parcelamento do capital em si. Tais regimes seriam obviamente desejáveis em situações onde o manejo de um sistema de recursos é mais produtivo, quando este fisicamente se caracteriza como uma unidade coesa, ao invés de constituído por partes descoordenadas (Mackean & Ostrom, 2001, p. 83).

De acordo com Berge (2006), o debate sobre proteção ambiental e políticas relacionadas passou a incluir uma reflexão acerca dos direitos de propriedade comum mais recentemente. Frequentemente argumenta-se que a criação de áreas protegidas segmenta e por diversas vezes causa uma divergência entre os poderes de gestão e a distribuição de custos e benefícios. Nesse sentido, a internalização das externalidades perpassa necessariamente por uma unificação entre os níveis de gestão e resultados.

Murphree (2002 apud Zachrisson, 2009) sugere que existe uma certa afinidade essencial entre o comum e áreas protegidas. Conforme o autor, ambos se assemelham a medida que envolvem em seu cerne uma ideia de acesso coletivo e controlado, mesmo que suas legitimações, direitos e constituintes variem. Entretanto, essa interpretação envolve um esforço em extrapolar alguns entendimentos que assumem APs como áreas de exclusão geridas pelo Estado, compreendendo o seu potencial em abranger os princípios de *design* para a gestão sustentável de recursos em regimes de propriedade comum.

É importante pontuar que a discussão acerca dos comuns e possibilidades de gestão, quando aplicadas à esfera de áreas protegidas, envolvem maiores níveis de complexidade considerando que são espaços administrados por órgãos específicos com seu próprio conjunto de regras e regulamentos. Com isso, as comunidades possuem oportunidades mais limitadas para negociar e alterar a política. Entretanto, Olson (2009 apud WU et al., 2018) chama a atenção que desencorajar a ação coletiva nessas áreas contribui para dificultar que seus propósitos sejam mantidos, considerando que os indivíduos, ao serem excluídos dos benefícios da proteção de um patrimônio natural, se sentem pouco incentivados a reduzir suas atividades exploratórias.

Considerações Finais

O debate acerca de alternativas comunitárias para o turismo em áreas protegidas propõe uma expansão de cenários factíveis que envolvem a superação de modelos obsoletos e muitas vezes insuficientes de gestão, o progresso de formas sustentáveis para o uso turístico de recursos naturais e o resgate dos direitos de propriedade e controle territorial de comunidades tradicionais.

Entretanto, é importante não perder de vista as barreiras impostas pela ofensiva econômica capitalista - respaldada pelo Estado – para que o turismo de base comunitária se torne de fato uma opção a ser implementada e assim seja concretizado em diversos territórios tradicionais. Em função disso, se faz ainda mais necessário voltar o olhar à narrativa sob a qual esse instrumento se constrói, de modo a alcançar alguns conceitos e argumentos que ao serem compreendidos e potencializados o conferem maior robustez.

A compreensão do caráter histórico e processual do território representa o primeiro e importante passo de um percurso que perpassa o reconhecimento da soberania das comunidades sobre a gestão e manejo de seus recursos naturais. Quando sobreposto à áreas protegidas, esse entendimento subsidia o fortalecimento do turismo de base comunitária não só como alternativa necessária para frear a degradação ambiental, mas também como uma forma de garantir a existência e resistência das populações e suas culturas.

Referências Bibliográficas

- Bensusan, N. (2006). *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Berge, E. (2006). Protected areas and traditional commons: values and institutions. *Norwegian Journal of Geography*, Nº 1.
- Bollier, D. (2016). *Piense desde los comunes: una breve introducción*. Madri: Traficantes de Sueños.
- Brandão, C. R.; Borges, M. C. (2014). O lugar da vida-Comunidade e Comunidade Tradicional. *Campo-território: revista de geografia agrária*.
- Brasil. (2007). Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: DOU de 8 de fevereiro de 2007.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.
- Burgos, A.; Mertens, F. (2015). Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Nº 1.
- Calvente, M. C. M. H. (2016). Questões sobre a desterritorialização de comunidades tradicionais e o turismo: o “novo senhor do curral”. *GeoTextos*, Nº 2.
- Camacho, R. S. (2010). A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista. *Entre-lugar*, Nº 1.
- Cioffi, G.; Raimundo, S. (2020). Áreas naturais protegidas: uma reflexão sobre a patrimonialização da natureza pela sociedade ocidental. *Caderno Virtual de Turismo*, Nº 2.
- Deleuze, G.; Guattari, F. (1996). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. III). Rio de Janeiro: Editora 34.
- Diegues, A. C. (2008). *O mito moderno na natureza intocada*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Eagles, P. F. J. (2009). Governance of recreation and tourism partnerships in parks and protected areas. *Journal of sustainable tourism*, Nº 2.
- Faria, I. F. (2009). Ecoturismo, cultura e participação: gestão do território indígena no alto Rio Negro. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. *Turismo de base comunitária*. Rio de Janeiro: Letra e imagem.
- Haesbaert, R.; Limonad, E. (1999). O território em tempos de globalização. *GeoUERJ*, Nº 5.
- Haesbaert, R. (2003). Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*.
- Haesbaert, R.; Bruce, G. (2002). A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. *GEOgraphia*, Nº 7.
- Haesbaert, R. (2007). Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Nº 17.
- Holanda, L. R. (2016). “Abrindo velas, pescando culturas”: Memória social, patrimônio cultural e defesa do território tradicional da comunidade de Caetanos de Cima no assentamento Sabiaguaba em Amontada, CE. *Revista Nupeart*.
- Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. *Turismo de base comunitária*. Rio de Janeiro: Letra e imagem.
- Little, P. (2003). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*, Nº 1.

- Mckean, M. A.; Ostrom, E. (2011). Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado?. In: Diegues, A. C.; Castro, C. M. A. (2001). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Hucitec Editora.
- Mertens, F.; Távora, R.; Fonseca, I. F.; Grando, R.; Castro, M.; Demeda, K. (2011). Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia. *Acta Amazônica*, Nº 4.
- Moraes, N. R.; Brumatti, L. M., Lima; A. R., & Campos, A. C. (2017). Análise da convergência conceitual dos termos “território” e “comunidade tradicional” no Brasil. *Revista Observatório*, Nº 4.
- Pereira, B. E.; Diegues, A. C. (2010). Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, Nº 22.
- Pinto, P. M. (2007). Políticas de turismo e sustentabilidade em comunidades tradicionais: perspectivas conceituais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Nº 1.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- Raimundo, S. (2008). Conservação da natureza e turismo no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (SP). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, Nº 1.
- Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (2009). Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. *Turismo de base comunitária*. Rio de Janeiro: Letra e imagem.
- Saquet, M. A.. (2009). Por uma abordagem territorial. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Editora expressão popular.
- Silveira, S. A.; Savazoni, R. T. (2018). O conceito do comum: apontamentos introdutórios. *Liinc em Revista*, Nº 1.
- Simões, J.; Macedo, M.; Babo, P. (2011). Elinor Ostrom: “Governar os comuns”. *Economia e política do ambiente*.
- Soja, E. (1971). *The Political Organization of Space*, Washington: Association of American Geographers. *Resource Paper*, Nº 8.
- Tiriba, L. V.; Fischer, M. C. B. (2015). Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. *Revista de educação pública*, Nº 56.
- Vallejo, L. R. (2002) Unidade de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. *Geographia*, Nº 8.
- Zanirato, S. H.; Ribeiro, W. C. (2006). Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*, Nº 51.
- Zachrisson, A. (2009). Commons protected for or from the people? Co-management in the Swedish mountain region? Doctoral thesis. Umea university.
- Wu, J.; Hu, Y.; Liu, T.; & He, Q. (2018). Value capture in protected areas from the perspective of common-pool resource governance: A case study of Jiuzhai Valley National Park, China. *Land use policy*.

Capítulo 8: POR UMA INVESTIGAÇÃO BASEADA NAS ARTES

Nathália Bonilha Borzilo

Anna Carolina Longano

Renata Frazão Matsuo

Marina Corazza Padovani

Marília Velardi

Grupo de Estudos ECOAR

Introdução

De onde parte nossa escrita

(...) a senhora deve examinar muito cuidadosamente, antes de começar a reconstruir sua faculdade, qual é o objetivo da educação, que tipo de sociedade, que tipo de ser humano ela deve procurar produzir. De qualquer maneira, lhe enviarei um guinéu para a reconstrução de sua faculdade apenas se a senhora puder me convencer de que ele será usado para produzir outro tipo de sociedade, o tipo de pessoa que ajudará a evitar a guerra.

(Virgínia Woolf em *Três Guinéus*, 1939)

Quais as implicações das questões de gênero na construção de pensamento na universidade?

Como as mulheres se sentem fazendo pesquisa?

Quais são as marcas deixadas pelo patriarcado no modo de ser da academia?

Como uma artista pensa e constrói conhecimento na academia?

Partindo destas e de outras questões, este texto é gestado a cinco úteros e dez mãos. Um grupo de mulheres, artistas e pesquisadoras frequentam um seminário acadêmico. Quais os desdobramentos deste evento em suas investigações e formações? Como elas vivem e interpretam as situações trilhadas nos encontros acadêmicos, nas escritas de suas pesquisas, nas percepções subjetivas e na articulação dos modos de atuar e pensar a universidade?

Para jogar luz no caldeirão de reflexões despertadas por este exercício de pensamento coletivo, as Investigações Baseadas nas Artes (Art Based Research) e a Autoetnografia indicam possibilidades metodológicas de investigação que abrem espaço para processos criativos, subjetivos e interpretativos de construção da pesquisa. Tais metodologias se ancoram em ações artístico-pedagógicas que assumem o processo de construção de conhecimento advindo de experiências práticas. Para tanto, faz-se necessário revelar a pessoa que vive a experiência, e que produz percepções e saberes construídos em tais práticas, articulando-os com os contextos histórico, social e cultural nos quais sua vida está inscrita.

Como a pesquisadora espanhola Laura Álvarez aponta, uma das tarefas investigativas de artistas pesquisadores é tomar consciência dos processos vividos

“profesionalizando nuestras actitudes cotidianas para enmarcarlas de forma estructurada como metodología de investigación.” (ÁLVAREZ, 2013). Portanto, olhar com compromisso para a vida cotidiana torna-se uma ferramenta metodológica de estudo e criação, sobretudo quando transformadas pelo processo artesanal de construção de narrativas discursivas. Apesar da ficção nas investigações artísticas, a autora ainda afirma que:

La construcción de historias supone una manera de conocer. Es decir, dentro de la Investigación Artística, el proceso de escritura narrativa es parte del camino que se transita durante el cual el artista/investigador errante sigue indagando, interpretando y reinterpretando. (*Ibidem*, p. 64)

Sendo assim, criando histórias nós construímos modos de perceber, conhecer e elaborar o mundo.

Johny Saldaña (2015) nos aponta para a possibilidade de imersão de nossas pesquisas em estruturas de pensamentos construídas pela experiência artística. Deste modo, o campo teatral se revela um amplo espaço investigativo, no qual as suas estruturas articulam criativamente forma e conteúdo, o que permite vislumbrar os caminhos de construção de saberes e epistemologias no terreno das artes.

Tal modo passa por entrelaçamentos subjetivos, imaginativos, lúdicos, intuitivos e invariavelmente fictícios. Boaventura Sousa Santos em *Um discurso sobre as ciências*, anuncia o advento de um paradigma científico emergente, em que o saber local e a “imaginação pessoal do cientista” (SANTOS, 2008) são conceitos-chave para a compreensão de outros modos de construir conhecimento, por vezes referenciados em saberes artísticos:

No paradigma emergente, o caráter autobiográfico e auto-referenciável da ciência é plenamente assumido. A ciência moderna legou-nos um conhecimento funcional do mundo que alargou extraordinariamente as nossas perspectivas de sobrevivência. Hoje não se trata tanto de sobreviver como de saber viver. Para isso é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos. [...] A criação científica no paradigma emergente assume-se como próxima da criação literária ou artística. (SANTOS, 2008, p.85-86)

E assim, nossas pesquisas acadêmicas mergulham em processos artísticos que criam fábulas, narrativas, imagens e palavras, entrelaçando dramaturgias literárias, visuais e dramáticas. E quando adentramos no terreno do drama convocamos para o pensamento aquelas três perguntinhas típicas de processos de iniciação teatral: quem, o quê e onde?

Daí emerge um universo de possibilidades, quer seja numa perspectiva realista, refletidas em estruturas que nos aproximam evidentemente da realidade, totalmente cobertas pelo véu da ficção; quer seja numa abordagem mais performativa e épica, recheada de quebras e entrelaçamento de linguagens artísticas, assumindo os borrões fronteiriços entre processo e produto, vida e arte, narratividade, pensamento e ação.

Desejamos com o presente texto não ocultar quem somos. O corpo da artista-pesquisadora que carregamos, o gênero feminino com que nos identificamos. Não ocultar o que pensamos e sentimos ocupando o espaço acadêmico, no tempo que vivemos, e diante da estrutura de produção de conhecimento com que nos deparamos: hegemonicamente europeia e fantasiada de suposta neutralidade da pessoa pesquisadora – que, no fundo, sabemos ter sido construída por corpos masculinos, classistas, brancos e europeus. Sujeitos, com uma localização étnica, social, cultural e geográfica bem demarcadas, que alimentaram no curso da história paradigmas seculares de fazer ciência, construindo hierarquias epistemológicas sob metodologias prescritivas da ciência moderna.

Desejamos não ocultar o processo de *pensar partilhado* que um grupo de *whatsapp* nos possibilitou no meio de um seminário acadêmico frequentado por nós entre aulas, transportes públicos e compartilhamento da pesquisa, num certo tumultuado 2019, sendo as mulheres, educadoras, artistas e pesquisadoras que somos.

Assumir a vida da (e na) pesquisa é aqui princípio metodológico de investigação que propomos e que se permite dialogar com o antropólogo Tim Ingold, em *Estar Vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição*, que sugere o rastreamento dos percursos e construção de sentidos a partir das experiências vividas e narradas (INGOLD, 2015).

Para articular as reflexões das nossas experiências encarnadas, tecidas por conversas, as Investigações Baseadas nas Artes apresentam métodos interpretativos valiosos, que nos permitem evidenciar um instrumento muito caro ao nosso campo de atuação profissional: a criação dramaturgica enquanto registro literário do modo de pensar e interpretar. Uma dramaturgia que se ocupa da tarefa de dar corpo às nossas vozes e modos de construir pensamento em conjunto, propondo alternativas possíveis para o campo da arte e da educação no ensino superior, no qual a delicada escuta de si e de seus pares, faz-se necessária para abrir espaço para investigações radicalmente transformadoras e formadas de nossas subjetivas acadêmicas.

Inspiradas por Audre Lorde em *A transformação do silêncio em linguagem e em ação*, criamos:

Quais são as palavras que você ainda não tem? O que você precisa dizer?
Quais são as tiranias que você engole dia após dia, e tenta tomar para si, até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio? (LORDE, 2020, p. 53).

Desfrutem das fabulações que estão por vir!

Texto teatral:

Entre baldeações e mensagens de *whatsapp*, elas dançam ao redor de fogueiras em noites de lua cheia.

CENA 1 – ÀS VÉSPERAS

(Mulheres em cena. O texto desta cena é alternado entre elas.)

Às vésperas de uma revolução

Às vésperas de um golpe

Às vésperas de um contragolpe

Às vésperas de uma entrevista de emprego

Às vésperas do aniversário de morte da

Às vésperas de uma eleição

Às vésperas de um massacre no fluxo

Às vésperas de uma demissão em massa

Às vésperas de uma pandemia

(Silêncio. Todas as mulheres olham incrédulas para a que falou).

Às vésperas de um aniversário

Do meu aniversário

Às vésperas de uma reintegração de posse

Às vésperas do aniversário de morte da militante negra

Às vésperas do discurso de uma liderança indígena no enterro de seu irmão

Às vésperas de um incêndio criminoso

Às vésperas das revoltas pelo assassinato de uma das crianças da comunidade

Às vésperas de uma revolução

Às vésperas de um golpe

De um contragolpe

Às vésperas de uma encruzilhada

De um beco sem saída

Às vésperas do abismo

cinco mulheres param por cinco dias seus trabalhos, suas agendas, seus encontros familiares, seus momentos de folga, para conseguirem participar de um seminário acadêmico. São Paulo, setembro de 2019.

CENA 2 – AS PAREDES

(Esse texto é um fluxo de consciência que deve ser dito por todas as mulheres, dividindo-se o texto entre elas, como se fosse uma única mulher pensando).

Alguma de vocês se sente confortável nesses eventos? Eu sempre me sinto inadequada. Tenho uma natureza simpática, mas quando me mostro como sou, sinto alguns olhares desconfiados... como se eu não fosse competente o suficiente, inteligente o suficiente, crítica o suficiente. Talvez seja mania de perseguição... Talvez se eu usasse óculos. Ou falasse mais assim. Ou mais assado. Citasse aquele filósofo. Preciso me mostrar mais segura, às vezes um olhar um tiquinho arrogante pode ajudar, não muito arrogante, na medida certa para não parecer antipática ou extremamente crítica. Por que que eu estou pensando isso? Quanta bobagem. Quem são essas pessoas? Muitas se conhecem, eu não conheço ninguém. Não encontro ninguém. É, não conheço ninguém... Alguém me chama, um rosto amigo, querido, de muito tempo atrás, uma professora, um colega, uma funcionária. O encontro é afetoso, nossos semblantes estão alegres, não há falsidade. Talvez uma moça jovem que entre agora pelo *hall*, vendo a minha cena, se sentirá como eu há poucos segundos. Não, não é verdade. Ela se sentirá como eu AINDA me sinto. O que tanto me aperta nesse *hall* de entrada? O crachá? Talvez se eu colocasse a alça dessa bolsa pesada sobre o outro ombro... E se eu tomasse um cafezinho? Isso, tudo que eu preciso fazer agora é tomar um cafezinho.

A hora de entrar nas salas para expor os trabalhos se aproxima. Subo as escadas, o estômago borbulhando de nervoso, mãos suadas. Se os corredores fossem menos frios, se as paredes fossem menos brancas, talvez eu...

Entro na sala. As pessoas são simpáticas (pronto, me sinto acolhida), não todas, algumas. A maioria. Por que, ainda assim, me sinto tão desconfortável? Oprimida mesmo eu poderia dizer. Quem me oprime? O quê? Será que eu estou louca? Será que mais alguém se sente assim também? Será que é um problema meu? Qual é o meu problema? E se eu falasse abertamente sobre isso aqui agora? “Então, gente, eu mudei de ideia. Eu ia falar sobre a minha pesquisa, mas eu quero, eu preciso falar desse desconforto. Talvez minha pesquisa não mude nada na vida de vocês, mas esse desconforto... acho que tenho que falar sobre ele, ele tem que modificar algo em mim, na minha pesquisa. Não entendo de onde vem, mas ele é real, algo está desconectado. Como se eu não fizesse sentido. Como se a gente aqui não fizesse o menor sentido. Vocês sentem isso também, não sentem?” Shiiii! Fica quieta... respira.... isso.... se controla. Com um suspiro meio desencaixado, começo.

“É fato que muitos alunos brancos, homens, trouxeram à minha sala de aula uma insistência na autoridade da experiência, que lhes permite sentir que vale a pena ouvir tudo o que eles têm a dizer, ou mesmo que suas ideias e sua experiência devem ser o foco central da discussão em sala de aula. A política da raça e do sexo no patriarcado da supremacia branca lhes dá essa ‘autoridade’ sem que eles tenham de dar nome ao desejo que têm dela. Eles nunca chegam na sala de aula e dizem: ‘Acho que sou intelectualmente superior aos meus colegas porque sou homem e branco e acho que minhas experiências são muito mais importantes que as de qualquer outro grupo.’ Mas seu comportamento muitas vezes proclama esse modo de pensar a respeito de identidade, essência e subjetividade¹. Pouco se discute - se

¹ Trecho extraído do livro “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” de bell hooks, p. 111.

é que se discute - o modo com que as atitudes e os valores das classes materialmente privilegiadas são impostos a todos por meio de estratégias pedagógicas tendenciosas. ²”

É a partir desta fala de bell hooks que começo e daqui sigo com as minhas próprias palavras: Como toda existência complexa, penso que a universidade é um organismo vivo, fundamental para a formação das pessoas e o desenvolvimento de investigações científicas. Porém, acredito que este organismo criou um monstro que come seu próprio rabo, dando voltas em círculos e se alimentado de nutrientes de alimentos ingeridos, processados, defecados, ingeridos, processados, defecados. Comemos “nossos” resíduos. As sobras de pensadores que vieram antes de “nós” - homens-da-Tradição-universitária. Eles, por sua vez, comeram os resíduos de alimentos de pensadores de gerações anteriores, que devoraram os anteriores dos anteriores...

Hoje, com os estudos decoloniais, podemos compreender (sem medo) que na universidade nos alimentamos hegemonicamente de homens mortos, brancos, europeus e acadêmicos. E por este caminho vemos o espiral sem fim de um devir universitário que dá voltas em seu próprio umbigo validado há séculos... Seguimos. Comendo, digerindo, defecando, numa dinâmica que poucas vezes abre espaço para o alimento não processado. O alimento vivo, orgânico, que brotou do pé semana passada. Aquele alimento que vem sem rótulo, nem agrotóxico. Alimento, companheiro contemporâneo, que nasce da pulsão de vida que está aqui, ao nosso lado.

A relação com a arte sempre me pareceu um processo íntimo de narrar experiências vividas: “Como você se sentiu enquanto estava fazendo?”.

*Essa pergunta é chave em todo meu processo formativo como artista e pedagoga. Aprendi a ser quem eu sou e a pensar como eu penso falando muitas vezes sobre experiências vividas. Assim eu consigo pensar. Diante desta relação com o fazer artístico, aproprio-me da expressão de Gayatri Spivak no texto **Pode um subalterno falar?** (SPIVAK, 2010), e transformada por minha própria experiência de mestrandia, R-E-G-U-R-G-I-T-O: **Pode uma artista falar na universidade?***

Até quando as estruturas metodológicas de fazer pesquisa e pensar pedagogicamente a pós-graduação serão reguladas por uma ética egocêntrica autorreferenciada neste modo de fazer ciência? Qual é minha postura diante deste cenário - que reflete absolutamente em forma e conteúdo uma sociedade patriarcal, escravocrata e capitalista?

*Algumas vezes os nomes das disciplinas nos abrem possibilidades, mas o cotidiano de aulas e debates afunila as esperanças... Estamos, por exemplo, realmente lendo as autoras propostas? Estamos fazendo o exercício de dialogar **diretamente** com elas? Elaborando reflexões a partir de impressões vivas (porque não pessoais?), sem a necessidade de nos escondermos na máscara da imparcialidade do pesquisador que cita autores mortos?*

Para falar de Butler, precisamos falar de Merleau-Ponty, Derrida, Deleuze, Kant... Precisamos mesmo?

² Ibidem, p. 238.

Entendo que ler as variadas autoras feministas é abrir a escuta para leituras que falam do lugar de dor das pessoas comuns (citando bell hooks novamente) (hooks, 2017), e das opressões que gritam na vida prática orquestradas pelos jogos de força de uma sociedade que produziu e produz violência contra os corpos precários (para citar Butler, finalmente!) (BUTLER, 2018), por meio de diversas relações opressivas que coexistem inclusive por meio de EPISTEMICÍDIOS (citando Sueli Carneiro, que cita Boaventura) (CARNEIRO, 2005) - e aqui nos interessa muito usar este termo. O assassinato em massa de diferentes campos de conhecimento que foram ocultados no processo de colonização e assujeitamento dos corpos/povos desviantes da norma branca cis-hetero. Há um lugar de poder intelectual que sobrevive pela manutenção da distância entre a eternidade dos pensadores cânones, e os mortais do outro lado do muro das universidades. Hoje, o que estamos matando em nós, em nossas sensibilidades, em nosso livre-pensar para que a universidade continue existindo do modo como ela existe? Sei que em eventos acadêmicos estou autorizada a falar a partir da minha "área". Mas qual é minha área? Qual é o enquadramento possível para "ser artista" na batalha da escrita acadêmica? (Silêncio)

Quando eu concludo, um terço das pessoas me olham com os olhos brilhando, motivadas a continuar a conversa, um segundo terço cruza as pernas e, apoiando o queixo em uma das mãos, franzem a testa como grandes sábios a me avaliar. E uma terceira parte delas não esboça reação alguma, não consigo ter a menor pista do que pensam a respeito do que eu acabei de falar.

CENA 3 – ENTRE BALDEAÇÕES DE TRENS, NO TRÂNSITO CONGESTIONADO DAS MARGINAIS, ELAS TROCAM MENSAGENS DE WHASTAPP E DANÇAM EM VOLTA DE UMA FOGUEIRA NUMA NOITE DE LUA CHEIA.

UMA MULHER - Oi pessoal! Sinceramente, nada do que estou vendo aqui no seminário me atravessou. Acho que faltou um eixo temático para costurar o encontro e mediar as falas. Os trabalhos orais não necessariamente dialogam entre si. Por exemplo, na mesa da OUTRA MULHER achei os trabalhos muito díspares, e não houve troca entre as pesquisas.

OUTRA MULHER - Isso que UMA MULHER falou sobre as mesas me incomodou bastante. Eu saí da mesa sem uma anotação interessante, sem uma bibliografia, uma autora, uma sugestão... e não é dizer que as outras pesquisas não eram legais, mas eram muito distantes.

MAIS UMA MULHER - No fim isso também é aprendizado... tentar entender como as coisas estão se organizando na cabeça das pessoas que são pares, para tentar entender de que maneira podemos organizar não só a nossa comunicação com essas pessoas, como também os eventos, caso a gente queira um dia organizar

alguma coisa... eu acho que isso que você fala tem relação com o como fazer essa curadoria, porque sabemos o quanto é difícil, mas acho que os formatos precisam ser repensados, como naquele evento científico em que rompemos com as estruturas tradicionais buscando estruturas mais dialógicas de fato.

UMA MULHER - Sim, muito bom te ouvir, porque eu sinceramente não quero desmerecer o trabalho de quem organizou. Eu imagino a disponibilidade de tempo, de investimento de trabalho intelectual, físico, mesmo de preparar café, os crachás, sabe? Tem toda uma logística de produção que demanda muita dedicação das pessoas que estão organizando. Mas é que eu bati o olho e falei “hum, o que é isso?”. Hoje de manhã, por exemplo, o rapaz que falou sobre o Agamben e o Foucault, ficou muito tempo apresentando os autores. Ele até fez um parêntese salientando que não era um filósofo - e nem se colocava nessa posição -, que ele estava ali como um artista que lia esses filósofos. Mas, mesmo assim, ficou muito evidente que no modo de preparar sua exposição, ele precisou primeiro explicar conceitos do Agamben e do Foucault, para apenas depois falar do Butô, do que ele realmente faz em seu ofício artístico. Eu acho que é um exemplo que revela muito do que vejo em pesquisas no campo das artes. E aí mais uma vez a gente se pega nesse lugar de não ter ferramentas - ou não ter coragem mesmo - de na pós-graduação, simplesmente *começarmos a falar por onde a gente faz*. E a partir daí seguir falando.

Na palestra da manhã eu fiquei bem de bode ouvindo os comentários, achei tudo meio frouxo, flácido, não via vida. E na mesa da tarde os assuntos eram muito variados, eu acho que a OUTRA MULHER fez uma apresentação potente, mas claramente o lugar de discussão que a OUTRA MULHER colocou não é o lugar onde a maioria das pessoas que estavam ali querem conversar. Falar sobre método, despatriarcalização, as teorias feministas latino-americanas, sobre a nossa própria experiência, ali, naquele momento, as pessoas não entenderam. Tanto é que eu acho que a fala dela não foi bem compreendida.

MAIS UMA OUTRA MULHER - É realmente importante refletirmos sobre a lógica e logística dos eventos acadêmicos! Tenho levado essa pauta para discussão na assembleia do evento que organizo: como estruturar o evento por modos de pensar e não por temas.

OUTRA MULHER - Ah, uma coisa que acho importante, a mediadora da mesa disse: “muito interessante como você apresenta o método”. Bem, eu sei que pra gente pode parecer óbvio, mas acho que é uma boa coisa pra se falar na sexta quando parte do grupo contará sobre a trajetória do ECOAR e nossas pesquisas.

CENA 4 – AUSÊNCIAS

(Mulheres em cena. O texto é alternado entre elas.)

Onde está a pesquisadora negra?

Quem?

Qual?

Onde?

No seminário?

Não, não no seminário, mas aqui, entre nós!

No nosso grupo mesmo.

(Elas olham umas para outras percebendo que são todas mulheres brancas)

Ah...

Ela já se formou.

Ano passado.

Não, não gente. Vou reformular a pergunta: Onde estão as pesquisadoras negras?

(Em voz off ou projeção em vídeo, ouvimos a pesquisadora Brenda Barbosa da Silva, integrante do ECOAR, dizer trecho de seu artigo “É tudo nosso: processos para a tomada da periferia como lugar e referência na pesquisa” (SILVA, 2018).

Eu me formei em Serviço Social em uma universidade federal fruto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Isso significa dizer, dentre tantas coisas, uma graduação construída em um campus universitário com intensas lutas estudantis por políticas reais de permanência; um corpo discente mais diverso do que o habitualmente matriculado nestas universidades; dificuldades de permanecer simbólica, financeira e intelectualmente; e toda uma estrutura universitária, em especial o corpo docente, diante do desafio de formar profissionais com origens e contribuições muito diferentes para ser facilmente amalgamadas. Também no que concerne à expansão considerada “democratização do ensino superior no Brasil” é importante dizer que a ampliação das oportunidades de acesso não necessariamente se constitui em uma queda das desigualdades sociais que, obviamente, a universidade também reproduz. Especificamente no curso de Serviço Social, que é uma profissão que atua com o enfrentamento da questão social em suas diversas expressões e onde me graduei, “de repente” receber como estudantes as/os sujeitos que historicamente é o público com que esta profissão atua, significou (e significa) repensar as bases teóricas da própria profissão enquanto ela acontece, se desenvolve e é ensinada. É também lidar com o desconforto dos questionamentos tanto das apreensões que a profissão fez/faz desse público que agora está ali presente para falar por si e problematizar o lugar delegado para eles, quanto ter

que repensar respostas profissionais para o próprio público/estudante que está na sala de aula com todas as demandas aparentes e reais com que Assistentes Sociais e Educadores têm que atuar – muitas vezes sem considerá-los como sujeitos, em uma perspectiva ainda conservadora, extremamente colonizadora e objetificada. Ao distanciar-me do contexto periférico em que cresci e ocupar a universidade pública, o território periferia não pôde ir comigo, mas o sentir-se periférico, a memória, a vivência, a cultura e visão de mundo, entre outros, a periferia como sistema cultural, foram comigo sim. Durante minha permanência e a de outras/os periféricos ali, procurávamos sempre “pela brecha”, pelas vielas, subvertendo e desconstruindo essa objetificação.. (...) O desafio era descobrir se, de meu lugar de investigadora, eu poderia construir um lugar de vocalização desse eu, sujeita periférica e desse eu, sujeita universitária, bem como de outros vários “eus” que possuímos, da forma como eu penso ou se eu teria que seguir me mutilando.

CENA 5 - ENTRE TRENS, METRÔ BARULHENTOS E ÔNIBUS LOTADOS, MAIS UMA VEZ ELAS TROCAM MENSAGENS DE *WHASTAPP* E DANÇAM EM VOLTA DE UMA FOGUEIRA NUMA NOITE DE LUA CHEIA.

UMA MULHER - Oi gente, estou saindo aqui do seminário. Estou muito feliz e queria dizer que o encontro hoje foi muito legal. A mesa da manhã era composta por gente engajada com arte-educação, arte na periferia e pedagogias marginais. Enfim, foi muito importante, principalmente a fala das educadoras que contaram as suas trajetórias de vida como artistas e educadoras periféricas. Foi uma fala muito imbuída de afetividade, de sensações sobre como elas se sentem neste lugar, como elas lêem esse campo de trabalho. Elas problematizaram várias coisas na relação entre a universidade e o ensino de artes que fica à margem - o quanto que a gente vai lá (na periferia) apenas para “dar aula”, mas não consumimos também o que é produzido ali, não legitimamos a arte periférica.

E agora à tarde, na minha apresentação oral, foi bom conhecer pesquisadoras que estão num lugar parecido com o meu, porque a conversa foi muito viva. E acho que com esse esforço de apresentar nossas pesquisas, nos tornamos ainda mais apropriadas daquilo que fazemos. Uma coisa que eu quero registrar, é que a pessoa que mediu a mesa que eu estava, veio conversar comigo sobre o quanto a EACH parece ser um lugar com pesquisas interessantes e mais autorais. Ele comentou que achou que a mesa da OUTRA MULHER ontem estava mal organizada. A pesquisadora que se apresentou logo depois dela tem uma pesquisa fundamentada na herança russa de sistematização a partir do Stanislavski, e ficou nitidamente sem graça ao falar após a OUTRA MULHER, que traz no cerne da sua pesquisa a questão da despatriarcalização do teatro e dos procedimentos teatrais. Ele concluiu que a mesa foi mal organizada para as duas. Eu complementei que, independentemente disso, precisamos falar mais sobre despatriarcalização no campo do teatro, das artes cênicas de modo geral, sem parecer um tabu e sem parecer que estamos desqualificando o que veio antes de nós. E, sinceramente, acho bom que tenha existido esse ruído, acho que isso já reverbera.

MAIS UMA MULHER - Fico muito feliz de vocês falarem das suas pesquisas no ponto que estão agora. Essa coisa de falar no começo é fundamental... Em eventos como esses as pessoas não estão muito ligando se vocês estão no começo ou no fim. As pessoas querem entender os seus processos... e é muito importante vocês destravarem! Destravarem na escrita, destravarem na fala! Falar do que vocês pensam! Se eu disser para vocês que é necessário ter uma pesquisa bem pronta, muito estruturada para começar a falar dela, não faz o menor sentido eu estimular a fazer essa pesquisa autoral e independente. Minha ajuda como orientadora não é temática, a minha ajuda é metodológica mesmo e para isso vocês precisam soltar a “franga” e tem que falar e confiar. Isso é também como proceder na comunicação com a investigação. O trabalho, ainda que no início, não é fruto de algo que é posto no começo, já é fruto de um amadurecimento que vocês vêm organizando desde sempre. Então temos que comunicar isso, falar, escrever e buscar locais que dialoguem com o nosso modo de fazer pesquisa, sem deixar de ser quem a gente é. Hoje tive uma reunião em que se discutiu o modo de organização das teses e dissertações e percebemos que a estrutura está muito engessada. Somos interdisciplinares! O material escrito é importante - claro que o material escrito é importante - mas a forma pode ser diversa. E outra coisa que discutimos hoje é o *qualis* artístico e cultural, a criação artística, não só aquela que tem curadoria, mas também aquela que tem impacto cultural e é valorizada agora com o *qualis* cultural. Vocês podem fazer um texto literário que pode virar um livro, que pode ter um impacto importante na comunicação científica e acadêmica, e assim por diante. E por fim, acho que ter havido a comunicação de uma pesquisa sobre a linhagem russa depois da fala da OUTRA MULHER, essencial. É inegável o papel fundamental desses diretores e atores para a reflexão sobre a essência do teatro, que influenciou o ocidente de maneira geral. E as traduções mais recentes de Stanislavski têm mostrado um teatro ocidental numa relação muito próxima com coisas que são da nossa identidade particular, com o ritual. Algumas dessas leituras são muito interessantes. Não falamos de negar aquilo do ponto de vista da construção do conhecimento e dos nossos nexos sobre aquilo que a gente faz, mas é dizer que não é só a partir daquele nexos referencial que a gente vai construir o nosso referencial. É preciso reconhecer aquilo que se constrói a partir de outra lógica. Quais nexos vamos construir a partir de outra lógica, sem negar obviamente o conhecimento constituído. A discussão é sobre a hegemonia de um tipo de conhecimento e a hierarquia de um tipo de conhecimento sobre outro. Essa é a discussão!

UMA DAS MULHERES: Olhando a paisagem de casinhas de madeira amontoadas como caixas de sapato, antenas, fios e córregos que viraram esgoto a céu aberto, uma delas dá *play*, e pelo seu fone ouve Elza Soares cantando *Mambembe* de Chico Buarque.

No palco, na praça, no circo, num banco de jardim
Correndo no escuro, pichado no muro
Você vai saber de mim
Mambembe, cigano

Debaixo da ponte
 Cantando
 Por baixo da terra
 Cantando
 Na boca do povo
 Cantando

CENA 6 - EPÍLOGO (OU DIÁRIO DE UMA MULHER, PROFESSORA, ARTISTA, PESQUISADORA QUE NÃO CONSEGUIU ESTAR PRESENTE NO EVENTO)

O despertador tocou, abri os olhos, ainda está escuro lá fora, mas tenho que me levantar. Ônibus, metrô e... LINHA VERMELHA COM PROBLEMAS... Baldeação, trem e uma corrida de quinze minutos para não me atrasar.

Oito da manhã e eu já me sinto esgotada. Paro em frente da sala de aula onde pelo menos uns noventa alunos me aguardam, respiro e entro. Três horas de aula... E quatro na condução (entre chegar e voltar).

Na condução, no retorno para casa, tento me concentrar na leitura do texto para a disciplina que estou cursando, mas não consigo parar de pensar na entrevista do doutorado. Faltam dois dias, mas meu estômago embrulha e minhas pernas tremem antecipadamente.

Me lembro do texto em mãos e recomeço a ler Norman Denzin, e seu artigo intitulado: “Investigação Qualitativa Crítica”, um texto/manifesto convocando as pessoas pesquisadoras a construir pesquisas críticas, preocupadas com o contexto histórico e social em que estamos inseridas.

Nosso desafio é empurrar, resistir, redefinir o lugar da academia, das epistemologias indígenas e o papel do intelectual público nos espaços públicos. Essa é uma convocação à pesquisa qualitativa interpretativa, crítica e performativa que importa nas vidas daqueles que vivem diariamente a injustiça social. Esta é uma convocação por investigações que abordem as desigualdades na economia, educação, emprego, meio ambiente, saúde, habitação, alimentação e acesso à água, uma investigação que abrace o clamor global pela paz e pela justiça (DENZIN, 2018, p. 105-106).

Meu coração se enche de esperança... me levanto do trem certa de que quero voltar a investigar, a construir e a produzir pesquisa na academia!

Quinta-feira acordo e não consigo nem comer... Fico pensando no motivo que fez retornar para a universidade... Tantos anos se passaram desde o término do mestrado, treze anos. Por que voltar a estudar? Por que entrar no doutorado agora? Ainda mais com essa rotina insana...

Ainda no banho começo a me lembrar da graduação: trabalhando e estudando... Terrível!

Lembro do mestrado: trabalhando e estudando... Traumático!

Fico pensando em todas as amigas que foram, pouco a pouco, abandonando os estudos... todas casadas! Alessandra, Raquel, Marina... Mães! Patricia, Luana, Gisele... Bons empregos! Chegaram até o mestrado e desistiram da vida acadêmica...

Por que eu vou fazer isso?

Me vem à cabeça o texto da Marilena Chauí: “Ideologia Neoliberal e Universidade”. PRODUTIVIDADE, COMPETITIVIDADE E EFICIÊNCIA - a universidade na lógica do mercado.

Ora se a universidade reflete a sociedade, e “a sociedade brasileira é violenta”, e sua violência aumenta com o avanço neoliberal, esta universidade está violentando a quem? Se a universidade tem fortificado carência e privilégios, reforçando desigualdades e submissão à certas ideologias e padrões autoritários (CHAUÍ, 1999), quem tem sido privilegiado quando Alessandras, Marinas, Renatas não conseguem continuar?

Quem continua?

Meus pensamentos são interrompidos pelo telefone tocando, um amigo desejando boa sorte na entrevista... Sinto a ânsia voltando e ele me relembra que sou artista:

- Sente-se, sinta os pés no chão, sinta os ísquios na cadeira, escute o ambiente e a sua respiração... se conseguir, coloque um “12 na pelve”³.

Escutar o ambiente... Sigo para o ponto de ônibus com essa instrução.

Chego na Universidade de São Paulo e começo a escutar o ambiente e a única coisa que escuto é uma voz de dentro dizendo: esse lugar é para mim? Sala de entrevista: três professoras. Confesso que senti certo alívio... (são mulheres, me entenderão).

A entrevista começa:

- Vi que você leciona no ensino superior, como você acha que vai conseguir conciliar trabalho com doutorado? Vi que terminou o mestrado já faz um tempo, por que demorou para retornar? Você sabe que aqui na universidade é necessário dedicação, prioridades... Qual a teoria de base do seu projeto? Aqui é o lugar da ciência, do conhecimento validado e científico...

³ Lição do relógio pélvico, uma proposição de educação somática de Moshe Feldenkrais.

A voz dela foi sumindo e dando lugar a minha voz interna me assombrando: este lugar não é para você! Como vai dar conta disso? Está claro o lugar da academia, da teoria, da ciência, do conhecimento validado... e o que eu estou fazendo aqui?

Meu conhecimento é corporal... artístico! Da prática, da experiência!

Pensei em sair correndo... Melhor não! Gritar, chorar...

E de repente uma das professoras começa a bater a mão da mesa...tamburila... O som chega em mim juntamente com as palavras: escute o ambiente! O som percussivo me traz sensações corporais da dança moderna, Martha Graham e o controle da pelve e da coluna... Pressiono os pés no chão, sinto os ísquios, controlo a respiração e coloco um “12 na cintura pélvica”!

Respondo às perguntas com a voz embargada, mas com controle corporal... meu conhecimento é de outra natureza! Minha práxis, Aristotélica. Sou artista, e sei trazer para o meu corpo... É do meu corpo que tiro a força para concluir. Poiesis.

Saio da sala pensando em quantas mulheres foram privadas de seus sonhos e, por serem mulheres, de antemão não se acharem capazes... e quantas, tantas nos provaram que podemos!

Saí da sala e chorei como criança...

O choro não era de medo, era de tristeza!

Quantas mulheres não conseguiram?

O que representa nós mulheres estarmos na academia?

Quem nós representamos?

O que nós enfrentamos?

Quais são as marcas deixadas pelo patriarcado no modo de ser da academia?

Embarco na estação de trem, um vento forte faz cabelos e saias voarem pela plataforma, aperto play e ouço Elza Soares mais uma vez:

Estou vivendo como um mero mortal profissional

Percebendo que às vezes não dá pra ser didático

Tendo que quebrar o tabu e os costumes frágeis das crenças limitantes

Mesmo pisando firme em chão de giz

De dentro prá fora da escola é fácil aderir a uma ética e uma ótica

Presas em uma enciclopédia de ilusões bem selecionadas

E contadas só por quem vence⁴

⁴ SOARES, Elza. *Exú nas escolas*: Deckdisc. Disponível em <https://www.lettras.mus.br/elza-soares/exu-nas-escolas/> acesso em 18/12/2020.

Referências

- ADAMS, Tony E., BOCHNER, Arthur P., e ELLIS, Carolyn. Autoetnografia: un panorama. *Revista Astrolabio*, no 14, 2015. Disponível em <http://mastor.cl/blog/wp-content/uploads/2017/10/Ellis.-Adams.-Bochner.-AutoetnografiaUnPanorama.-Astrolabio.-N-14.-2015.pdf>
- ÁLVAREZ, Laura de Miguel. La investigación artística a través de la investigación basada en las artes: narrando una historia, compartiendo experiencias. *Revista Sonda: Investigación y docencia en artes y letras*, n.º 02, 2013. Disponible en <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4746581>
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembléia*; tradução Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. – 1a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARNEIRO, Sueli Aparecida. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Tese de doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (FE/ USP), São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>
- CHAUÍ, Marilena. *Ideologia neoliberal e universidade*. Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, p. 27-51, 1999.
- DENZIN, Norman K. *Investigação qualitativa crítica*. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 13, n. 1, 2017.
- hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2.ed. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- INGOLD, Tim. A antropologia ganha vida. In: *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Trad: Fábio Creder - Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. P. 25-42.
- LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e ação. In: *Irmã Outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. P51-56.
- SALDAÑA Johnny. *Thinking Qualitatively: methods of mind*. Washington DC: SAGE, 2015.
- SILVA, B.Brenda. É tudo nosso: processos para a tomada da periferia como lugar e referência na pesquisa. In: XIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais e 2º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas de Língua Portuguesa. Anais (Online): Guarulhos, SP, 2018. Disponível em: [1541037023_ARQUIVO_EtudoNosso-BrendaSilva.pdf](https://www.dype.com.br/1541037023_ARQUIVO_EtudoNosso-BrendaSilva.pdf) - [dype.com.br](https://www.dype.com.br) -
- SOUSA SANTOS, Boaventura. *Um discurso sobre as ciências* (5ª ed.). São Paulo: Cortez, 2008.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- WOOLF, Virgínia. *Três guinéus*. 1. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

Capítulo 9: É DAÍ? O CRISTOFASCISMO E A PROPAGANDA FASCISTA BOLSONARISTA NO BRASIL

Rodrigo Crivelaro

Introdução

Este ensaio tem por objetivo demonstrar como o discurso do Bolsonarismo no Brasil podem ser associado ao que Adorno (2009, 2015) chamou de propaganda fascista. Para tanto, são analisadas algumas frases polêmicas proferidas pelo hoje presidente da República, publicadas em veículos de comunicação nacional, tendo como arcabouços teóricos os textos *Antissemitismo e propaganda fascista* e *La técnica psicológica de las alocuciones radiofônicas de Martin Luther Thomas*, publicados como capítulos em livros de Theodor Adorno.

As frases polêmicas já proferidas pelo presidente o tornaram alvos de processos tanto na justiça, quanto de cassação na época em que figurava como deputado. O máximo que o ocorreu foi ser obrigado a pagar indenizações por danos morais.

De acordo com Adorno, a propaganda fascista busca convencer as pessoas “manipulando seus mecanismos inconscientes, e não apresentando ideias e argumentos”. Afirma ainda que “é através desses estímulos e de outras informações, e menos das plataformas confusas e vagas dos discursos, que podemos identificá-los como fascistas.” (ADORNO, 2015, p.138)

Adorno (2015, p.138) caracteriza, também, o fascismo dizendo que:

Deve-se notar também que em relação às medidas repressivas e de terror, o fascismo habitualmente vai além do que é anunciado. Totalitarismo significa desconhecer limites, não permitir nenhuma pausa para fôlego, conquistar impondo dominação absoluta, exterminar completamente o inimigo escolhido.

A seguir, serão analisados falas e acontecimentos ocorridos desde a ascensão de Bolsonaro à presidência, além das obras de Theodor Adorno, e do conceito de cristofascismo, utilizados por autores como Py (2020).

Fascismo a brasileira

Para analisar o fascismo à brasileira, liderado por Bolsonaro, gostaria de trazer o lema de sua campanha presidencial: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Vários teóricos apresentam diferentes origens e possibilidades de interpretação a esta frase. Inicialmente, foi reverberado na mídia, que o lema da campanha faria referência e, porque não, dizer reverência, ao brado nazista “*Deutschland über alles*”, em tradução significaria “Alemanha acima de tudo”.

Porém, o coronel Carlos Tavares Casali explica que o bordão adotado na campanha está associado a um grupo de paraquedistas denominado Centelha Nativista que utilizava este bordão nos anos 60 do século XX, logo após a instituição do Ato Institucional n.º5(AI-5).(Folhapress, 2018)

Apesar de a ideia apresentada pelo coronel Casali, a junção entre a exaltação da pátria e de um Deus cristão, pode ser associada ao estratagema do movimento, destacado por Adorno (2009, p.42) ao analisar as comunicações do pastor Martin Luther Thomas que, em uma de suas audiências, afirmou: “Podemos demonstrar ao mundo que existem patriotas, homens e mulheres cristãos, temerosos a Deus que seguem dispostos a dar sua vida pela causa de Deus, casa e Pátria!” É nítida, desde muito antes da campanha, a tentativa de Bolsonaro de, por meio da exaltação da fé cristã, colocar-se como um servo de Deus, na busca de limpar o país, supostamente restabelecendo a defesa dos valores e da moralidade cristã.

Ao utilizar a exaltação a Deus em seu lema de campanha, Bolsonaro busca se colocar como uma alternativa ao eleitorado cristão, em especial grupos evangélicos e da renovação carismática católica, como sendo o candidato que governará o país guiado por valores da moral cristã.

Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem. (BOLSONARO, 2017 *In* CARTA CAPITAL, 2020)

É possível afirmar, como visto na fala acima, que a religião é empregada por Bolsonaro como um estratagema de grande importância em suas manifestações. Não porque de fato ele seja cristão, mas porque ele reconhece a força do cristianismo no Brasil e busca capitalizar o crescimento percentual de evangélicos na população brasileira.

Ainda, quanto à utilização da fé cristã, é possível identificar também nos discursos de Bolsonaro, a técnica do voo de ideias. Assim como Thomas, seus discursos e pronunciamento não possuem uma estrutura lógica, impedindo as análises de chegar em a uma interpretação concreta e coerente do que se espera de um presidente da República. Esta tática tem por objetivo não apresentar propostas concretas, possivelmente porque sua base eleitoral se importa pouco com propostas, valorizando sobretudo direcionamentos ditos como cristãos. Esta técnica pode ter sido utilizada após exemplos de outros políticos que na visão de seus eleitores, não as efetivou em políticas para a população. Bolsonaro construiu sua narrativa sobrevoando valores e ideias que são caras aos cristãos católicos e evangélicos fervorosos. Sempre ao repetir “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, Bolsonaro desperta neste eleitorado o instinto e o desejo pela defesa dos valores cristãos, da família e da Pátria, conceitos que já foram utilizados na época do golpe de 1964 pelo grupo da Tradição, Família e Propriedade (TFP).

O mesmo pode ser observado no trecho bíblico frequentemente disparado: “Eis que conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. Mais do que fazer

referência a uma verdade supostamente dita por Deus, Bolsonaro tenta, em seu discurso, atrair os eleitores para a percepção de que ele é um enviado de Deus, logo, é a verdade que libertará o povo, ou o Brasil é a verdade proferida por ele.

Vale lembrar que, na ótica cristã, a fé não deve ser questionada, e, aos que confiam cegamente em Bolsonaro, reconhecem-o como um mensageiro anti-sistema, e seus opositores querem destruir a sociedade com a ruptura dos valores cristãos. Bolsonaro é visto como o mensageiro da verdade, que não deveria ser questionado. Toda tentativa de desconstrução de seu discurso é vista como tentativa de defesa do sistema.

Adorno (2009, p.46, tradução minha) dizia que:

Os ouvintes são treinados para aceitar sua exposição oratória, respaldada por toda autoridade que implica a atitude de qualquer orador que se dirige a uma massa, como uma espécie de ordem. Os ouvintes tem que renunciar ao elemento de resistência que implica todo ato de pensamento responsável. Os ouvintes devem seguir o líder...

É comum ouvir dos apoiadores de Bolsonaro que não se deve acreditar em veículos de imprensa como Globo, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, pois estes seriam veículos propagadores de notícias falsas com o intuito de destruí-lo. Caberia ao seguidor de Bolsonaro acompanhá-lo pelas redes sociais, onde o presidente semanalmente faz *lives* destinadas aos seus eleitores. Nesta prática, é possível identificar o estratagema “escute o vosso líder”, uma vez que o presidente, em especial ao eleitorado cristão, se põe em uma condição que é particularmente aceita na religião conservadora. Na política, Bolsonaro assume o lugar que na igreja pertence ao padre e ao pastor: a autoridade cuja a palavra deve ser seguida e não questionada. Características semelhantes são observadas por Adorno ao analisar as audiências de Thomas.

O líder é aquele que deve ser obedecido cegamente e por suas virtudes e seus méritos, que se supõem que são evidentes e reconhecidos por todo mundo. Seu status psicológico é paradoxico: combina devoção irracional por parte de seus seguidores com a racionalidade de ser a melhor equipado para fazer o trabalho e que seus seguidores o reconheçam como o melhor. (p. 49)

Alguns seguidores de Bolsonaro, a exemplo o ex-ministro da Educação, Abraham Waintraub, para propagar sua ideologia fazem uso do estratagema da “unidade”, ao dizer que somos um único povo brasileiro, minimizando a diversidade étnica na composição do povo brasileiro e em especial para negar a alcunha frequentemente associado a ele de racista.

Diferente de Thomas, que se diz opositor á ditadura e evidencia sua admiração pelos êxitos dos ditadores, Bolsonaro não esconde sua veneração pelo período ditatorial, por seus feitos e costuma minimizar os suas consequências como

pode ser observado nas falas abaixo em trechos de vídeo extraído da revista Carta Capital (2018):

“A atual Constituição garante a intervenção das Forças Armadas para a manutenção da lei e da ordem. Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo (1999)

“O erro da ditadura foi torturar e não matar” (2008 e 2016)

“Ele merecia isso: pau-de-arara. Funciona. Eu sou favorável à tortura. Tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também” (1999)

“Encobrimento democrático” e flerte com a ditadura

Ao analisar as audiências de Thomas, Adorno (2009, p. 60-64) observa o estrategema do “encobrimento democrático”, destacando que ao menos em seu discurso Thomas sempre diz que se opõe a todo tipo de ditadura, quando na verdade suas audiências mostram exatamente o contrário. Thomas inclusive elogiava políticos de viés democrático na história da política americana, porém, costumava distorcer as ideias democráticas. Para Adorno, esta seria uma das armas mais efetivas da propaganda fascista.

O estrategema do “encobrimento democrático” é, com frequência, utilizado por Bolsonaro, em especial quando sente-se atacado ou confrontado por opositores, sejam eles veículos de comunicação ou ainda ações do Poder Legislativo ou Judiciário. Situação semelhante foi observada, em vídeo de reunião ministerial divulgado e diante do inquérito das *fakenews*, que provocou prisões de *youtubers* e *blogueiros* bolsonaristas.

Ao ser parado no Palácio da Alvorada, em lugar que ficou conhecido como “cercadinho”, aonde costumeiramente para e conversar com apoiadores e com a imprensa no começo e final do dia, Bolsonaro afirmou “*Estou com as armas da democracia na mão*” e, em seguida, com o objetivo de reforçar seu apreço pela democracia, considerou a ação da imprensa e do Supremo Tribunal Federal contra seus apoiadores uma tentativa de atingi-lo, o que segundo ele não seria uma atitude nobre e democrática

Rede Globo pare de patifaria, pare de patifaria, vocês não estão atingindo não só a mim, mas a população brasileira. Não suporto a esquerda, mas convivo, não persigo a esquerda. (BOLSONARO, 2020, IN G1, 2020)

Nesse caso, o fascista busca convencer seus apoiadores, que os ataques a ele e jornalistas que o apoiam seriam uma tentativa de cercear a liberdade de expressão, um dos valores mais importantes da democracia. Ainda que seus apoiadores,

estejam divulgando *fakenews* contra opositores, na ótica distorcida do fascista, isso não seria um crime ou um atentado à democracia, quando se tenta atingir a honra dos mesmos com notícias e fatos falsos. Ao contrário, busca associar o ataque a sua imagem, como sendo contra o país e, conseqüentemente, contra as liberdades democráticas.

Mesmo diante da possibilidade de acionar as forças armadas para intervir nos outros poderes legitimamente constituídos, por sentir-se ameaçado, o fascista mais uma vez evoca que tratara-se de uma ação democrática que estaria prevista na Constituição de 1988:

Nós queremos fazer cumprir o artigo 142 da Constituição. Todo mundo quer fazer cumprir o artigo 142 da Constituição. E, havendo necessidade, qualquer dos Poderes pode, né? Pedir às Forças Armadas que intervenham para restabelecer a ordem no Brasil (BOLSONARO, 2020 *In* MORI, 2020).

Além de distorcer o sentido de democracia, Jair Bolsonaro mune seus seguidores de um suposto embasamento jurídico que lhe daria poderes de acionar as forças armadas caso, sentir-se ameaçado, o que distorce a interpretação jurídica do artigo constitucional que, na verdade, não permite a utilização de um poder contra outro. Trata-se, na visão de vários juristas como Roberto Dias e Vania Aieta (MORI, 2020) de uma interpretação equivocada e absurda do artigo 142 citado abaixo:

Art. 142 - As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (Brasil, 1988).

Na visão da jurista Eloisa Machado (SCHREIBER, 2020):

Me parece que o presidente gosta do Tribunal só quando dá decisão positiva para ele. Quando a decisão é negativa, ele prefere não brincar de democracia e de Estado de Direito. Só que a nossa Constituição não permite que ele tenha esse poder de simplesmente ignorar decisões judiciais

O meio religioso e o cristofascismo à brasileira

Assim como na propaganda fascista empregada por Martin Luther Thomas nos Estados Unidos, no Brasil, alguns movimentos religiosos cristãos possuem uma afinidade muito intensa com o bolsonarismo e desempenham um papel

extremamente importante de apoio em ações nas ruas e também de apoio em redes sociais.

Sobre o uso da religião por Thomas em sua propaganda fascista Adorno (2009, p. 88-89) destaca:

O uso da religião com fins fascistas e da perversão da religião convertida em um instrumento da propaganda do ódio, embora forneça o principal incentivo, a marca da casa de Thomas, não é de modo algum um fenômeno único e isolado. Inúmeras tendências espirituais da nossa sociedade atual apontam para o estabelecimento de alguma espécie de regime totalitário. Não cabe dúvida de que toda sombra ideológica pré-fascista ou livre pensamento, nacionalismo ou pacifismo, teorias da elite ou ideologias populares, são trazidas pelas correntes totalitárias que se preocupam pouco com as inconsistências.

Vale ressaltar que o fascista apenas faz uso da religião, sendo verdade que “o fascista racional que planeja sem misericórdia e cínica, crê tão pouco em Cristo como em qualquer outra coisa, a exceção do poder.” (ADORNO, 2009, p.89). Trata-se do uso de uma ferramenta com grande aceitação na população, que mexe com o íntimo e com a espiritualidade que tem seus valores apropriado para uma estratégia de manutenção do poder por meio da sustentação popular.

Esse discurso ganha embasamento por muitos cristãos radicais, associados em especial ao pentecostalismo evangélico ou católico, representado pela renovação carismática ou por grupos semelhantes a *Opus Dei*. Nele acredita-se que seus valores cristãos estão sendo colocados em risco por opositores especialmente no que tange ao aborto, utilização de drogas e às relações homoafetivas. Para tanto, o grupo fascista brasileiro, traz para o seio do poder representantes dessa corrente religiosa, reverbera seu discurso e transmite a ideia que trata-se de um dos seus, que ascendeu ao poder para defender a família e os valores cristãos.

A distorção ocorre em especial pelo fascista “revisar os escombros da religião tradicional, selecionar o que se adequa a seus propósitos e eliminar o resto”. O fascista projeta também a religião para se opor às correntes e aos setores sociais antiliberalismo, em especial considerando que todos os seus adversários ou quem se rebela contra seu discurso, age a partir de interesses comunistas, estando os valores cristãos em perigo, como bem enunciou ADORNO (2009, p. 93-94): “as vezes, se apresenta com pose de defensor da igreja, parece identificar a si mesmo com certas confissões e congrega as suas cruzadas como um grito de batalha: a igreja está em perigo”.

De acordo com Py (2020) ao reforçar o ideário maniqueísta do bem contra o mal, Bolsonaro rearranja a guerra dos deuses ao travesti-la “na luta entre aqueles que representam o mal – em uma alegoria caricatural dos “comunistas” ou dos “petistas” – e entre aqueles também alegoricamente expressos como cidadãos de bem”.

Py (2020) denomina a estratégia bolsonarista de cristofascismo, termo elaborado pela teóloga alemã Dorothee Sölle ao analisar as ações de Hitler.

Py(2020) destaca que:

Hitler utilizava jargões cristãos como chaves de seus discursos como o próprio “*Conheceis a verdade e a verdade vos libertará*” (João 8,32), e “*criou Deus, o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher criou*” – para defender a família tradicional cristã alemã. Hitler também fez conferências em reuniões cristãs (luteranas, católicas e confessantes), se relacionou com pastores e padres – entre os luteranos se destacam os pastores Walter Hoff, Rudolf Kittel, Prospt Ernst Szymanowski, que criaram o que o regime imperial chamava de “cristianismo positivo”.

Na propaganda fascista bolsonarista, além de repetidas vezes utilizar “Conheceis a verdade e a verdade vos libertará”, Bolsonaro é defendido e se mantém se próximo às lideranças evangélicas neopentecostais como o missionário R. R. Soares (Igreja Internacional da Graça de Deus), Edir Macedo (Igreja Universal do Reino de Deus) e pastor Silas Malafaia (Assembleia de Deus Vitória em Cristo).

Dameres Alves, representante do conservadorismo religioso no governo Bolsonaro, exerce a função de ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. A mesma, várias vezes, propagou frases que supostamente buscariam defender os ensinamentos de Cristo, e que reafirmam o discurso cristofascista do bolsonarismo como “essa pasta não vai lidar com o tema aborto, vai lidar com proteção de vida e não com morte”, “é o momento de a igreja dizer à nação a que viemos. É o momento de a igreja governar”, “há uma imposição ideológica no Brasil e quem diz que não aceita, é perseguido”. Esta última frase foi utilizada em referência a suposta instalação de uma “ditadura *gay*” no Brasil. Dameres Alves inverte a lógica, em uma técnica muito utilizada pelo bolsonarismo de inverte-la, transformando perseguidos em perseguidores, e os que perseguem em perseguidos. Nesta lógica, os cristãos bolsonaristas são, na visão de Dameres, os perseguidos.

Para criticar o que chama de “ideologia de gênero”, reforça que “criou Deus, o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher criou”, Dameres afirmou que “estava começando uma nova era no Brasil”, onde “menino veste azul e menina veste rosa”.

Desta forma, é nítido dizer que o uso da religião pelo cristofascismo brasileiro assume, também, o estrategema da religião em ação, sendo empregada como uma técnica de manipulação política.

O estrategema da “ovelha e dos cervos” e o uso de abordagens psicológicas

Sobre o nazismo e as estratégias empregadas por Hitler, Adorno (2009, p.98) destaca:

Hitler apontou em *Mein Kampf* que a propaganda, para ser efetiva, tem que retratar sempre o adversário como o arqui-inimigo e o próprio grupo como investido dos atributos mais nobres e admiráveis.

É exatamente desta forma que Bolsonaro trata seus apoiadores e seus adversários. Qualquer apontamento de crítica seja da imprensa, organizações internacionais ou de políticos passa a ser personalizado, e seus opositores ganham o rótulo de “comunistas” ou de “petistas”. Vale lembrar que, para o radicalismo cristão, os comunistas são vistos como perseguidores do cristianismo e como pessoas que buscam destruir a tradição cristã. No caso brasileiro, chamar os oponentes de “comunistas” e “petistas” desperta duplo sentimento: primeiro que os petistas são vistos com caráter pejorativo pela avaliação negativa, com que Dilma Rousseff deixou o poder, e em decorrência da midiaticização da operação Lava Jato, onde o termo petista passou a ser popularmente associado à corrupção. De outra forma, atinge também o público religioso neopentecostal, receoso do fantasma do comunismo, que viria para perseguir cristãos e a tradição cristã, liberando o aborto, legitimando ainda mais o casamento homoafetivo, legalizando drogas, questões que são extremamente rígidas aos cristãos conservadores, valores estes que Bolsonaro a partir da sua retórica tenta se opor.

Traça-se assim, a dicotomia nós e eles, como se não houvesse outra saída além de apoiar irrestritamente o presidente, ou ser contrário ao mesmo, o que Adorno classifica na análise das audiências de Thomas como “distinção entre o meu grupo e os de fora.” (ADORNO, 2009, p. 99).

Trata-se de uma abordagem predominantemente psicológica, empregada pela propaganda personalizada do fascismo onde o líder é retratado como

lobo solitário, como cidadãos saudáveis e sadios, com instintos robustos, como altruístas e infatigáveis; incessantemente divulgam intimidades reais ou fictícias sobre sua vida e de sua família. Além disso, aparentam ter um caloroso interesse humano nas pequenas preocupações diárias de seus ouvintes, apresentados por eles como cristãos nativos, pobres mas honestos, de bom senso mas não intelectuais. (ADORNO, 2015, p. 138)

O prazer de bisbilhotar é tanto encorajado quanto satisfeito. Constantemente se contam histórias escandalosas, a maioria fictícias, particularmente de excessos sexuais e atrocidades; a indignação com a obscenidade e a crueldade nada mais é, entretanto, do que uma fina racionalização, propositalmente transparente, do prazer que essas histórias proporcionam ao ouvinte. (ADORNO, 2015, p. 141)

Contra seus adversários são utilizadas as técnicas e estratégias mais sujas, para manchar sua índole, e os desacreditar diante do restante da população. Através do chamado “gabinete do ódio” são propagadas *fakenews* associando os opositores a casos de corrupção, de pedofilia e de abuso sexual, evocando que as suas práticas não condizem com os valores cristãos.

Considerações

Assim como a propaganda fascista, o cristofascismo bolsonarista, é irracional, convencendo seus apoiadores ao utilizar o engodo religioso e transformar seus adversários em fantasmas rotulados, que colocam a união e o futuro da nação em risco.

A propaganda fascista ataca fantasmas[*bogies*], e não oponentes reais, ou seja, ela constrói um imaginário do judeu ou do comunista, separa-o em pedaços sem prestar muita atenção a como este imaginário se relaciona com a realidade. (ADORNO, 2015, p.142-143)

Assim, como dito por Adorno ao analisar a propaganda fascista, a irracionalidade discursiva do Bolsonarismo é uma tática de convencimento psicológico, onde “toda sua lógica enviesada e distorções fantásticas é conscientemente planejada e organizada”. (ADORNO, 2015, p.143)

Para o autor:

Ainda que que seja verdade, entretanto, que a mentalidade do agitador fascista reflita em alguma medida a confusão mental de seus possíveis seguidores, e também que seus líderes sejam eles próprios “de tipo histérico ou mesmo paranoico” eles aprenderam, a partir de vasta experiência e do exemplo enfático de Hitler, como utilizar suas próprias disposições neuróticas ou psicóticas para fins totalmente adaptados ao princípio de realidade. (ADORNO, 2015, p.144)

Como qualquer fascista, Bolsonaro transforma sua loucura moderada em uma mercadoria, onde seus seguidores vem nesta loucura, uma atitude sincera e anti-sistêmica, ou seja, aquilo que poderia ser visto como um defeito ou qualidade depreciativa do cargo que ocupa é somada a uma série de características pessoais propagada. (ADORNO, 2015, p.144).

No começo da pandemia da COVID-19 em pronunciamento à nação, como de costume Bolsonaro emprega a lógica discursiva da propaganda fascista, ao dizer que “No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito acometido de uma gripezinha ou resfriadinho”. Fala semelhante é identificada por Adorno (2015, p.145) em ensaio sobre a propaganda fascista:

É característico dos demagogos fascistas se vangloriar de terem sido heróis atléticos em sua juventude. É assim que se comportam. Eles gritam e choram, lutam com o demônio em pantomimas e tiram seus casacos ao atacarem “aqueles poderes sinistros”.

De modo geral, Bolsonaro faz uso do dispositivo do lobo solitário, sendo o grande capitão incansável que arriscou a própria vida ao levar uma facada na campanha eleitoral, que não tem medo de estar ao lado de seus apoiadores, que venceu a COVID-19 e que, como leão em peça publicitária de apoiadores, está disposto a sacrificar a própria vida e afugentar as hienas que querem destruir o país. Para seus apoiadores, no paralelo religioso, Bolsonaro seria o mito que, como Cristo estaria disposto a derramar o próprio sangue por um objetivo maior, o objetivo do grupo. (ADORNO, 2015, p. 151).

O mesmo ocorre ao utilizar expressões como “E daí? Lamento, quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagres.”, “Eu não sou cozeiro, tá certo?”, “Temos que ter coragem de enfrentar esse vírus”, “Eu lamento todos os mortos mas é o destino de todo mundo” e tantas outras frases proferidas por Bolsonaro durante a pandemia da COVID-19, tentam tirar si a responsabilidade e ao mesmo tempo naturalizar a morte em um símbolo ou um sacrifício necessário para salvar um contingente muito maior, ou seja, salvar a economia, ou a nação.

Desta forma, encerro dizendo que mesmo que não tenha buscado apresentar toda a história do fascismo à brasileira, até porque a realidade brasileira tem oferecido um material imenso, posso afirmar a partir dos elementos trazidos neste texto, com base na teoria de Adorno, que está em curso no Brasil, desde a ascensão midiática de Bolsonaro todos os elementos do ritual da propaganda fascista: estereotípi/dicotomia, uso da religião, culto do existente, insinuação e performance ritualística. Não teria chegado a hora de a população brasileira lamentar-se por ele ser o presidente e não ter feito nada para salvar as mortes, e que não o quer mais neste cargo? Quantas outras vidas serão necessárias para vencermos o fascismos?

Referências

ADORNO, T. W. Antissemitismo e propaganda fascista. IN ADORNO, T. W. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp, 2015, p.137- p.152.

ADORNO, T. W. *Escritos sociológicos*. Primeira parte. Madrid: Akal, 2009.

Bolsonaro em 25 frases polêmica. *Carta Capital*, São Paulo, 29 de out.2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>>. Acesso em: 27 de ago.2020.

Folhapress. Brasil acima de tudo: conheça a origem do slogan de Bolsonaro. *Gazeta do Povo*, São Paulo, 24 de out.2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/eleicoes-2018/brasil-acima-de-tudo-conheca-a-origem-do-slogan-de-bolsonaro-7r6utek3uk1axzyruk1fj9nas/>>. Acesso em: 08 de set.2020.

MORI, L. O que é o artigo 142 da Constituição, que Bolsonaro citou por intervenção das Forças Armadas. *BBC News Brasil*, São Paulo, 1 de jun.2020. Disponível em:< <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52857654>>. Acesso em: 31 de ago.2020.

PY, F. Cristofascismo em 7 atos: como Bolsonaro usou a alegoria da Páscoa para não perder popularidade. *The Intercept Brasil*, Rio de Janeiro, 1 de mai.2020. Disponível em: < <https://theintercept.com/2020/05/01/cristofascismo-bolsonaro-pascoa/>>. Acesso em: 08 de set.2020.

RODRIGUES, M. 5 frases polêmicas ditas por Damares Alves. *Blasting News*, Lugano(Suíça), 5 de fev.2019. Disponível em: < <https://br.blastingnews.com/curiosidades/2019/02/5-frases-polemicas-ditas-por-damare-alves-002837207.html>>. Acesso em: 05 de set.2020.

TAJRA, A.; TEIXEIRA, L.B. Tem medo do quê? Enfrenta": Lembre frases de Bolsonaro durante a pandemia. *UOL*, São Paulo, 08 de ago.2020. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/08/bolsonaro-pandemia-100-mil-mortes-fala.htm>>. Acesso em 01 de set.2020.

MINI CURRÍCULOS: AUTORES E AUTORAS

Ana Paula Rosa Rodrigues

Mestra em Ciências – PROMUSPP/EACH/USP. Graduada em Administração – PUC/SP e em Turismo – IFSP. Docente da UFT. Coordenadora e colaboradora nos projetos de extensão desenvolvidos no Museu Histórico e Cultural de Arraias.

Anna Carolina Longano

Artista, pedagoga e pesquisadora. Bacharel em Artes Cênicas pela ECA/USP, Mestra em Ciências pela EACH/USP e doutoranda do ProMuSPP da EACH/USP. Investiga, baseada nas Artes, corpo, pedagogia e feminismo.

Daniel Alves Lino Junior

Possui dupla titulação através de um convênio internacional (Brasil-Espanha). Graduado em Gestão de Políticas Públicas pela EACH-USP e Dirección y Gestión Pública pela UnVigo. Atualmente é mestrando no PROMUSPP sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Machado.

Davis Gruber Sansolo

Professor da Unesp-IB/CLP e coordenador do Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – Territorial, do IPPRI/UNESP. Coordena o Laboratório de Planejamento Ambiental e Gerenciamento Costeiro (Laplan). Atua na área de Geografia, com ênfase em Planejamento e Gestão Ambiental, Gerenciamento Costeiro Integrado, Unidades de Conservação e Desenvolvimento Territorial e Uso Público de Unidades de Conservação.

Diane Boda

Educadora, atriz, e historiadora, já atuou na Fundação Gol de Letra, Fundação CASA, coordenou a equipe de articulação do Programa Juventude Viva e participou de diversos projetos educativos e culturais.

Filipe Vieira de Oliveira

Doutor em Ciência Ambiental – PROCAM/IEE/USP. Mestre em Ciências – PROMUSPP/EACH/USP. Graduado em Turismo - IFSP. Docente da UFT, Colaborador nos projetos de extensão desenvolvidos no Museu Histórico e Cultural de Arraias.

Francisca Silva Viana

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP) na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), bolsista - CAPES. Especialista em Cidades, Planejamento Urbano e Participação Popular, pelo Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Bacharela em Gestão Ambiental

(2017), pela EACH-USP. É membro do Geurbam - Grupo de Estudos Urbano-Ambientais da ProMuSPP-EACH/PROCAM-IEE-USP.

Giovana Cioffi -

Bióloga com especialização em Gerenciamento Costeiro pelo Unesp-IB/CLP e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política pela EACH/USP. Atua na área de planejamento, gestão e políticas ambientais, educação socioambiental, privatização e concessão de recursos ambientais e arranjos locais para uso público em áreas protegidas. Compõe o quadro de membros colaboradores do Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas (OPAP).

Gustavo da Costa Meyer

Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (USP -ProMuSPP), e Doutorando em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PCHS-UFABC)

Marília Velardi

Professora dos Cursos de Graduação em Educação Física e Saúde na EACH-USP e no curso de Música da ECA-USP. Líder do grupo de Estudos e Pesquisa ECOAR que se dedica às investigações qualitativas e radicalmente qualitativas, buscando conhecer e construir conhecimento sobre possibilidades de investigação acadêmica especialmente em Artes.

Marina Corazza

Dramaturga, atriz e educadora, mestranda pelo ProMuspp (EACH/USP) e graduada em Artes Cênicas pela ECA/USP, integrante do ECOAR - Estudos em Corpo e Arte (USP), coordenado pela profa. Marília Velardi.

Nathália Bonilha

Artista e educadora teatral, mestranda do Programa de Mudança Social e Participação Política. Formada em Direção Teatral pela ECA/USP, atualmente é arte-educadora da Fábrica de Cultura e artista da Cia Ato Reverso e do Coletivo Ato de Resistência.

Renata Matsuo

Artista, educadora e pesquisadora. Co-coordena o Grupo ECOAR na EACH-USP, onde realiza o seu doutorado no ProMuSPP. Compõe o quadro docente da Universidade Paulista (UNIP) e da Faculdade Flamingo.

Rodrigo Crivelaro

Cursando Doutorado em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo(USP). Mestre em Ciências pela USP. Graduado em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela UNESP. É especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Juventude no mundo contemporâneo (PUC-GO).

Sidnei Raimundo

Professor associado da EACH-USP e orienta nos Programas de Pós-Graduação em “Mudança Social e Participação Política”; e em “Turismo”. É líder do grupo de pesquisa “Dinâmicas Socioambientais e Políticas Territoriais”; e Coordenador na EACH-USP da Cátedra Unesco – Rede Unitwin sobre “Cultura, Turismo e Desenvolvimento”. Sua linha de pesquisa associa-se aos impactos socioambientais do lazer e turismo, geografia do turismo, manejo de áreas protegidas e ecoturismo.

Valdirene Gomes dos Santos de Jesus

Doutora em Educação: Currículo – PUC/SP. Mestra em Educação – UFSCAR. Graduada em História – UFMS. Docente da UFT. Coordenadora dos projetos de pesquisa e extensão no Museu Histórico e Cultural de Arraias.